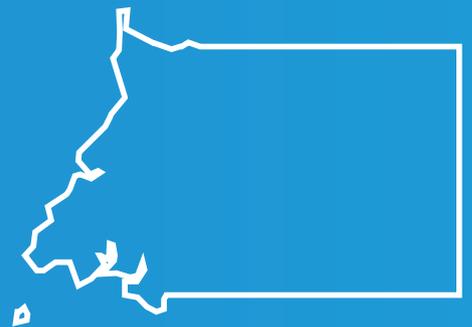


CLUSTER DA ÁGUA



Guiné Equatorial



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS | 6 |
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS | 9 |
| 1. Dados gerais | 9 |
| 2. Enquadramento demográfico e macroeconómico | 13 |
| 3. Clima, geografia, pluviosidade e recursos hídricos | 20 |
| 4. Ordenamento e gestão costeira | 25 |
| 5. Consumo e uso da água | 27 |
| a) Agricultura | 28 |
| b) Energia | 28 |
| c) Indústria | 28 |
| d) Água potável | 29 |
| e) Ecossistemas | 29 |
| 6. Condições de acesso ao mercado | 30 |
| a) Requisitos legais e societários | 30 |
| b) Sistema fiscal | 31 |
| c) Barreiras ao comércio | 33 |
| d) Sistema laboral | 34 |
| e) Regime aplicável a quadros expatriados | 34 |
| f) Sistema financeiro | 34 |
| g) Regime aplicável ao repatriamento de lucros e outras transferências financeiras | 35 |
| h) Legislação contratual | 35 |
| i) Acordos bilaterais com Portugal e a União Europeia | 35 |
| j) Incentivos ao investimento directo estrangeiro | 36 |
| 3. O CLUSTER DA ÁGUA | 37 |
| 1. Organização institucional do sector | 37 |
| a) Administração central, regional e local | 37 |
| b) Agências e entidades relevantes | 37 |
| c) Maiores operadores de serviços de águas | 37 |
| d) Principais entidades adjudicantes | 37 |
| e) Principais associações profissionais e empresariais | 37 |
| f) Principais universidades e centros de investigação | 37 |
| g) Agências de apoio ao desenvolvimento | 38 |
| 2. Estratégia governamental para o sector | 38 |
| 3. Papel das instituições financeiras multilaterais | 39 |
| 4. Participação do sector privado, incluindo regime aplicável a parcerias público-privadas | 44 |
| 5. Quadro legal e regulatório específico ao sector | 44 |

CLUSTER DA ÁGUA

| | |
|--|----|
| 4. OS PRINCIPAIS MERCADOS DO “CLUSTER DA ÁGUA” | 46 |
| 1. Estrutura do sector | 46 |
| a) Principais actividades e funções | 46 |
| b) Tipo de organização | 46 |
| c) Dimensão e área de negócio das empresas | 46 |
| d) Distribuição regional | 46 |
| 2. Principais players | 46 |
| a) Autoridades municipais e serviços de águas | 46 |
| b) Principais consumidores não urbanos | 46 |
| c) Perfil das principais entidades adjudicantes e dos processos de decisão adoptados | 47 |
| d) Principais fornecedores | 48 |
| e) Caracterização de potenciais parceiros locais | 49 |
| 3. Principais projectos | 50 |
| a) Abastecimento | 50 |
| b) Irrigação | 52 |
| c) Rede de saneamento | 52 |
| d) Dessalinização | 54 |
| e) Energia hídrica | 54 |
| 5. ABORDAGEM AO MERCADO | 55 |
| 1. Política de compras e cadeia de fornecimento | 55 |
| 2. Principais eventos do sector | 55 |
| 3. Identificação, caracterização e priorização de empresas locais potenciais parceiras | 56 |
| 4. Identificação e caracterização das actividades de empresas portuguesas já presentes nesse mercado (no sector da água) | 56 |
| 5. Etiqueta de negócios | 57 |
| 6. Análise SWOT | 58 |
| 7. Proposta de acções | 59 |
| 6. REFERÊNCIAS | 60 |

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. País em Síntese | 9 |
| Tabela 2. Capitais de Província e Distritos, da Guiné Equatorial | 12 |
| Tabela 3. População, Área e Densidade Populacional por Região e Província | 14 |
| Tabela 4. População Urbana e Dimensão Média dos Agregados Familiares por Região e Província | 14 |
| Tabela 5. Principais Indicadores Macroeconómicos | 15 |
| Tabela 6. Peso da Guiné Equatorial no Comércio Internacional em 2014 | 16 |
| Tabela 7. Principais Produtos Exportados e Importados | 16 |
| Tabela 8. Principais Parceiros Comerciais | 16 |
| Tabela 9. Posição e Quota de Portugal no Comércio Internacional de Bens da Guiné Equatorial | 16 |
| Tabela 10. Exportações de Portugal para a Guiné Equatorial por Grupos de Produtos | 17 |
| Tabela 11. Principais Produtos Exportados para a Guiné Equatorial | 17 |
| Tabela 12. Importações de Portugal Provenientes da Guiné Equatorial por Grupos de Produtos | 18 |
| Tabela 13. Quota da Guiné Equatorial no Comércio Internacional de Serviços de Portugal | 18 |
| Tabela 14. Nº de Operadores Económicos Portugueses a Exportar para a Guiné Equatorial | 18 |
| Tabela 15. Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com a Guiné Equatorial | 19 |
| Tabela 16. Recursos Hídricos Renováveis | 25 |
| Tabela 17. Distribuição do Uso do Solo | 26 |
| Tabela 18. Consumo de Água por Sector | 27 |
| Tabela 19. Avaliação Doing Business e Posição no Ranking | 30 |
| Tabela 20. Escalões e Taxas do Imposto sobre Pessoas Físicas | 31 |
| Tabela 21. Eixos Estratégicos e Linhas de Acção do PNDES – Horizonte 2020 | 38 |
| Tabela 22. Projectos Nacionais FAO TCP (Technical Cooperation Programme) | 40 |
| Tabela 23. Projectos Nacionais FAO Trust Funds | 40 |
| Tabela 24. Projectos Regionais FAO TCP (Technical Cooperation Programme) | 40 |
| Tabela 25. Projectos Regionais FAO Trust Funds | 41 |
| Tabela 26. Projectos de Abastecimento | 50 |
| Tabela 27. Projectos de Irrigação | 52 |
| Tabela 28. Projectos de Saneamento | 52 |
| Tabela 29. Projectos de Dessalinização | 54 |
| Tabela 30. Projectos de Energia Hídrica | 54 |
| Tabela 31. Principais Eventos Regionais | 55 |
| Tabela 32. Potenciais Parceiros Institucionais | 56 |
| Tabela 33. Potenciais Parceiros Empresariais Locais | 56 |
| Tabela 34. Empresas Portuguesas com Histórico de Presença no Mercado | 57 |
| Tabela 35. Análise SWOT do Sector da Água na Guiné Equatorial | 58 |
| Figura 1. Localização Geográfica da Guiné Equatorial | 9 |
| Figura 2. Fronteiras e Capital da Guiné Equatorial | 9 |
| Figura 3. Mapa Político da Guiné Equatorial | 11 |
| Figura 4. Regiões e Províncias da Guiné Equatorial | 12 |
| Figura 5. Localização de Djibloho, futura capital administrativa | 13 |
| Figura 6. Pirâmide Etária | 13 |
| Figura 7. Estados-Membros da CEEAC | 19 |
| Figura 8. Mapa Físico da Guiné Equatorial | 20 |
| Figura 9. Localização das Ilhas Bioko e Annobón | 21 |
| Figura 10. Localização das Ilhas Corisco e Elobays | 21 |
| Figura 11. Carta Geológica da Guiné Equatorial (Região Continental) | 21 |
| Figura 12. Localização da Cordilheira de Niefang | 22 |
| Figura 13. Esquema do Perfil Topográfico da Região Continental | 22 |
| Figura 14. Localização dos Picos Vulcânicos de Bioko | 22 |
| Figura 15. Localização dos Picos Vulcânicos de Annobón | 23 |
| Figura 16. Perfil Climático de Bata | 23 |

CLUSTER DA ÁGUA

| | |
|---|----|
| Figura 17. Perfil Climático de Ebebiyin | 23 |
| Figura 18. Perfil Climático de Cogo | 23 |
| Figura 19. Perfil Climático de Malabo | 24 |
| Figura 20. Pluviosidade Média Anual na Região Continental e Ilha de Bioko | 24 |
| Figura 21. Rosa-dos-ventos em Malabo, Ilha de Bioko, no período 2000-10 | 24 |
| Figura 22. Rosa-dos-ventos em Bata, Região Continental, no período 2006-10 | 24 |
| Figura 23. Panorama Geral da Rede Hidrográfica (Região Continental) | 25 |
| Figura 24. Repartição Sectorial do Consumo de Água | 27 |
| Figura 25. Plano do Projecto REPEGE | 29 |
| Figura 26. Evolução da Ajuda ao Desenvolvimento recebida em % do PIB | 39 |

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AfDB – Banco Africano de Desenvolvimento
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANGE – Agência Nacional da Guiné Equatorial
APE – Acordo de Parceria Económica
APYMEGE – Associação das Pequenas e Médias Empresas da Guiné Equatorial
AUCA – Universidade Americana da África Central
BEAC – Banco dos Estados da África Central
CCI – Contribuição Comunitária para a Integração
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
CFA – Franco da África Central
CIF – *Cost, Insurance and Freight*
CMS – *Convention on the Conservation Migratory Species of Wild Animals*
COBAC – Comissão Bancária da África Central
COMIFAC – Comissão para a Conservação dos Ecossistemas Florestais da África Central
CPDS – Convergência para a Democracia Social
CPI – Certificado Prévio de Importação
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGDEVCO – Direcção Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento
EDSGE-I – Primeiro Inquérito Demográfico e Social da Guiné Equatorial
EIU – *The Economist Intelligence Unit*
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCI – *Fondo de Co-Inversión*
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI – Fundo Monetário Internacional
G.E. – Guiné Equatorial
Ha – Hectares
ICEX – Instituto Espanhol de Comércio Exterior
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEGE – Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial
INSESO – Instituto de Segurança Social da Guiné Equatorial
ITNHGE – Instituto Tecnológico Nacional de Hidrocarbonetos da Guiné Equatorial
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
NIF – Número de Identificação Fiscal
ODM – Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio
OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Ciência, a Educação e a Cultura
OHADA – Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PDGE – Partido Democrático da Guiné Equatorial
PIB – Produto Interno Bruto
PIDA – *Programme for Infrastructure Development in Africa*
PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDD+ – *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*
REPEGE – *Revolución Petroquímica de Guinea Ecuatorial*
SEGESA – *Sociedad de Electricidad de Guinea Ecuatorial*
TCI – Imposto Comunitário de Integração
TLS – Tempestades Locais Severas
UE – União Europeia
UNGE – Universidade Nacional da Guiné Equatorial

CLUSTER DA ÁGUA

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

USD – Dólares dos Estados Unidos da América

UTC – Tempo Universal Coordenado

XAF – Franco CFA Central



1. INTRODUÇÃO

No âmbito do projecto P3LP Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, e co-financiada pelo Compete 2020, a PPA tomou a iniciativa de realizar um estudo de mercado, ao Cluster da Água na Guiné-Equatorial. O estudo tem como objectivo apoiar a identificação e priorização de áreas de intervenção para uma potencial cooperação com entidades gestoras Portuguesas, susceptível de gerar efeitos multiplicadores sobre a fileira industrial do *cluster* nacional da Água, identificando prospectivamente tipos de serviços ou produtos especialmente vocacionados para este mercado.

O estudo de mercado foi realizado recorrendo a Informação pública disponível e a informação recolhida junto de responsáveis das entidades relevantes do sector.

O estudo está organizado em 4 principais capítulos.

No capítulo “2. Caracterização do País”, apresentamos uma caracterização geral do país através da compilação das principais variáveis e indicadores económicos e sociais relevantes. No subcapítulo Dados Gerais apresentamos uma ficha síntese do país, com os principais indicadores que caracterizam o país. No Enquadramento Demográfico procura-se identificar a distribuição geográfica da população, densidades populacionais, pirâmides etárias, crescimentos demográficos, entre outros.

O Enquadramento Macroeconómico pressupõe uma breve análise às grandes variáveis macroeconómicas, entre outros, o PIB, inflação e balança comercial. O subcapítulo Clima, Pluviosidade e Recursos Hídricos compila os dados disponíveis sobre as condições naturais e climatéricas mais relevantes. No subcapítulo Consumo e uso da água caracteriza-se o padrão de consumo em cada uma das grandes tipologias de utilização (Agricultura, Energia, Indústria, Municípios e população, Ecossistemas). Em Ordenamento e Gestão Costeira, são apresentadas considerações gerais sobre as políticas e instituições de gestão de questões mais ligadas ao ambiente. Por fim, em Condições de Acesso ao Mercado faz-se referência às questões de ordem prática para as empresas, em particular quanto a aspectos legais, fiscais e laborais.

O capítulo “3. O Cluster da Água”, compreende os mecanismos, processos e instituições entre os quais se articulam os

diversos interesses do sector da água. Neste capítulo fazemos nota das políticas públicas e grandes objectivos dos planos governamentais para o sector, assim como a caracterização do quadro legal e regulamentar geral aplicável. Pretende-se ainda analisar o papel das agências multilaterais nos projectos em curso e planeados, bem como das cooperações bilaterais mais relevantes, assim como o grau de abertura à participação de operadores privados no sector.

No capítulo “4. Os Principais Mercados do Cluster da Água” pretende-se identificar os mercados mais relevantes, perceber os tipos de operações e competências locais, bem como o perfil dos principais operadores e suas características accionistas (sector público vs privado). Além disso caracterizamos a importância relativa das actividades ligadas à água de cada operador, assim como a distribuição regional dos principais operadores. Procedemos ainda à identificação das principais empresas e entidades do sector, nomeadamente através da decomposição do *cluster* em compradores e entidades adjudicantes, grandes consumidores e principais fornecedores de serviços e produtos com actividade no mercado local. São ainda apresentados os principais projectos em curso ou planeados para diversos fins (abastecimento, irrigação, rede sanitária, dessalinização), bem como as principais fontes de financiamento.

No capítulo “5. Abordagem ao Mercado”, caracteriza-se as actividades de *procurement* na cadeia de valor da indústria da água e as tipologias de políticas de compras existentes. São elencados os principais eventos do sector e são identificadas empresas locais que possam vir a ser parceiras de negócio das empresas portuguesas. Ainda dentro deste capítulo, apresentamos uma série de conselhos relativos à etiqueta de negócios no país. Depois, realizamos uma análise síntese dos principais pontos fortes e fracos do mercado, as principais linhas de oportunidade de negócio e as ameaças previsíveis para as empresas portuguesas que queiram entrar no mercado. Por fim apresentamos uma série de recomendações de acções a realizar por empresas da Indústria Portuguesa da Água, que tenham como objectivos estratégicos a abordagem e um novo posicionamento neste mercado.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

1. DADOS GERAIS

TABELA 1 - PAÍS EM SÍNTESE

| | |
|------------------------|---|
| Designação Oficial | República da Guiné Equatorial (República de Guinea Ecuatorial) |
| Superfície | 28.051 km ² |
| Localização Geográfica | <p>Território composto por uma parcela continental situada na África Central (designada Mbini), e cinco ilhas localizadas no Golfo da Guiné (Bioko, Annobón, Corisco, Elobey Grande e Elobey Pequena)</p>  <p>Figura 1 - Localização Geográfica da Guiné Equatorial</p> |
| Fronteiras | <p>Norte - Camarões (193 km de extensão); Leste e Sul - Gabão (345 km); Oeste - Oceano Atlântico (296 km, incluindo territórios insulares, em que possui fronteiras marítimas também com a Nigéria e São Tomé e Príncipe)</p>  <p>Figura 2 - Fronteiras e Capital da Guiné Equatorial</p> |
| População Residente | 1.222.442 hab. (INEGE, Censo 2015, provisório) NOTA: Estimativas de diversas organizações internacionais referem um valor entre 750 e 850 mil habitantes. O PNUD, contudo, adota a estatística oficial equato-guineense. |
| Densidade Populacional | 43,6 hab./ km ² |
| Capital | Malabo, na província insular de Bioko Norte (em transição para Djibloho, na que será a 8.ª província do país, a 5ª continental) |

CLUSTER DA ÁGUA

| | |
|-------------------------------------|--|
| Cidades Mais Populosas | Bata, Malabo, Ebebiyin, Mongomo |
| Línguas | Línguas oficiais: espanhol (língua nacional), francês e português. Outras línguas: vários dialectos africanos (fang, bubí, inglês pidgin) |
| Religião | Cerca de 80% de católicos, 10% outras religiões cristãs, 4% muçulmanos |
| Clima | Tropical, quente e húmido |
| Fuso Horário | Mais 1 hora em relação ao tempo médio universal (UTC+1); Hora de Verão não praticada |
| Códigos Internacionais | Cód. ISO – GNQ; Prefixo telefónico - +240; Domínio internet - .gq |
| Moeda Nacional | Franco CFA (XAF), partilhado com os restantes países membros da CEMAC. 1 EUR = 655,957 XAF (paridade fixa) |
| Repartição Sectorial do PIB | Sector Primário – 8,8% ; Sector Secundário – 74,7% ; Sector Terciário – 16,5% (Estimativas de 2016) |
| Principais Indústrias | Petrolífera, Gás Natural |
| Principais Culturas | Cacau, Café, Madeira |
| Relações Internacionais e Regionais | Membro da ONU, União Africana, AfDB (African Development Bank), CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central), OHADA (Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África), Organisation Internationale de La Francophonie e CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) |

HISTÓRIA

Única possessão ultramarina de Espanha na África subsaariana, a Guiné Equatorial tornou-se um Estado independente em 1968. O domínio colonial espanhol sobre os territórios que hoje constituem a Guiné Equatorial teve início apenas em finais do séc. XVIII, quando Portugal cedeu a Espanha, no contexto de um Tratado, a administração das ilhas de Fernando Pó (actual Bioko), Ano-Bom (Annobón) e Corisco, e os direitos de comércio livre sobre um sector da costa do Golfo da Guiné. À data, o interesse estratégico espanhol na região residia sobretudo no controlo do tráfego de escravos para as suas colónias no continente americano.

No início do séc. XX, o governo espanhol viria a ordenar administrativamente a sua presença na região, unificando estes territórios sob uma única colónia designada de Territórios Espanhóis do Golfo da Guiné, ou Guiné Espanhola.

Na década de 1950, a colónia ganhou o estatuto de Província ultramarina, em tudo semelhante aos das províncias metropolitanas, tendo sido dividida em duas unidades provinciais distintas, Fernando Poo (insular) e Rio Muni (continental), com um governador comum, e mais tarde reunificadas numa província única, já designada de Guiné Equatorial, com um novo estatuto de autonomia limitada.

O processo de independência decorreu de forma pacífica, com Espanha a reconhecer no início de 1968, perante a pressão crescente dos movimentos nacionalistas e da ONU, esse direito, que viria a consumir-se antes do final do ano após formação de uma assembleia constituinte e processo eleitoral supervisionado pelas Nações Unidas.

Desde a sua independência, a Guiné Equatorial conheceu apenas dois Chefes de Estado: Francisco Macías Nguema, eleito em 1968, cujo regime autocrático destruiu grande parte das instituições

políticas, sociais e económicas do País, sendo deposto num golpe de Estado em 1979, e Teodoro Obiang, actual Presidente da República, que lhe sucedeu e se constitui como o Chefe de Estado presentemente há mais tempo no poder a nível mundial. Anteriormente um País de baixo rendimento, com uma Economia baseada na agricultura (café, cacau, algodão, cana-de-açúcar) e pescas, a descoberta de largas reservas de petróleo *offshore* na década de 1990 alterou significativamente o perfil económico da Guiné Equatorial, que se transformou rapidamente no País do continente africano com maior PIB *per capita*.

Contudo, apesar da riqueza proporcionada pelas receitas da exploração petrolífera, o País continuou a registar uma performance relativamente modesta no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ferramenta de avaliação das condições de bem-estar populacional criada pela ONU, tendo-se posicionado no 138º posto (entre 188 países) do ranking mundial em 2014 (14º entre 53 países africanos, atrás, por exemplo, de Cabo Verde, que apresenta um PIB *per capita* cerca de 5x inferior). Apesar de a Constituição de 1991 consagrar nominalmente o regime político como uma democracia constitucional, a presidência de Teodoro Obiang tem sido objecto de crítica e condenação por parte da comunidade internacional, com consequências a nível da não elegibilidade do País a diversos programas e fundos de apoio multilaterais e bilaterais devido ao incumprimento de condições políticas e legais.

Em resposta a estas pressões, foram sendo implementadas ao longo dos anos várias revisões do texto constitucional (a última das quais em 2011), de forma a veicular um maior compromisso para com a transparência no exercício e transição do poder, e para com o respeito pelos direitos humanos.

O País continua, no entanto, a posicionar-se negativamente no *Democracy Index* do *Economist Intelligence Unit*, índice que

CLUSTER DA ÁGUA

mede a qualidade da democracia em 167 países avaliada através de 60 indicadores agrupados em cinco categorias – pluralismo e processo eleitoral, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades cívicas, encontrando-se na 163ª posição no *ranking* de 2016.

SISTEMA POLÍTICO

A Guiné Equatorial é uma República Presidencialista em que o Chefe de Estado detém amplos poderes executivos.

O Presidente da República é eleito por maioria simples através de sufrágio directo e universal por períodos de sete anos, e nomeia directamente o governo, incluindo o Primeiro-Ministro e Vice-Primeiros-ministros e Ministros que formam o Gabinete. A revisão constitucional de 2011 introduziu diversas alterações na organização do sistema político, teoricamente no sentido de o tornar menos permeável a exercícios pessoais de poder. Entre as medidas adoptadas, destaca-se a limitação dos mandatos presidenciais a dois termos (de sete anos). As últimas eleições decorreram em 2016, com nova reeleição do Presidente Teodoro Obiang, o qual se poderá candidatar a um mandato final em 2023.

Outras medidas tendentes a uma maior abertura política e

separação de poderes consistiram na criação do cargo de Vice-Presidente e de novos órgãos constitucionais como o Tribunal de Contas e o Provedor de Justiça, para além da criação de um Senado.

Com a criação do Senado, o poder legislativo passou a ser assegurado por uma Assembleia Nacional Bicameral: Câmara do Senado, com 70 senadores, 55 directamente eleitos por maioria simples e 15 nomeados pelo Presidente da República, e Câmara dos Representantes, ou Parlamento, com 100 deputados, eleitos através de um sistema proporcional baseado em circunscrições eleitorais, em ambos os casos para mandatos de cinco anos.

As últimas eleições para as câmaras legislativas ocorreram em 2013, tendo o PDGE, partido no poder, ocupado 54 dos 55 assentos eleitos para o Senado, e 99 dos 100 assentos eleitos para o Parlamento, cabendo os restantes dois lugares ao CPDS, maior partido da oposição.

Quanto ao poder judicial, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e restantes nove juizes, são nomeados pelo Presidente da República para termos de cinco anos. O Presidente do Tribunal Constitucional e dois dos seus quatro membros são nomeados pelo Presidente da República, sendo os restantes dois nomeados pelo Parlamento.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA



Figura 3 - Mapa Político da Guiné Equatorial

A Guiné Equatorial está dividida administrativamente em:

- 2 Regiões
- 7 Províncias
- 18 Distritos
- 36 Municípios

CLUSTER DA ÁGUA

A **Região Continental** é constituída pela parcela de território localizada no continente, e inclui as ilhas de Corisco, Elobey Grande e Elobey Pequena, situadas junto à costa. Esta região subdivide-se em 4 **Províncias** – **Litoral**, **Centro Sur**, **Kié-Ntem** e **Wele-Nzas**. A **Região Insular** é constituída pelas ilhas de Bioko, onde se localiza Malabo, a capital administrativa do País, e de Annobón. A região subdivide-se em 3 **Províncias** – **Bioko Norte**, **Bioko Sur** e **Annobón**.

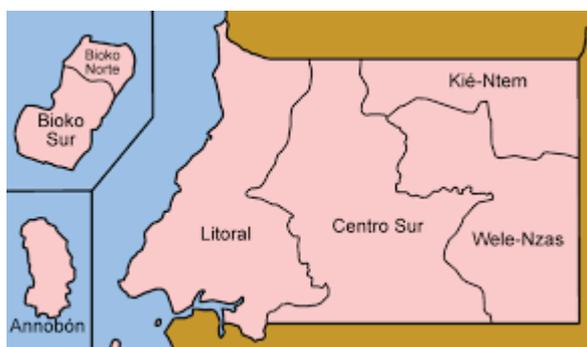


Figura 4 - Regiões e Províncias da Guiné Equatorial

TABELA 2 - CAPITALS DE PROVÍNCIA E DISTRITOS, DA GUINÉ EQUATORIAL

| REGIÃO | PROVÍNCIA | CAPITAL | DISTRITOS |
|-------------|-------------|---------------------|------------|
| Continental | Litoral | Bata | Bata |
| | | | Cogo |
| | | | Mbini |
| | Centro Sur | Evinayong | Acurenam |
| | | | Evinayong |
| | | | Niefang |
| | Kié-Ntem | Ebebiyin | Ebebiyin |
| | | | Micomiseg |
| | | | Nsoc Nsomo |
| | Wele-Nzas | Mongomo | Aconibe |
| | | | Añisok |
| | | | Mongomo |
| Nsoc | | | |
| Insular | Bioko Norte | Malabo | Baney |
| | | | Malabo |
| | Bioko Sur | Luba | Luba |
| | | | Riaba |
| | Annobón | San Antonio de Palé | Annobón |

A capital administrativa da Guiné Equatorial mudará brevemente a título definitivo para Djibloho, uma cidade nova que está a ser construída de raiz no interior da Região Continental, e que constituirá a oitava Província do País. Preparando a transição, o Governo instalou-se provisoriamente na cidade por um período de 3 meses iniciado em Fevereiro de 2017.



Figura 5 - Localização de Djibloho, futura capital administrativa

2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E MACROECONÓMICO

ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

A Guiné Equatorial é um dos países de menor dimensão geográfica e com menor população de África, contando, de acordo com o último censo oficial do INEGE, com 1.222.442 habitantes residentes em 2015 (dados preliminares), dos quais 209.611 são cidadãos estrangeiros (17%, essencialmente mão-de-obra empregue na indústria petrolífera).

A densidade populacional é de 43,6 habitantes/km², um valor próximo da média do continente africano existindo, contudo, importantes variações regionais, com a densidade da Região Insular a revelar-se bastante superior à da Região Continental, sobretudo aos territórios interiores sul desta.

À semelhança do que sucede em toda a África Subsariana, a pirâmide etária apresenta-se com uma base alargada e um topo estreito, fruto de uma estrutura etária em que mais de 40% da população tem menos de 15 anos de idade, e menos de 4% 65 anos ou mais. A idade mediana é de 19,6 anos.

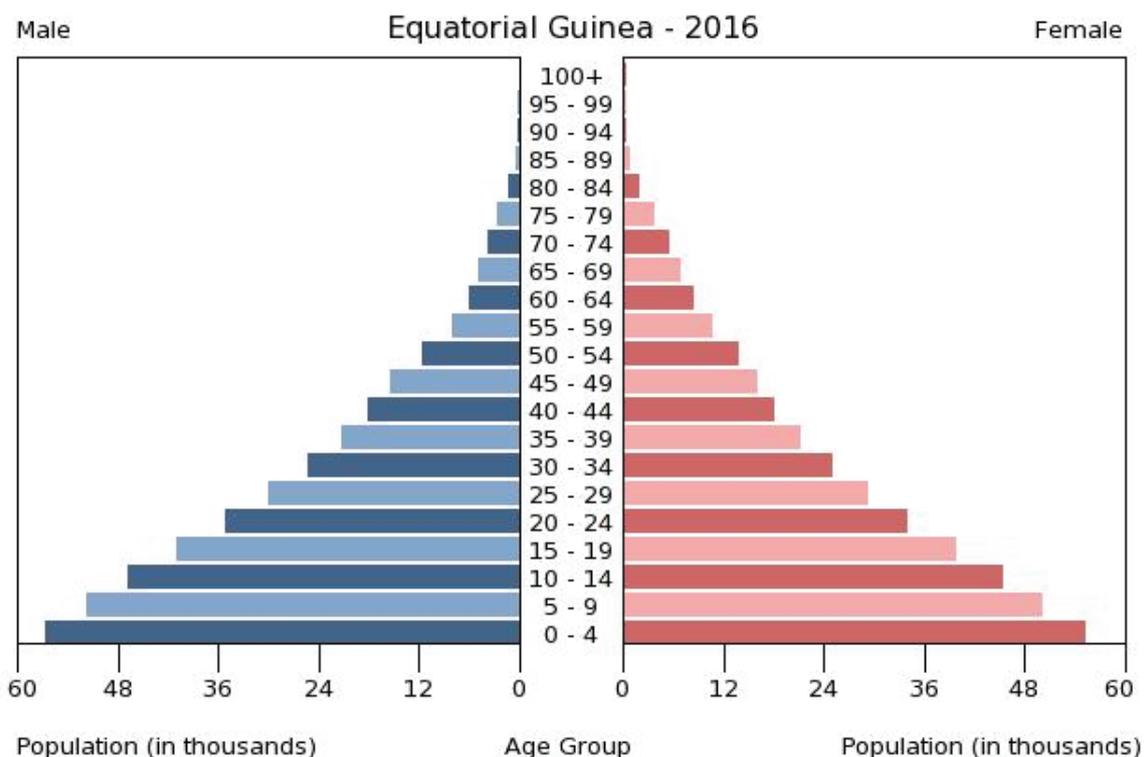


Figura 6 - Pirâmide Etária

CLUSTER DA ÁGUA

Também em linha com a Região, o País apresenta taxas de crescimento populacional, de natalidade, de fertilidade e de mortalidade infantil elevadas e uma esperança de vida à nascença baixa, em relação à média dos países desenvolvidos:

- **Taxa de Crescimento Populacional** (2016, estimativa) – 2,48% (Posição no Ranking Mundial – 22º, Posição no Ranking Africano – 20º)
- **Taxa de Natalidade** (2016, estimativa) – 32,8 nascimentos / 1.000 habitantes (32º, 30º)
- **Taxa de Fertilidade** (2016, estimativa) – 4,48 nascimentos / mulher em idade fértil (24º, 22º)
- **Taxa de Mortalidade Infantil** (2016, estimativa) – 67,2 mortes no 1º ano de vida / 1.000 nascimentos (14º, 13º)
- **Esperança de Vida à Nascença** (2016, estimativa) – 64,2 anos de idade (183º, 15º)

A distribuição geográfica da população por Província reflecte o peso das duas maiores metrópoles do País, Bata e Malabo, situadas respectivamente nas Províncias Litoral e Bioko Norte. De salientar que a Região Insular (ilhas de Bioko e Annobón) representa apenas 7% da área total do País, mas nela reside 28% da população. A densidade populacional da região é cerca de 5 vezes superior à registada na Região Continental.

TABELA 3 - POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL POR REGIÃO E PROVÍNCIA

| País / Regiões / Províncias | População Residente | | Área (km ²) | Densidade Populacional (hab./km ²) |
|-----------------------------|---------------------|-------|-------------------------|--|
| | Nº | % | | |
| GUINÉ EQUATORIAL | 1.222.442 | 100.0 | 28.051 | 43,6 |
| REGIÃO CONTINENTAL | 882.747 | 72.3 | 26.017 | 33,9 |
| Litoral | 366.130 | 30.0 | 6.665 | 54,9 |
| Centro Sur | 141.903 | 11.6 | 9.931 | 14,3 |
| Kié-Ntem | 183.331 | 15.0 | 3.943 | 46,5 |
| Wele-Nzas | 191.383 | 15.7 | 5.478 | 34,9 |
| REGIÃO INSULAR | 339.695 | 27.7 | 2.034 | 167,0 |
| Bioko Norte | 299.836 | 24.5 | 776 | 386,4 |
| Bioko Sur | 34.627 | 2.8 | 1.241 | 27,9 |
| Annobón | 5.232 | 0.4 | 17 | 307,8 |

De acordo com os censos do INEGE (dados preliminares), a percentagem de população urbana terá atingido os 70% em 2015 (86% na Região Insular e 65% na Continental). As estatísticas do *World Bank* apontam, contudo, para um percentual de 40%, ainda assim um valor acima da média da África Subsariana. Em todo o caso, é seguro afirmar-se que a população urbana tem aumentado de forma significativa ao longo das últimas duas décadas, com o êxodo rural a justificar-se pela atractividade que as maiores cidades do País representam em termos de oportunidades económicas, de resto à semelhança da tendência verificada em todo o Mundo.

A dimensão média dos agregados familiares é de 4,7 pessoas por fogo, sendo ligeiramente inferior na Região Insular (4,2) em comparação com a Continental (4,9).

TABELA 4 - POPULAÇÃO URBANA E DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS FAMILIARES POR REGIÃO E PROVÍNCIA

| País / Regiões / Províncias | População Urbana (% da população total) | Dimensão Média dos Agregados Familiares (Urbanos + Rurais) (hab./nº de fogos) |
|-----------------------------|---|---|
| GUINÉ EQUATORIAL | 70.6 | 4,7 |
| REGIÃO CONTINENTAL | 64.7 | 4,9 |
| Litoral | 94.1 | 4,6 |
| Centro Sur | 41.2 | 5,2 |
| Kié-Ntem | 42.1 | 5,2 |
| Wele-Nzas | 47.5 | 5,0 |
| REGIÃO INSULAR | 86.0 | 4,2 |
| Bioko Norte | 90.8 | 4,2 |
| Bioko Sur | 42.6 | 3,9 |
| Annobón | 100.0 | 3,8 |

CLUSTER DA ÁGUA

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia da Guiné Equatorial é fortemente dependente da produção e exportação de petróleo. De acordo com diversas fontes – *World Bank*, EIU, FMI – o sector petrolífero terá representado entre 60% e 75% do PIB e entre 85% e 95% das exportações do País ao longo da última década, garantindo um contributo acima dos 80% para as receitas fiscais do Estado. A Guiné Equatorial tem-se cotado regularmente como o terceiro maior produtor e exportador de hidrocarbonetos da África Sub-sariana, apenas atrás de Angola e Nigéria. A riqueza proveniente das receitas do petróleo, associado à sua reduzida dimensão populacional, tem colocado a Guiné Equatorial no topo dos países com maior rendimento *per capita* do continente.

Esta riqueza vem-se traduzindo num melhoramento das infra-estruturas do País, nomeadamente a nível das vias de comunicação, estruturas portuárias e aeroportuárias, e redes de fornecimento e distribuição de electricidade mas, apesar destes investimentos, desequilíbrios na distribuição do rendimento têm mantido o País num patamar de Índice de Desenvolvimento Humano relativamente modesto face ao potencial derivado das receitas fiscais do petróleo, com indicadores sociais mais típicos de um País de baixo rendimento.

A dependência em relação ao petróleo tem colocado o País numa situação de fragilidade face a oscilações nos preços da matéria-prima, com períodos de recessão em 2009 e 2010 fruto da crise financeira mundial, e mais recentemente desde 2014. Contudo, mais preocupante numa perspectiva de longo-prazo, a capacidade de produção barril / dia encontrava-se já sob pressão antes da quebra dos preços em 2014, com a extracção dos poços existentes em declínio, e sem descobertas recentes relevantes de novas reservas.

Esta conjugação de factores tem exposto crescentemente os problemas estruturais da economia, nomeadamente o défice de diversificação existente, que resulta de anos de desinvestimento nas capacidades produtivas agrícola e industrial (para além da petrolífera).

Assim, de acordo com dados do *World Bank* e do FMI, o PIB terá contraído 8,3% em 2015 e 9,9% em 2016, revelando um impacto recessivo superior às previsões, efeito de uma produção

petrolífera em declínio conjugada com a tendência de quebra continuada dos preços, e dos consequentes efeitos multiplicadores negativos sobre a economia em termos de redução do investimento público e da actividade do sector da construção (segundo principal sector económico do País). Ainda segundo estas fontes, o défice das contas públicas terá ultrapassado 15% do PIB em 2015, e as reservas internacionais do País terão diminuído cerca de 35% desde finais de 2014.

As projecções de evolução do PIB para 2017 e 2018 foram também revistas em baixa face a estimativas anteriores, situando-se agora entre os -5% e -6%, indicativos ainda assim de uma previsão de inflexão na tendência de agravamento dos últimos anos, sendo expectável a adopção de políticas mais apertadas de controlo do défice público por parte do Governo, que terão no entanto repercussões sobre a despesa e o investimento. A taxa de inflação diminuiu no período 2013-15, em que atingiu os 3,45% (FMI), prevendo-se que se mantenha abaixo dos 4% no ciclo 2016-18. A taxa de juro de referência em vigor no País é determinada pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC), organismo monetário da CEMAC, encontrando-se fixada em 2,45% desde Agosto de 2015.

A Balança Comercial é tradicionalmente superavitária, graças às exportações de petróleo e gás natural. O saldo manteve-se positivo em 2015, apesar da quebra pronunciada das exportações, que foi acompanhada por um recuo nas importações, nomeadamente as de bens e equipamentos relacionados com a actividade petrolífera.

De salientar que a diversificação económica, através nomeadamente de uma maior abertura ao sector privado, constitui um dos cinco grandes eixos de transformação identificados no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) Horizonte 2020. Este plano estratégico nacional, lançado em 2008 e que entrou na sua segunda fase de implementação em 2013 (a primeira fase centrou-se na infra-estruturação do País), refere como principais actividades económicas estratégicas a dinamizar e abertas ao investimento a agricultura e pecuária, as pescas, a exploração mineira (ouro, zinco, diamantes), a indústria petroquímica, o turismo e os serviços financeiros.

TABELA 5 – PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

| | Unid. | 2013 ^a | 2014 ^a | 2015 ^b | 2016 ^b | 2017 ^c | 2018 ^c |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| PIB preços de mercado ¹ | 10 ⁹ USD | 17.1 | 15.5 | 11.6 | 10.7 | 11.3 | 10.5 |
| PIB per capita | USD | 35.373 | 34.741 | 32.741 | 30.620 | 29.218 | n.d. |
| Crescimento real do PIB | Var. % | -6.5 | -0.3 | -4.5 | -5.0 | -3.8 | -2.5 |
| Saldo do sector público | % PIB | -7.6 | -6.8 | -5.9 | -4.6 | -2.3 | -1.9 |
| Dívida pública | % PIB | 7.9 | 12.0 | 15.2 | 19.5 | 21.3 | 16.5 |
| Exportações de bens ¹ | 10 ⁹ USD | 15.2 | 14.0 | 8.0 | 7.0 | 7.9 | 8.1 |
| Exportações de bens ² | Var. % | -8.8 | 7.7 | 8.7 | -4.7 | -6.8 | -6.1 |
| Importações de bens ¹ | 10 ⁹ USD | 7.0 | 6.6 | 4.1 | 3.6 | 3.7 | 3.9 |
| Importações de bens ² | Var. % | -16.3 | -6.1 | -8.8 | -15.2 | -7.4 | -6.8 |
| Saldo balança corrente | % PIB | -9.5 | -10.0 | -14.5 | -9.5 | -5.8 | -7.7 |
| Dívida externa | 10 ⁹ USD | 2.7 | 2.2 | 1.2 | 1.3 | 1.4 | 1.4 |
| Taxa de inflação (média) | % | 6.3 | 5.4 | 3.5 | 3.2 | 3.8 | 3.9 |

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU), FMI, COSEC

Notas: (a) Valores atuais (b) Previsões n.d. não disponível (1) Preços correntes (2) Preços constantes

CLUSTER DA ÁGUA

Em termos de comércio internacional, o peso da Guiné Equatorial é pouco significativo à escala global, reflectindo a reduzida dimensão do mercado.

A quota do País nas exportações mundiais não chegou a 0,1% em 2014, baseando-se sobretudo, conforme já referido, nos produtos petrolíferos (mais de 90%). Como clientes principais destacaram-se a China (25%) e o Reino Unido (15%).

O peso nas importações mundiais é ainda mais reduzido. Estas centram-se sobretudo em máquinas e equipamentos destinados à indústria petrolífera. Os principais fornecedores em 2014 foram os EUA (22%), a Espanha (16%) e a China (14%).

Os EUA, Espanha, França e China perfilam-se tradicionalmente como principais parceiros económicos da Guiné Equatorial em termos de comércio, investimento e cooperação.

TABELA 6 – PESO DA GUINÉ EQUATORIAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL EM 2014

| Posição e Quota da Guiné Equatorial no C. Mundial de Bens – 2014 | Exportações | | Importações | |
|--|------------------|-------|-------------------|-------|
| | 84. ^a | 0.07% | 120. ^a | 0.03% |

Fonte: WTO – World Trade Organization

TABELA 7 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS E IMPORTADOS

| Principais produtos Exportados – 2014 | % total | Principais produtos Importados – 2014 | % total |
|--|---------|---------------------------------------|---------|
| Combustíveis e óleos minerais | 94.3 | Máquinas e equipamentos mecânicos | 17.4 |
| Produtos químicos orgânicos | 3.3 | Aeronaves e componentes | 13.3 |
| Madeira, carvão vegetal e obras de madeira | 1.5 | Obras de ferro fundido, ferro e aço | 7.6 |
| Aeronaves e componentes | 0.7 | Máquinas e equipamentos eléctricos | 6.6 |
| Máquinas e equipamentos mecânicos | 0.0 | Combustíveis e óleos minerais | 6.4 |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Nota: Valores declarados pelos parceiros comerciais (*mirror statistics*)

TABELA 8 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

| Principais Clientes - 2014 | Posição | Quota % | Principais Fornecedores - 2014 | Posição | Quota % |
|----------------------------|-----------------|---------|--------------------------------|-----------------|---------|
| China | 1. ^a | 24.9 | EUA | 1. ^a | 22.1 |
| Reino Unido | 2. ^a | 15.0 | Espanha | 2. ^a | 16.4 |
| Singapura | 3. ^a | 8.7 | China | 3. ^a | 13.6 |
| Brasil | 4. ^a | 8.5 | França | 4. ^a | 5.3 |
| França | 5. ^a | 7.7 | Costa do Marfim | 5. ^a | 4.1 |

De referir que Portugal tem desempenhado um papel de algum relevo nas relações comerciais da Guiné Equatorial com o exterior, tendo-se posicionado em 2015 como 11.^o maior cliente e fornecedor de bens do País, embora com trajectórias opostas: a quota portuguesa nas exportações de bens da Guiné Equatorial tem aumentado sucessivamente desde 2013, ao passo que a quota nas importações de bens tem registado uma tendência descendente.

TABELA 9 – POSIÇÃO E QUOTA DE PORTUGAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS DA GUINÉ EQUATORIAL

| | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|--------------------------|------|------|------|------|------|
| Portugal como cliente da Guiné Equatorial | Posição | 14 | 8 | 14 | 11 | 11 |
| | Export. Guiné Equatorial | 1.45 | 3.93 | 1.74 | 2.17 | 3.60 |
| Portugal como fornecedor da Guiné Equatorial | Posição | 14 | 12 | 8 | 10 | 11 |
| | Import. Guiné Equatorial | 1.67 | 2.32 | 2.80 | 2.74 | 2.23 |

Fonte: ITC - International Trade Centre (*mirror statistics*); informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros

Analisando as exportações de Portugal para a Guiné Equatorial por Grupos de Produtos, em quebra generalizada em 2015 face a 2014 à excepção do Grupo “Madeira e Cortiça”, destacam-se como mais importantes os Grupos “Máquinas e Aparelhos”, “Metais

CLUSTER DA ÁGUA

Comuns” e “Minerais e Minérios”. Em termos de produtos específicos, realçam-se as “Barras de ferro/aço”, e os “Cimentos hidráulicos”.

TABELA 10 – EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA A GUINÉ EQUATORIAL POR GRUPOS DE PRODUTOS

| | 2011 | % Tot 11 | 2014 | % Tot 14 | 2015 | % Tot 15 | Var % 15/14 |
|----------------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| Máquinas e aparelhos | 7.6 | 18.6 | 12.9 | 23.7 | 10.6 | 29.6 | -17.6 |
| Metais comuns | 6.7 | 16.2 | 16.4 | 30.3 | 9.6 | 26.7 | -41.7 |
| Minerais e minérios | 12.6 | 30.7 | 12.6 | 23.2 | 7.7 | 21.4 | -39.2 |
| Químicos | 0.8 | 2.0 | 2.9 | 5.3 | 2.5 | 7.0 | -12.2 |
| Instrumentos de ótica e precisão | 0.1 | 0.2 | 1.6 | 3.0 | 1.0 | 2.9 | -35.6 |
| Plásticos e borracha | 1.5 | 3.7 | 1.0 | 1.9 | 0.8 | 2.1 | -27.4 |
| Agrícolas | 0.2 | 0.4 | 0.4 | 0.8 | 0.5 | 1.5 | 28.4 |
| Combustíveis minerais | 8.3 | 20.1 | 1.2 | 2.1 | 0.5 | 1.5 | -54.0 |
| Alimentares | 0.2 | 0.6 | 0.6 | 1.1 | 0.5 | 1.4 | -14.7 |
| Veículos e outro mat. transporte | 1.1 | 2.7 | 1.2 | 2.2 | 0.4 | 1.2 | -62.9 |
| Madeira e cortiça | 0.1 | 0.4 | 0.2 | 0.3 | 0.4 | 1.1 | 122.5 |
| Pastas celulósicas e papel | 0.2 | 0.4 | 0.2 | 0.4 | 0.2 | 0.5 | -22.7 |
| Matérias têxteis | 0.4 | 0.9 | 0.2 | 0.3 | 0.1 | 0.2 | -48.3 |
| Vestuário | 0.1 | 0.2 | 0.3 | 0.5 | 0.1 | 0.2 | -77.9 |
| Calçado | 0.0 | 0.1 | 0.1 | 0.2 | 0.0 | 0.1 | -66.1 |
| Peles e couros | 0.0 | 0.1 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | -82.3 |
| Outros produtos (a) | 1.1 | 2.6 | 2.6 | 4.7 | 0.9 | 2.6 | -63.9 |
| Total | 41.2 | 100.0 | 54.3 | 100.0 | 35.9 | 100.0 | -34.0 |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Milhões de euros

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

TABELA 11 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA A GUINÉ EQUATORIAL

| | 2014 | 2015 | % Tot 15 | Var % 15/14 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 7214 Barras de ferro/aço n/ ligado, forjadas, laminadas, estiradas a quente, etc | 10.7 | 7.4 | 20.5 | -31.3 |
| 2523 Cimentos hidráulicos (incl. os “clinkers”), mesmo corados | 11.2 | 6.7 | 18.6 | -40.7 |
| 8517 Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios etc; videofones | 0.0 | 3.0 | 8.5 | § |
| 3822 Reagentes de diagnóstico ou de laboratório, exceto as posições 3002 ou 3006 | 1.1 | 1.8 | 4.9 | 58.4 |
| 8471 Máquinas automáticas p/ processamento dados/unidades; leitores magnéticos etc | 0.8 | 1.7 | 4.8 | 114.6 |
| 9018 Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária | 1.3 | 0.9 | 2.6 | -27.6 |
| 8525 Aparelhos emissores p/ radiotelefonia etc; câmaras de tv; câmaras de vídeo etc | 0.0 | 0.9 | 2.5 | § |
| 7610 Construções e suas partes, de alumínio; chapas etc, de alumínio p/ construções | 2.0 | 0.7 | 2.0 | -64.3 |
| 9403 Outros móveis e suas partes | 0.7 | 0.6 | 1.7 | -6.8 |
| 7308 Construções e suas partes (etc) de ferro fundido, ferro/aço, exc prod pp 9406 | 2.2 | 0.5 | 1.3 | -78.9 |
| Amostra | 30.0 | 24.2 | 67.4 | -- |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Milhões de euros

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2014

CLUSTER DA ÁGUA

As importações confinam-se praticamente ao Grupo “Combustíveis Minerais”.

TABELA 12 – IMPORTAÇÕES DE PORTUGAL PROVENIENTES DA GUINÉ EQUATORIAL POR GRUPOS DE PRODUTOS

| | 2011 | % Tot 11 | 2014 | % Tot 14 | 2015 | % Tot 15 | Var % 15/14 |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Combustíveis minerais | 138.6 | 99.8 | 144.2 | 68.2 | 222.4 | 99.7 | 54.2 |
| Máquinas e aparelhos | 0.3 | 0.2 | 0.2 | 0.1 | 0.5 | 0.2 | 167.3 |
| Madeira e cortiça | 0.0 | 0.0 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.0 | -24.8 |
| Metais comuns | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | § |
| Instrumentos de ótica e precisão | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 15.5 |
| Veículos e outro mat. transporte | | | 67.0 | 31.7 | 0.0 | 0.0 | -100.0 |
| Minerais e minérios | | | | | 0.0 | 0.0 | § |
| Químicos | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | § |
| Vestuário | | | 0.0 | 0.0 | | | -100.0 |
| Plásticos e borracha | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | | -100.0 |
| Calçado | | | 0.0 | 0.0 | | | -100.0 |
| Matérias têxteis | | | 0.0 | 0.0 | | | -100.0 |
| Peles e couros | | | 0.0 | 0.0 | | | -100.0 |
| Outros produtos (a) | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | § |
| Total | 139.0 | 100.0 | 211.6 | 100.0 | 223.1 | 100.0 | 5.4 |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Milhões de euros

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2014

No que diz respeito às transacções de serviços, é de destacar o aumento significativo do peso da Guiné Equatorial enquanto cliente de Portugal a partir de 2014, o que supõe, ao contrário do sucedido com as exportações de bens, um bom dinamismo recente das exportações de serviços portugueses para este destino.

TABELA 13 – QUOTA DA GUINÉ EQUATORIAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGUÊS DE SERVIÇOS

| | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|-----------|------|------|------|------|------|
| Guiné Equatorial como cliente de Portugal | % Export. | 0.01 | 0.01 | 0.04 | 0.12 | 0.32 |
| Guiné Equatorial como fornecedor de Portugal | % Import. | 0.13 | 0.45 | 0.15 | 0.09 | 0.14 |

Fonte: Banco de Portugal

No cômputo geral, o número de empresas portuguesas a exportar para a Guiné Equatorial caiu em 2015, pela primeira vez em quatro anos, com uma diminuição de 35%.

TABELA 14 – OPERADORES ECONÓMICOS PORTUGUESES

| | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--------------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|
| Exportadores para a Guiné Equatorial | N.º Empresas | 60 | 87 | 170 | 182 | 118 |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário.

(2011 a 2014: resultados definitivos; 2015: resultados provisórios)

CLUSTER DA ÁGUA

A evolução da Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com a Guiné Equatorial sintetiza o comportamento dinâmico dos fluxos entre os dois países.

TABELA 15 – BALANÇA COMERCIAL DE BENS E SERVIÇOS DE PORTUGAL COM A GUINÉ EQUATORIAL

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Var % 15/11 ^a | 2015 jan/nov | 2016 jan/nov | Var % 16/15 ^b |
|--------------|-------|--------|--------|--------|--------|--------------------------|--------------|--------------|--------------------------|
| Exportações | 41.2 | 42.1 | 65.8 | 54.3 | 35.9 | 1.8 | 34.7 | 19.3 | -44.3 |
| Importações | 139.0 | 477.3 | 190.2 | 211.6 | 223.1 | 50.0 | 180.5 | 87.6 | -51.5 |
| Saldo | -97.8 | -435.3 | -124.5 | -157.3 | -187.2 | -- | -145.9 | -68.3 | -- |
| Coef. Cob. % | 29.6 | 8.8 | 34.6 | 25.7 | 16.1 | -- | 19.2 | 22.0 | -- |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Unidade: Milhões de euros

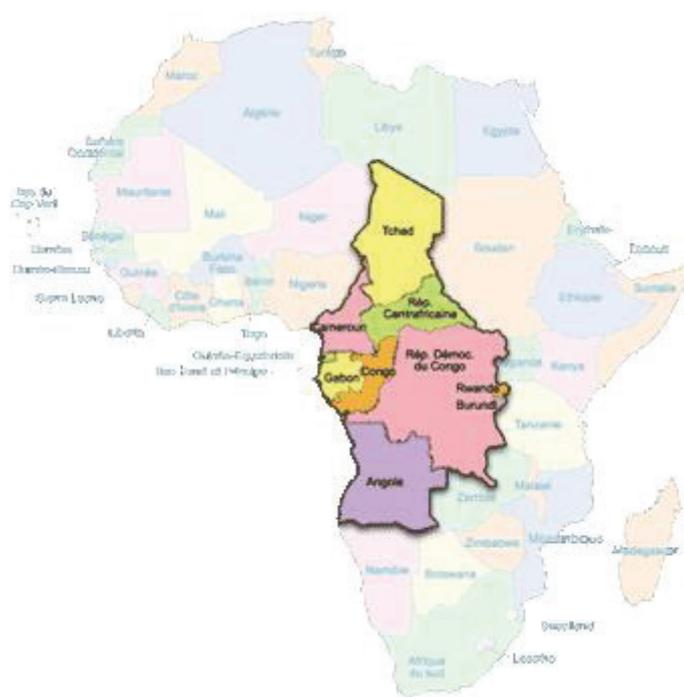
Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

(2011 a 2014: resultados definitivos; 2015: resultados provisórios; 2016: resultados preliminares)

As exportações revelam uma tendência global positiva, alavancadas pelo sector dos Serviços. O comportamento das importações, que correspondem quase na totalidade a produtos petrolíferos, tem sido irregular, mas existe uma tendência global de crescimento desde 2011. O saldo apresenta-se tradicionalmente negativo para Portugal, dependendo basicamente do valor anual das importações de petróleo no que diz respeito à sua dimensão.

Em termos de relações económicas regionais, a Guiné Equatorial é membro da **Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)**, organização que compreende também os seguintes Estados-membros: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Gabão, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe. A CEEAC foi criada em 1983 com o objectivo de promover a cooperação e o desenvolvimento auto-sustentável na região, com particular ênfase na estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida das populações, e apresenta como principais metas a atingir a eliminação de impostos alfandegários entre os Estados-membros, o estabelecimento de uma pauta externa comum, consolidar o livre movimento de mercadorias, serviços e pessoas, melhorar a indústria, os transportes e as comunicações, concretizar uma união bancária, e criar um fundo de desenvolvimento. A sede localiza-se em Libreville, capital do Gabão.



CLUSTER DA ÁGUA

Figura 7 - Estados-Membros da CEEAC

A Guiné Equatorial faz também parte da **Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)**, a qual inclui ainda os seguintes Estados-membros: Camarões, Chade, Gabão, República Centro-Africana e República do Congo (ou seja, parte dos Estados que compõem a CEEAC). A organização foi instituída em 1994 para substituir a antiga União Aduaneira e Económica da África Central, e os seus objectivos convergem, no essencial, com os da CEEAC. No entanto, os países da CEMAC partilham uma mesma divisa, o Franco CFA da África Central (XAF), cuja paridade face ao Euro é fixa (1€ = 655,957 XAF).

3. CLIMA, GEOGRAFIA, PLUVIOSIDADE E RECURSOS HÍDRICOS

O território da Guiné Equatorial encontra-se geograficamente dividido em uma **região continental**, com uma superfície de 26.000 km² situada na costa do Golfo da Guiné sensivelmente

entre os paralelos 1º N e 2º N, e **cinco ilhas**:

- **Ilha de Bioko**, com uma superfície de 2.017 km², situada a NO da região continental a uma distância de cerca de 160 km entre os paralelos 3º N e 4º N, no Golfo do Biafra (integrado no Golfo da Guiné) ao largo dos Camarões, habitada.
- **Ilha de Annobón**, com uma superfície de 17 km², situada a SO da região continental a uma distância de cerca de 500 km junto ao paralelo 1º S no Golfo da Guiné, a Sul da Ilha de São Tomé e ao largo do Gabão, habitada.
- **Ilha de Corisco**, com uma superfície de 14 km², situada a SO da região continental a uma distância de cerca de 30 km, ao largo da foz do Rio Muni, cujo estuário marca a fronteira entre a Guiné Equatorial e o Gabão, habitada.
- **Ilhas de Elobey Grande e Elobey Pequena**, com uma superfície de respectivamente 2,3 km² e 0,2 km², situadas a uma distância de cerca de 10 km ao largo da foz do Rio Muni, desabitadas.



Figura 8 - Mapa Físico da Guiné Equatorial

CLUSTER DA ÁGUA



Figura 9 - Localização das Ilhas Bioko e Annobón



Figura 10 - Localização das Ilhas Corisco e Elobéis

Na **parte continental**, o relevo apresenta-se plano no litoral aumentando de altitude para o interior, agrupando-se em três tipos de formações geológicas:

- **Zona Litoral**, composta por rochas sedimentares, designadamente arenitos e margas.
- **Zona Interior**, composta maioritariamente por rochas metamórficas, como o gnaiss.
- **Zona Oriental**, granítica, composta por rochas magmáticas.

A maioria dos solos são derivados da decomposição de granitos e gnaisses, solos lateríticos com uma concentração alta, superior a 30%, de óxido de ferro, alumínio, titânio e hidratos de magnésio. A lixiviação é frequente, e a acidez situa-se na casa dos 6pH, apresentando frequentemente uma textura argilosa de grande adesividade, dada a presença de grandes quantidades de elementos coloidais.

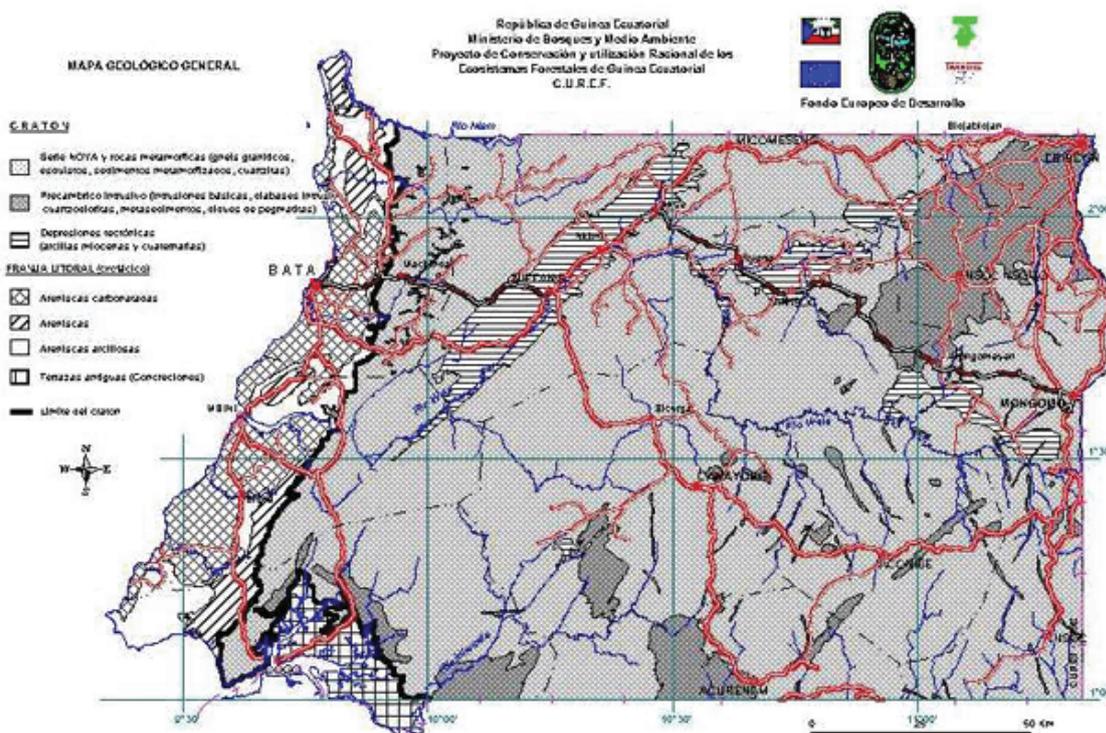


Figura 11 - Carta Geológica da Guiné Equatorial (Região Continental)

CLUSTER DA ÁGUA

Na orografia da região destacam-se os seguintes conjuntos:

- **Meseta de Kié-Ntem**, localizada na região Nordeste, apresenta uma altitude média de 700m, descendo progressivamente para Oeste até ao litoral através da penepalanície de Ntem.
- **Peneplanície Central**, apresenta uma altitude média de 400 – 500m caracterizada por afloramentos rochosos, descendo para Sudoeste através das bacias dos rios Muni e Mitemele.
- **Plataforma de Mongouba**, situada a Leste da Cordilheira de Niefang e a Sul da Meseta de Kié-Ntem, com altitudes máximas de 1.000m.
- **Maçço de Mitra**, situado na parte Sul do Niefang, nele se localizam as montanhas mais elevadas da região continental, atingindo os 1.250m.
- **Bacia dos Rios Muni e Mitemele**, junto à fronteira com o Gabão.



Figura 12 - Localização da Cordilheira de Niefang



Figura 13 - Esquema do Perfil Topográfico da Região Continental

As **ilhas de Bioko e Annobón** são de origem vulcânica, encontrando-se inseridas na cadeia de vulcões que vai do Lago Chade, no continente, até à Ilha de Ascensão, no Atlântico Sul, e de que fazem parte também o Monte Camarões e as ilhas de São Tomé e do Príncipe.

A morfologia de Bioko apresenta relevos abruptos e escarpados, com vales profundos separados por cristas e caldeiras. A ilha

compreende três caldeiras vulcânicas principais: Pico Basilé, com 3.011m de altitude, e que constitui o ponto mais alto do País, e o Pico Biao e Caldera de Luba, ambos acima dos 2.000m.



Figura 14 - Localização dos Picos Vulcânicos de Bioko

O relevo da ilha divide-se em dois blocos, Norte e Sul, divididos por uma ligeira depressão em que a altitude desce aos 1.000m, sendo o maciço norte mais extenso e elevado.

A homogeneidade da rocha-mãe, composta por lavas basálticas, explica a pouca variedade de solos existente na ilha, e que se limita praticamente ao contraste entre solos aluviais nas zonas baixas e solos que resultam da erosão do basalto nas encostas e zonas altas. Estes últimos são ricos em hidróxido de ferro, assumindo acima dos 600m uma aparência terrosa, de cor castanha, mas pobres em feldspatos. Os solos apresentam uma acidez no geral neutra, com um pH nunca inferior a 6. Os níveis de matéria orgânica aumentam com a altitude.

Na ilha de Annobón destaca-se em termos geomorfológicos a caldeira onde se situa o Lago de A Pot e cones adjacentes, que ultrapassam os 400m de altitude. O ponto mais alto da ilha localiza-se mais a Sul, atingindo cerca de 600m. Os solos, logicamente de origem basáltica, são ricos em compostos de magnésio, mas com uma menor proporção de silício e alumina quando comparados com os de Bioko, podendo considerar-se solos ultrabásicos.



Figura 15 - Localização dos Picos Vulcânicos de Annobón

O clima da Guiné Equatorial é tropical húmido (Classe Am), caracterizando-se por uma temperatura média elevada e baixa amplitude térmica, e chuvas abundantes de características monçónicas.

Na parte continental, a temperatura média anual é de 25°C, com oscilações de apenas +/- 5°C. Existem duas estações particularmente chuvosas, entre Março e Junho, e entre Setembro e Novembro, e um período menos pluvioso entre Julho e Agosto. A precipitação média anual situa-se entre 1.800mm e 3.800mm. A humidade relativa oscila entre 85% e 90% ao longo do ano, com as regiões mais húmidas a situarem-se no Maciço de Mitra e na Bacia do Rio Mitemele, na fronteira com o Gabão.

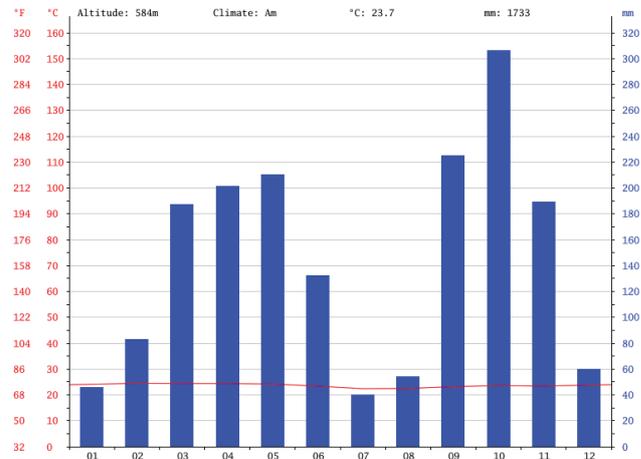


Figura 17 - Perfil Climático de Ebeyiyin

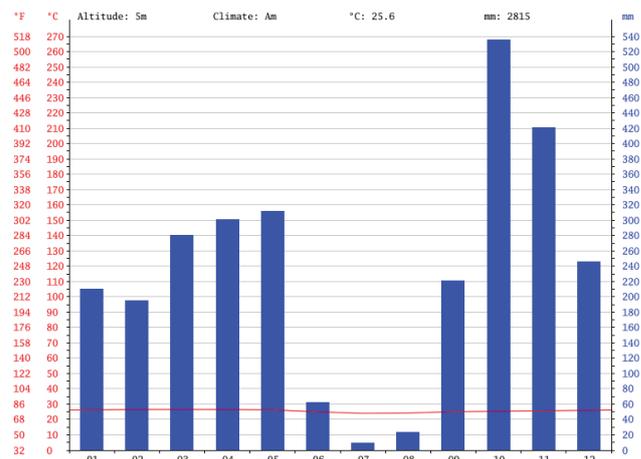


Figura 18 - Perfil Climático de Cogo

Na ilha de Bioko o clima é influenciado pelas correntes marítimas quentes do Golfo da Guiné e pelo relevo vulcânico, adquirindo características monçónicas mais evidentes. A temperatura média anual é igualmente de 25°C, mas com uma amplitude ainda menor, de +/- 2°C. A pluviosidade é mais abundante, com um período menos chuvoso entre Dezembro e Fevereiro. A humidade relativa é em média de 90%, mais elevada no Sul da ilha e nas altitudes entre os 1.000m e 1.500m.

Na ilha de Annobón a variação de precipitação é mais marcada, com chuvas abundantes entre Novembro e Maio e um período relativamente seco entre Maio e Outubro. A temperatura média anual atinge os 26°C, com uma amplitude térmica praticamente nula.

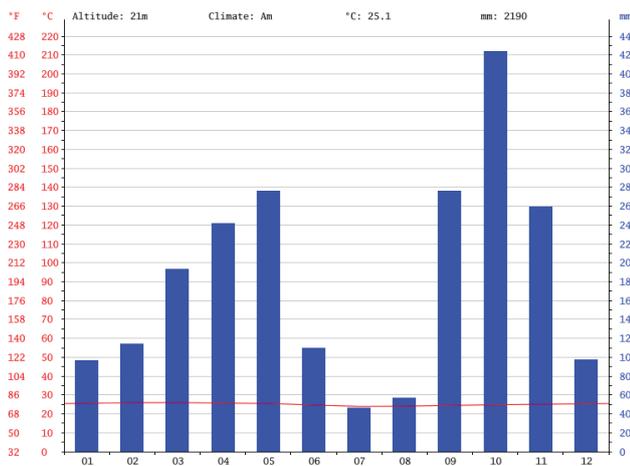


Figura 16 - Perfil Climático de Bata

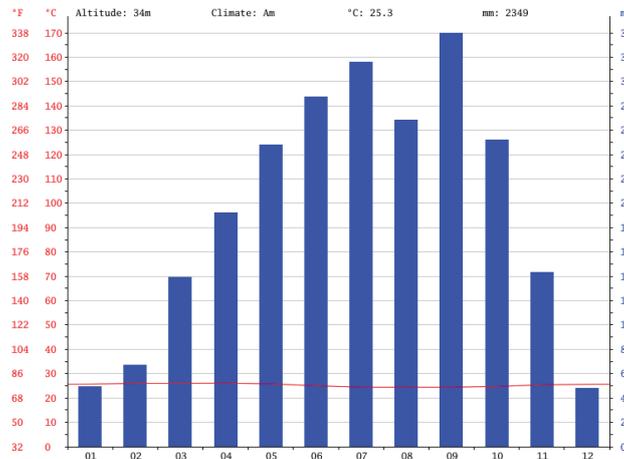


Figura 19 - Perfil Climático de Malabo

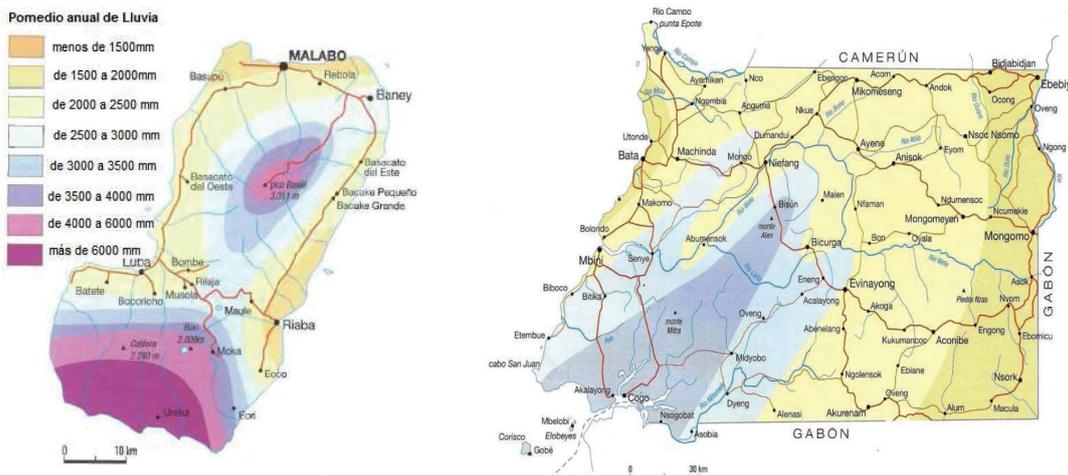
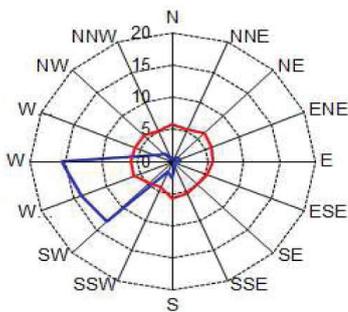


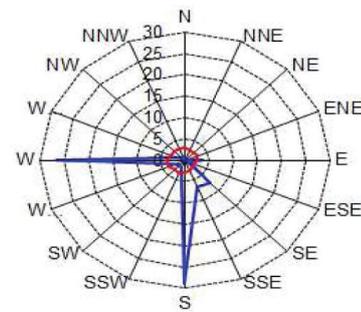
Figura 20 - Pluviosidade Média Anual na Região Continental e Ilha de Bioko

No que diz respeito aos ventos, predominam, como é típico nas regiões próximas do Equador, as situações de calma, de forma mais expressiva na ilha de Bioko. Ocorrem contudo com alguma frequência fenómenos de vento forte, relacionados com o fluxo de ar descendente originados em TLS (Tempestades Locais Severas).



— Frecuencia (%)
 — Vel Media (km/h)
 Calmas 42.5 %

Figura 21 - Rosa-dos-ventos em Malabo, Ilha de Bioko, no período 2000-10



— Frecuencia (%)
 — Vel Media (km/h)
 Calmas: 15.1 %

Figura 22 - Rosa-dos-ventos em Bata, Região Continental, no período 2006-10

CLUSTER DA ÁGUA

Em termos hidrográficos, a região continental da Guiné Equatorial é bastante rica em cursos de água, com uma rede profusa que conta com três bacias principais: Rio Ntem (ou Campo), Rio Mbini (ou Wele) e Rio Muni.

O Rio Ntem nasce no Gabão, atravessa o Sul dos Camarões, e forma a fronteira deste País com a Guiné Equatorial no seu percurso final, até à foz, já na Província de Litoral. Trata-se de um sistema fluvial rápido, com três afluentes principais na margem esquerda equato-guineense, os rios Kie, Guoro e Mvuba.

O Rio Mbini, maior do País em termos de extensão e caudal, nasce também no Gabão, entrando em território equato-guineense um pouco a Sul de Mongomo, na Província de Wele-Nzas. No

seu curso inicial na Guiné Equatorial o rio flui lentamente de forma serpenteada no sentido Leste – Oeste até Yen, onde as ramificações orientais da Cordilheira de Niefang o desvia para Norte. A partir sensivelmente da sua confluência com o Rio Abia retoma a direção poente, até desaguar a Sudoeste no Atlântico. O Mbini é navegável até às quedas de água de Senye, a 30 km da foz, e conta com mais de uma dezena de afluentes, entre eles o referido Abia, o Nta, o Nroro, o Bono e o Mongó.

O Muni não consiste propriamente num rio, tratando-se de um estuário onde convergem os rios Congué, Mitong, Mven, Utamboni e Mitemele, no lado equato-guineense, e ainda o Noya, no lado gabonês. O estuário marca a fronteira do País com o Gabão no seu extremo Sul litoral.



Figura 23 - Panorama Geral da Rede Hidrográfica (Região Continental)

Na ilha de Bioko o sistema fluvial emana de forma radial a partir das massas vulcânicas de Basilé, Biao e Luba. Os rios apresentam um curso rápido por efeito das consideráveis pendentes, com numerosas quedas de água.

Por força da sua pequena dimensão, a ilha de Annobón possui um sistema hidrográfico sem grandes correntes fluviais, sendo composto por ribeiros que partem de forma radial das zonas altas para a costa. A massa de água mais relevante da ilha é o Lago de A Pot, que ocupa a cratera de um vulcão com 700m de diâmetro.

A densidade do sistema fluvial associada à elevada pluviosidade, num território de apenas 28 mil km² e 1,2 milhões de habitantes, coloca a Guiné Equatorial entre os países mais abonados a nível mundial em termos de recursos hídricos (com a exceção dos territórios das ilhas de Annobón e Corisco). Em 2014 o País situava-se em 20º lugar no ranking de recursos hídricos renováveis *per capita*, com um índice de 30.766 m³ por habitante.

TABELA 16 - RECURSOS HÍDRICOS RENOVÁVEIS

| | |
|---|-----------|
| Águas de Superfície produzidas internamente | 25 |
| Águas Subterrâneas produzidas internamente | 10 |
| Sobreposição entre Águas de Superfície e Subterrâneas | 9 |
| TOTAL INTERNO RENOVÁVEL | 26 |

4. ORDENAMENTO E GESTÃO COSTEIRA

De acordo com a Conferência Nacional para o Desenvolvimento Rural realizada em 2000, cerca de 70% do território nacional encontrava-se, no dobrar do século, coberto por bosques, mais

concretamente floresta umbrófila perene, também designada por floresta húmida ou tropical.

O uso do solo caracterizava-se, segundo dados da altura, da seguinte forma:

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DO USO DO SOLO

| Finalidade de Uso do Solo | TOTAL | | REGIÃO CONTINENTAL | | REGIÃO INSULAR | |
|---------------------------|-----------|-----|--------------------|-----|----------------|-----|
| | ha | % | ha | % | ha | % |
| Floresta | 1.950.000 | 69 | 1.830.000 | 70 | 120.000 | 58 |
| Agricultura | 850.000 | 30 | 770.000 | 29 | 80.000 | 39 |
| Áreas Protegidas | 460.000 | - | 350.000 | - | 110.000 | - |
| Outros Usos | 5.100 | 1 | 1.700 | 1 | 3.400 | 3 |
| TOTAL | 2.805.100 | 100 | 2.601.700 | 100 | 203.400 | 100 |

Estimativas mais recentes de organismos relacionados com as Nações Unidas reportam, contudo, um decréscimo progressivo da área florestal ao longo da última década, a qual ocupará actualmente cerca de 60% do território (FAO). A deflorestação constitui, à semelhança do sucedido em muitos outros países localizados em regiões tropicais e equatoriais, o maior problema ambiental com que a Guiné Equatorial se debate na actualidade e com consequências a prazo, com um recuo de área florestal estimado em 15.000 Ha por ano (FAO).

A floresta tropical da Guiné Equatorial é parte integrante da Bacia do Rio Congo, maior unidade florestal do mundo a seguir à Bacia do Amazonas. Este tipo de floresta caracteriza-se por uma vegetação densa com uma altura que varia entre os 35m e os 40m. Desde o desinvestimento na produção de café e cacau, nos anos de 1990, o corte de árvores para produção de madeira tem-se constituído como a segunda fonte de receitas para o País, a seguir ao petróleo, e em muitos casos fonte de sustento para as populações rurais mais pobres.

O impacto negativo sobre o frágil ecossistema florestal do País provocado por excessos no corte de árvores, levou as autoridades nacionais desde logo a produzirem legislação no sentido de enquadrar o exercício da actividade madeireira.

Neste sentido, em 1997 foi aprovada uma nova lei, mais completa e abrangente, reguladora da exploração florestal, a *Ley nº1 sobre el Uso e Manejo de los Bosques*, consagrando como objectivo estabelecer um quadro jurídico e administrativo adequado a uma gestão racional dos recursos florestais e à promoção da sua sustentabilidade como garantia de protecção do meio-ambiente.

Em 2000, o *Ministerio de Agricultura y Bosques* deu um passo mais amplo no sentido de pensar o sector, formalizando uma política estratégica para a floresta, com prioridades estabelecidas, no propósito de reforçar a protecção e conservação do património florestal e a preservação dos ecossistemas.

Outras medidas legislativas foram sendo tomadas ao longo dos anos no sentido de procurar disciplinar o corte de árvores, como, em 2007, a proibição de exportação de troncos de madeira em bruto, que tinha também como objectivo proporcionar a criação de valor acrescentado à indústria de transformação local. A interacção entre a actividade agrícola e o domínio florestal ocorre de forma pouco harmoniosa e, apesar da legislação existente, normalmente desregrada, para o que contribui o padrão de nomadismo que caracteriza a agricultura, sobretudo na região continental, e que dificulta a gestão ordenada do solo.

Esta é uma questão que encontra raízes na própria posse da terra, a qual na sua grande maioria não se encontra registada, sendo explorada pelas comunidades rurais através de hábitos e costumes consuetudinários antigos que emanam de modelos de organização tribal.

Para além da pressão sobre a floresta provocada pelo corte de empresas madeireiras, agricultores e cidadãos em geral para exploração económica, ou uso próprio, de madeira, há a considerar mais recentemente um novo, e crescente, elemento de pressão, o constituído pelo crescimento urbanístico e desenvolvimento de vias de comunicação e outras infra-estruturas, o qual registou um *boom*, nomeadamente desde 2008, graças às receitas provenientes do petróleo. Muitas operações urbanísticas e de infra-estruturação foram e são realizadas sem os devidos estudos de impacto ambiental, em contradição com o estipulado por lei.

A forma como se vem materializando a construção de raiz, em curso, da futura nova capital administrativa do país, Djobloho, no coração da floresta, é um exemplo da insuficiente observância dos preceitos administrativos e regulamentares estabelecidos por lei no que diz respeito a estudos de impacto ambiental na concessão de licenças para a utilização de espaços florestais. De referir que a Guiné Equatorial se encontra envolvida desde 2014 como País parceiro da plataforma REDD+, mecanismo das Nações Unidas de incentivo à redução dos gases de efeito de estufa decorrentes da desflorestação, não havendo contudo ainda registo em finais de 2016, no sítio da plataforma, de um programa nacional específico finalizado, ou de financiamentos alocados no País.

No domínio específico da gestão das águas e do litoral marinho, é de referir a *Ley Nº3/2007, Reguladora de Aguas y Costas*, que enquadra legalmente a administração e gestão dos domínios públicos hidrológico e marítimo-terrestre.

O litoral do País enfrenta uma erosão crescente, derivada quer de factores naturais, com a ocorrência mais frequente de fenómenos meteorológicos e marítimos intensos, quer directamente da actividade humana, com o crescimento urbano de povoações costeiras e o aumento da actividade piscatória e do turismo, definidos aliás como sectores chave na política de diversificação económica no plano Horizonte 2020.

Como fenómenos meteorológicos acentuados com implicações sobre necessidades de ordenamento territorial destacam-se a ocorrência de TLS, acompanhadas de fortes ventos e intensa actividade eléctrica e precipitação, que provocam inundações

CLUSTER DA ÁGUA

súbitas e destruição de telhados, coberturas e árvores. Mais ocasionalmente, registam-se ocorrências de tornados e trombas de água junto à costa.

O vulcanismo não é actualmente considerado uma ameaça na ilha de Bioko. Os três vulcões que formam a ilha estão considerados adormecidos. Última erupção registada data de 1923, no vulcão de Santa Isabel (Pico Basilé).

Com impacto directo ou indirecto sobre o sector do meio ambiente, estão actualmente em vigor diversos planos, estratégias e programas nacionais e sectoriais, alguns com o apoio de instituições e organizações internacionais, mas que carecem amiúde de uma articulação eficaz entre si, do que resulta perda de eficiência na prossecução dos seus objectivos e na alocação de recursos técnicos, administrativos e financeiros.

Estes planos, estratégias e programas são os seguintes:

- *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social* (PNES, ou PNDES), também conhecido por Horizonte 2020.
- *Programa de Acción Nacional de Lucha contra la Deforestación y Degradación de Tierras* (PAN/LCD).
- *Plan de Acción Nacional para la Adaptación al Cambio Climático* (PANA).
- *Estrategia Nacional y Plan de Acción sobre Diversidad Biológica* (ENPADIB).
- *Programa Nacional para la Seguridad Alimentaria* (PNSA).
- *Plan de Acción del Sector de Energía* (PASE).
- *Estrategia Nacional y Plan de Acción de los Productos Forestales No Maderables en Guinea Ecuatorial*.
- *Estrategia Nacional para la Reducción de las Emisiones de Deforestación y Degradación de Bosques por mecanismo de conservación* (REDD+ GEQ).
- *Estrategia de Transversalización para la Gestión Sostenible de Suelos*.
- *Estrategia Legal para la Gestión Sostenible de Suelos*.
- *Estrategia de Financiación Integrada (EFI) para la Gestión Sostenible de Suelos*.

De notar a inexistência de um Plano ou Programa especificamente dedicado à gestão da orla costeira. Questões relacionadas, ou relacionáveis, com este domínio são contudo abordadas parcialmente em planos como o PNES, o PAN/LCD ou o PANA.

5. CONSUMO E USO DA ÁGUA

A escassez e insuficiência de estatísticas oficiais equato-guineenses sobre o sector da água dificulta a avaliação da sua dimensão e caracterização, nomeadamente uma análise quantitativa fiável sobre os padrões de consumo gerais e sectoriais do País e sua evolução.

O INEGE, organismo oficial que gere as estatísticas nacionais, publicou pela primeira vez em 2016 um documento síntese dos principais indicadores demográficos, sociais, económicos e financeiros do País, denominado *Guinea en Cifras*, mas a publicação é omissa no que diz respeito a dados estatísticos sobre o consumo de água, sua origem, processos de tratamento, uso, gestão das águas residuais, entre outros.

O único indicador encontrado em publicações oficiais equato-guineenses sobre a matéria consiste na % de população com acesso a fontes de água potável, que consta nomeadamente no inquérito à população EDSGE-I (*primera Encuesta Demográfica y Social de Guinea Ecuatorial*), realizado em 2011 e publicado no ano seguinte, e no documento de ponto de situação do cumprimento dos ODM – Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (*Informe Nacional de Guinea Ecuatorial sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio*), realizado em 2015.

Este é também um indicador presente nos bancos de dados de organismos internacionais como o *World Bank*, a OMS ou a FAO, embora com valores díspares relativamente aos das autoridades equato-guineenses.

O AQUASTAT, banco de dados estatísticos da FAO para a água, contém contudo alguma informação sobre a repartição sectorial do consumo de água, embora com dados que reportam ao ano 2000.

TABELA 18 – CONSUMO DE ÁGUA POR SECTOR
(FONTE: AQUASTAT)

| Finalidade | Consumo (10 ⁶ m ³) | % |
|------------------------------------|---|-----|
| Agricultura e Pecuária | 1 | 1 |
| Indústria | 17 | 16 |
| Doméstica (população e municípios) | 88 | 83 |
| TOTAL | 106 | 100 |

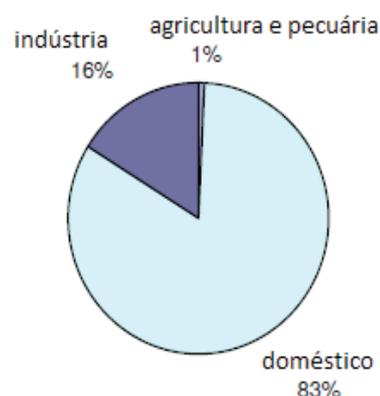


Figura 24 - Repartição Sectorial do Consumo de Água

De salientar que, de acordo com o AQUASTAT, dados de 2000, apenas eram utilizadas anualmente 0,4% das reservas hídricas renováveis totais do País.

O AQUASTAT não quantifica qualquer valor no País para os seguintes indicadores:

- Volume de águas residuais produzidas.
- Volume de águas residuais tratadas.
- Volume de reutilização de águas residuais tratadas.
- Volume de água dessalinizada produzida.
- Volume de reutilização de águas drenadas.
- Volume de água armazenada em barragens e seu potencial.

CLUSTER DA ÁGUA

A. AGRICULTURA

Na Guiné Equatorial pratica-se essencialmente uma agricultura de subsistência, através de práticas tradicionais sem apoio de infra-estruturas de irrigação. A água utilizada é, portanto, de origem pluvial, seja a que cai directamente sobre as culturas, seja recolhida e armazenada em reservatórios, e superficial, obtida de forma manual a partir dos cursos, linhas e massas de água. A forte pluviosidade e a densa rede hidrológica que caracterizam o País traduzem-se numa abundante presença de água para utilização agrícola, mas que requer sistemas de drenagem e irrigação exigentes para uma correta gestão hídrica dos solos. De acordo com o AQUASTAT, o potencial de irrigação do País está estimado em cerca de 30.000 Ha, que poderiam beneficiar nomeadamente o cultivo de arroz.

Uma agricultura baseada num sistema de exploração agrícola empresarial, praticamente destruído no País após o desinvestimento no cultivo de cacau e café ocorrido com o advento do petróleo, é um dos eixos de diversificação económica previstos no plano estratégico Horizonte 2020, como meio de geração de rendimento e emprego, e tirando partido das condições favoráveis dos solos e do clima.

A materialização desta estratégia irá requerer o ordenamento dos solos com potencial agrícola, hoje inexistente, e a criação de condições de operação que pressupõem o projecto e construção de sistemas de drenagem e irrigação.

B. ENERGIA

As características hidrográficas da região continental do País e da ilha de Bioko favorecem a geração de energia hidroeléctrica. Em Bioko estão localizadas duas centrais hidroeléctricas com uma capacidade relativamente modesta: a central de Riaba, com uma capacidade geradora de 3MW, e a central de Musola, com uma capacidade de 0,8MW.

As necessidades energéticas da ilha, estimadas em 79MW em 2016 (um crescimento de 10% face a 2015), são essencialmente satisfeitas pela central a gás de Punta Europa, que apresenta uma capacidade geradora de 154MW, a qual fornece toda a ilha através de uma rede de transporte de 66kV e 33kV, garantindo um superavit energético.

A região continental é essencialmente servida pela central hidroeléctrica de Djibloho, que alimenta todo o território através de uma rede de 220kV, 110kV e 20kV de tensão a partir de quatro geradores de 30MV (total de 120MW). Para além desta há a destacar a central térmica de Bata (que será transformada em central a gás), com uma capacidade de 24MW, existindo ainda uma central hidroeléctrica de capacidade reduzida em Bikomo, actualmente desactivada (mas com projecto de reactivação).

As necessidades energéticas da região continental foram estimadas em 65MW em 2016, existindo também neste território uma capacidade excedentária. Contudo, nos períodos do ano de menor pluviosidade, a produção reduz-se ao ponto de provocar cortes de energia. Para obviar a este problema, está em curso a realização de um projecto de ampliação e regulação da albufeira, e estão previstos investimentos nos sistemas de armazenamento e distribuição.

A capacidade e fiabilidade de abastecimento serão inteiramente regularizadas após a entrada em funcionamento da nova central hidroeléctrica de Sendje, na região de Bata, que se prevê estar operacional em 2017, e que terá uma capacidade geradora total de 200MW (4 geradores de 50MW).

A geração hidroeléctrica e de energia a partir de gás natural são uma aposta da Guiné Equatorial para diversificar a fonte de receitas do País, tendo por objectivo a exportação de electricidade para os Camarões e Gabão através da construção de linhas de transporte de alta tensão.

C. INDÚSTRIA

A indústria equato-guineense baseia-se quase exclusivamente na extracção de petróleo e gás *offshore*.

A indústria transformadora é inexpressiva, resumindo-se até há poucos anos praticamente a algum processamento de madeira, actividade possivelmente comprometida no futuro devido à adesão do País ao programa REDD+ de combate à desflorestação, com objectivos estritos no que diz respeito ao controle do corte de árvores associados a mecanismos financeiros compensatórios. O País importa virtualmente todos os produtos transformados que consome, não existindo manufacturas locais de bens de consumo.

É de realçar no entanto o recente projecto industrial REPEGE (*Revolución Petroquímica de Guinea Ecuatorial*), localizado na ilha de Bioko e desenvolvido pela empresa pública Riaba Fertilizers, Ltd, que se constitui como cartão-de-visita do novo paradigma de diversificação económica que constitui uma das traves mestras do plano estratégico nacional Horizonte 2020. No complexo, que se prevê estar terminado até finais de 2019, serão produzidos fertilizantes para exportação, nomeadamente amónia e ureia, utilizando gás natural extraído de depósitos localizados *offshore* a cerca de 60 km de distância, e transportados por *pipeline*.

O complexo, que se pretende constituir como um núcleo empresarial internacional de negócios na área da indústria petroquímica, contará com uma infra-estrutura completa criada de raiz, que inclui uma central de dessalinização dedicada, para fornecimento de água.

CLUSTER DA ÁGUA

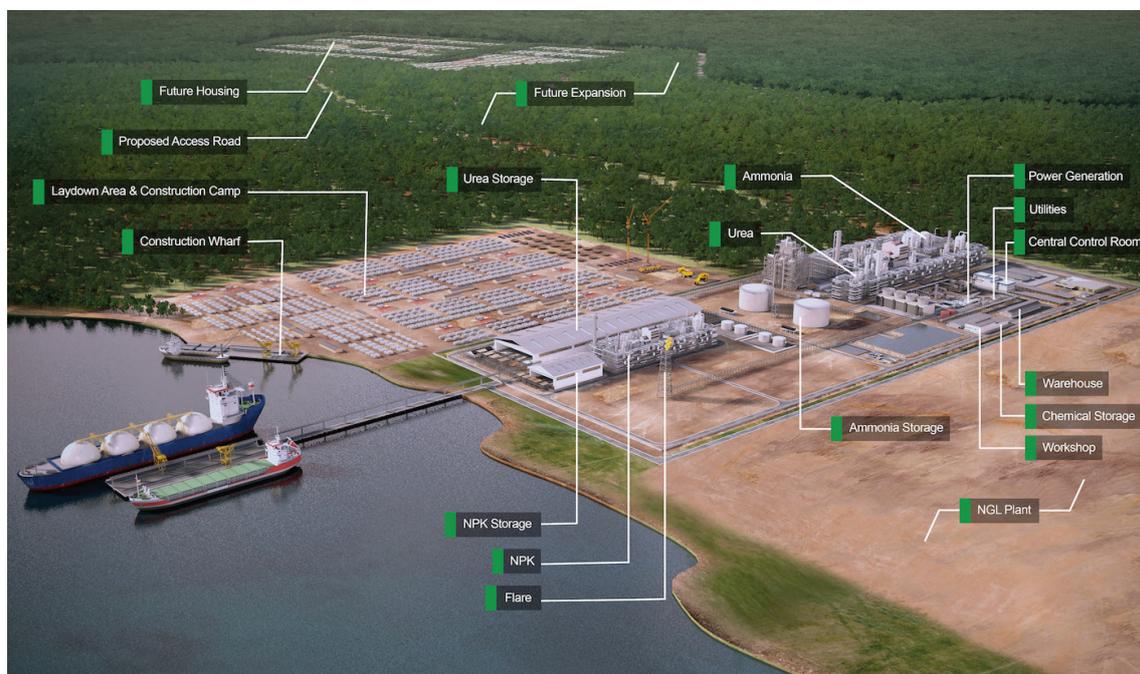


Figura 25 – Plano do Projecto REPEGE

D. ÁGUA POTÁVEL

As estatísticas relativas à % de população com acesso a fontes de água melhorada para beber variam conforme a fonte.

De acordo com o inquérito à população EDSGE-I, de 2011, 55% da população (80% nas zonas urbanas e 33% nas zonas rurais) tinha acesso a água potável. Ainda segundo o mesmo estudo, 40% dos lares dispunham de instalações sanitárias com disponibilidade de água (48% em zona urbana, 33% em zona rural).

Este estudo aponta como principais fontes melhoradas de acesso os fontanários públicos (21%) e poços protegidos (11%), sendo que apenas 2% tem origem na própria residência e 8% no pátio envolvente. A água encontra-se a mais de 30 minutos (ida e volta) de acesso para 21% da população.

As principais fontes não melhoradas são os poços não protegidos (21%) e águas de superfície (15%). De referir que 85% da água proveniente de fontes não melhoradas não sofre qualquer tipo de tratamento antes do consumo. Os tipos de tratamento mais frequentes, quando aplicados, são o branqueamento e cloro (11%) e a ferveria (4%).

No relatório de avaliação de 2015 de cumprimento dos ODM, é referido que 51,5% da população tinha em 2014 acesso a fontes de água potável (67,7% nas zonas urbanas), ou seja, valores inferiores aos apurados no inquérito EDSGE de 2011. Este mesmo relatório indica que 55,1% da população tinha em 2014 acesso a saneamento básico (63,3% nas zonas urbanas). Contudo, os últimos dados disponíveis da OMS sugerem que em 2015 apenas 48% da população tinha acesso a água potável, o que corresponderá ao valor mais baixo do continente africano. Em contrapartida, 75% da população tinha acesso a saneamento básico, um bom desempenho no contexto continental (4ª melhor taxa de acesso).

Independentemente da não convergência estatística das diversas fontes, importa reter que a infra-estrutura existente de abastecimento e distribuição de água tratada para consumo é bastante deficitária, apesar da abundância de recursos hídricos e de recursos financeiros gerados ao longo das últimas duas décadas pelas receitas da exportação de petróleo, mas que esta é uma situação que parece ter finalmente ocupado uma importância prioritária em termos de investimento público, com um aumento progressivo de projectos lançados e em curso. Neste aspecto é de referir que o esforço de infra-estruturação do País, consagrado em 2008 no PNDES – Horizonte 2020, recaiu numa fase inicial de execução de investimentos sobre a construção de vias de comunicação e melhoramentos das estruturas aeroportuárias, electrificação, e construção de redes de saneamento básico. O investimento em estruturas de captação, tratamento e abastecimento de água, inicialmente atrasado por comparação, apenas conheceu em anos mais recentes um progresso, mas a crise recessiva derivada da quebra das receitas petrolíferas em que o País mergulhou em 2015 tem condicionado de forma significativa a execução dos projectos.

Estes atrasos poderão condicionar o atingimento do objectivo preconizado pelo PNDES de cobertura de 90% da população por redes de abastecimento de água e saneamento em 2020.

E. ECOSISTEMAS

Apesar de se tratar de um dos países mais pequenos de África, a Guiné Equatorial caracteriza-se por uma grande variedade de paisagens e uma elevada biodiversidade, estando registadas 194 espécies diferentes de mamíferos, 418 espécies de aves e 91 espécies de répteis.

Em termos de zonas protegidas destaca-se o Parque Nacional Monte Alen, localizado na região continental, com uma área

CLUSTER DA ÁGUA

de 1.400 km², e em cuja selva tropical habitam 3.800 gorilas e 1.600 chimpanzés.

As florestas ocupam cerca de 60% do território, e albergam 3.250 espécies diferentes de plantas, algumas únicas no continente devido às características climáticas e geográficas derivadas da insularidade.

O País é membro da COMIFAC – Comissão para a Conservação dos Ecossistemas Florestais da África Central, da UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e da CMS – *Convention on the Conservation Migratory Species of Wild Animals*, também conhecida por Convenção de Bona.

As questões mais prementes relacionadas com a protecção e conservação dos ecossistemas equato-guineenses prendem-se

com o combate à deflorestação e à caça furtiva e ilegal de espécies animais protegidas.

6. CONDIÇÕES DE ACESSO AO MERCADO

A Guiné Equatorial ocupa uma modesta 178^a posição entre 190 países no *ranking Doing Business 2017* do *World Bank*, o qual avalia vários parâmetros que permitem colocar em perspectiva a facilidade ou dificuldade em desenvolver uma actividade empresarial nos vários países. No global, a posição relativa do País piorou relativamente a 2016, nomeadamente a nível do pagamento de impostos (que inclui a avaliação da carga burocrática existente e tempo despendido).

TABELA 19 - AVALIAÇÃO DOING BUSINESS, E POSIÇÃO NO RANKING

| PARÂMETROS | Posição no DB 2017 | Posição no DB 2016 | Varição na Posição |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Obtenção de alvarás de construção | 160º | 157º | -3 |
| Resolução de insolvência | 169º | 169º | = |
| Comércio Internacional | 174º | 174º | = |
| Registo de Propriedade | 160º | 158º | -2 |
| Pagamento de Impostos | 179º | 156º | -23 |
| Protecção dos investidores | 137º | 136º | -1 |
| Abertura de Empresas | 187º | 188º | +1 |
| Obtenção de crédito | 118º | 109º | -9 |
| Obtenção de electricidade | 143º | 137º | -6 |
| Execução de contratos | 103º | 101º | -2 |
| GLOBAL | 178º | 175º | -3 |

A) REQUISITOS LEGAIS E SOCIETÁRIOS

Segundo as normas de Direito Comercial da OHADA – Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios, de que a Guiné Equatorial é membro, podem constituir-se no País sociedades com os seguintes tipos de forma jurídica:

- **Sociedades em Nome Colectivo (S.N.C.)** - São sociedades comerciais em que todos os sócios se responsabilizam indefinida e solidariamente pelas dívidas da sociedade face a terceiros, bem como pela gestão e fiscalização dos negócios e interesses sociais.
- **Sociedades em Comandita Simples** – São sociedades em que as dívidas da sociedade são assumidas por todos os sócios ilimitados (comanditados), podendo ser um ou vários, e pelos sócios comanditários, cuja responsabilidade se limita ao montante das suas contribuições.
- **Sociedades de Responsabilidade Limitada** – São sociedades em que os sócios apenas são responsáveis pelas dívidas sociais até ao montante da sua contribuição, cujos direitos estão representados por participações sociais. O Capital Social mínimo é de 1.000.000 de francos CFA (XAF) (1.525€), dividido em unidades de participação social iguais com um valor nominal mínimo de 5.000 francos CFA (XAF) (7,6€) cada.
- **Sociedades Anónimas** – São sociedades em que os acionistas apenas são responsáveis pelas dívidas sociais até ao montante da sua contribuição, e em que os seus direitos estão representados por Ações. O Capital Social mínimo é de 10.000.000 de francos CFA (XAF) (15.245€), dividido em Ações de montante não inferior a 10.000 francos CFA (XAF) (15,25€) cada.
- **Sociedades em Conta de Participação** - São sociedades em que os parceiros acordam que não existe personalidade jurídica, ou inscrição no Registo Comercial.
- **Agrupamentos de Interesse Económico** – São sociedades que têm por objectivo exclusivo aplicar durante um determinado período de tempo os meios susceptíveis de facilitar o desenvolvimento da actividade económica dos seus membros, para melhorar ou aumentar os resultados dessa actividade.

De acordo com o programa *Doing Business* anteriormente citado, a constituição de uma sociedade de responsabilidade limitada (a forma jurídica mais comum no País) com menos de 50 pessoas requer 17 procedimentos administrativos, demorando uma média de 134 dias, um dos piores registos daquela base de dados mundial.

CLUSTER DA ÁGUA

Uma vez determinados os sócios da empresa e redigidos os estatutos, os trâmites legais a seguir são os seguintes:

1. **Obtenção de um certificado de antecedentes penais**, nos serviços da tutela da Administração Interna. Custo aproximado de 3.000 francos CFA (XAF) (4,6€). Demora normalmente 1 dia.
2. **Reconhecimento notarial dos estatutos**. Existem serviços de notariado em Malabo e em Bata. O custo aproximado, expresso em taxas a pagar, situa-se num valor entre 3% e 6% do capital social. Demora normalmente entre 3 a 14 dias.
3. **Registo de Propriedade e Comercial**. Certificado emitido por serviço da tutela da Justiça, mediante apresentação dos estatutos reconhecidos notarialmente. O custo aproximado é de 3% do capital social. Demora normalmente 2 ou 3 dias.
4. **Abertura de conta bancária e obtenção de certificado de solvência bancária**. Demora normalmente 1 dia.
5. **Obtenção de certificado de solvência fiscal**. Solicita-se nos serviços de Finanças em Malabo ou Bata. O custo situa-se entre os 5.000 e 10.000 francos CFA (XAF) (entre 7,6€ e 15,25€). Demora normalmente 2 dias.
6. **Solicitação da autorização do Gabinete do Primeiro-Ministro**. Carta em papel timbrado, com um custo de 2.000 francos (XAF) (3€), dirigida ao Primeiro-Ministro, acompanhada da seguinte documentação:
 - a. Cópia da escritura da Sociedade reconhecida notarialmente;
 - b. Cópia do Registo Comercial;
 - c. Fotocópia do Cartão de Identidade (cidadãos nacionais) ou de Passaporte visado ou de documento de autorização de residência (cidadãos estrangeiros);
 - d. Cédula pessoal actualizada, adquirida nos serviços de Finanças por um custo de 5.000 (cinco mil) francos CFA (XAF) (apenas sócios nacionais);
 - e. Endereço completo da sede social em território equato-guineense;
 - f. Plano de Investimento ou Estudo de Viabilidade;
 - g. Certificado de solvência fiscal;
 - h. Certificado de solvência bancária;
 - i. Prova de conta bancária aberta certificada pelo Banco;
 - j. Telefone de contacto.

Este processo pode demorar até 1 ano, sendo no entanto possível solicitar e obter uma autorização provisória.

7. **Registo na Direcção Geral de Pequenas e Médias Empresas**. Custo aproximado de 10.000 francos CFA (XAF) (15,25€). Demora normalmente 15 dias.
8. **Registo na Direcção Geral do Comércio**. Custo aproximado de 15.000 francos CFA (XAF) (22,9€). Demora normalmente 15 dias.
9. **Registo no Ministério do Trabalho**. O empregador paga 1% do valor da massa salarial para o Fundo de Protecção do Trabalhador. Os empregados pagam 0,5% do seu salário. Demora normalmente 1 dia.
10. **Obtenção do NIF**. Solicita-se na Direcção Geral de Impostos contra apresentação dos estatutos reconhecidos

notarialmente e da autorização do Gabinete do Primeiro-Ministro. Demora normalmente 3 dias.

11. **Obtenção de certificado de pagamento efectuado junto da Direcção Geral do Tesouro**. Demora normalmente 5 dias.
12. **Registo na Segurança Social**. A empresa deverá inscrever os seus empregados no INSESO (Instituto de Segurança Social) durante o primeiro mês em que há lugar ao pagamento de vencimentos (o empregador irá descontar 21,5% e o empregado 4,5%). Custo aproximado de 300 francos CFA (XAF) (0,5€) por página de requerimento. Demora normalmente 1 dia.

B) SISTEMA FISCAL

O sistema é enquadrado pela Lei 4/2004 – Lei Reguladora do Sistema Tributário da Guiné Equatorial, que reúne a principal normativa de natureza fiscal.

A fiscalidade equato-guineense reflecte em grande medida os acordos e directivas da CEMAC, que impõe um marco regulador comum aos seus membros. O esquema de funcionamento é similar ao da União Europeia, com a existência de directivas reguladoras dos principais impostos, e um acordo de não dupla tributação entre os países membros. Tal como na UE, estas directivas são transpostas para as legislações nacionais de cada país. Resumem-se de seguida os principais impostos em vigor de acordo com o ICEX – *España Exportación e Inversiones*, à data de Fevereiro de 2017.

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

Trata-se de um imposto de carácter geral, directo, pessoal, periódico e progressivo, que incide sobre os rendimentos globais líquidos obtidos por pessoas singulares a partir das diversas fontes.

No caso das pessoas residentes no País, incide sobre a totalidade dos rendimentos obtidos, independentemente do local (país) em que estes tiveram origem. No caso dos não residentes, incide sobre os rendimentos obtidos no País. Considera-se residente no País qualquer pessoa que resida e opere na Guiné equatorial por um período de 3 meses durante um ano civil, ou um período de 6 meses durante dois anos. Não são considerados períodos inferiores a 30 dias de ausência nesta contabilização. Os escalões de imposto são os seguintes:

TABELA 20 - ESCALÕES E TAXAS DO IMPOSTO SOBRE PESSOAS FÍSICAS

| RENDIMENTO ANUAL (francos CFA) | TAXA |
|--------------------------------|--------|
| Até 1 M (1.525€) | isento |
| 1 – 3 M (4.575€) | 10% |
| 3 – 5 M (7.625€) | 15% |
| 5 – 10 M (15.250€) | 20% |
| 10 – 15 M (22.870€) | 25% |
| 15 – 20 M (30.500€) | 30% |
| Superior a 20 M | 35% |

CLUSTER DA ÁGUA

Os rendimentos sujeitos a este imposto são os seguintes:

- Remunerações e salários;
- Pensões;
- Anuidades;
- Diárias pela assistência a reuniões de conselhos de administração.

As deduções incluem, até determinados montantes, despesas gerais, contribuições para a Segurança Social, juros pagos por empréstimos obtidos para a compra ou remodelação da primeira habitação, e pensões alimentares e pagamentos efectuados a sistemas de protecção social relativos a empregados domésticos. A dedução máxima aplicável é de 20% do rendimento, não podendo ultrapassar em caso algum 1 M de francos CFA (XAF) (1.525€).

A declaração pode ser feita mensalmente, entregue nos primeiros dez dias de cada mês relativamente aos rendimentos e deduções do mês anterior, ou anualmente, até ao final do mês de Março de cada ano.

IMPOSTO SOBRE SOCIEDADES

Trata-se de um imposto de carácter geral, directo, pessoal, periódico e proporcional, que incide sobre os benefícios ou rendimentos globais líquidos obtidos por pessoas colectivas a partir da exploração ou operação de actividades geradoras de lucro, com uma **taxa de 35%**.

São sujeitos passivos deste imposto todas as empresas e sociedades com sede fiscal na Guiné Equatorial, e as que, sem residência no País, nele obtenham receitas. Para o efeito devem apresentar uma *Declaración Estadística y Fiscal* com os resultados da exploração até ao final do 4º mês seguinte ao do fecho do exercício, sendo que o ano fiscal coincide com o ano civil. O pagamento do imposto devido é feito de uma só vez. Podem deduzir-se amortizações, provisões, remunerações salariais, prémios de seguros de saúde subscritos a favor dos assalariados, despesas da sede para com sucursais, e despesas com patentes. As perdas fiscais podem ser compensadas durante os três exercícios seguintes.

Antes de apresentarem a *Declaración Estadística y Fiscal*, as empresas estão sujeitas ao pagamento de uma *Cuota Minima Fiscal*, no valor de 3% da sua faturação, a pagar até ao final do mês de Março, e cuja cópia do comprovativo de pagamento é anexada à entrega da *Declaración Estadística y Fiscal*. A *Cuota Minima Fiscal* será depois deduzida do valor de imposto a pagar. Estão isentos do pagamento da *Cuota Minima Fiscal* as seguintes entidades:

- Pessoas colectivas beneficiárias dos benefícios fiscais associados a regimes de investimento industrial ou comercial;
- Sociedades dissolvidas ou que tenham cessado a sua actividade em data anterior a 1 de Julho do ano a que reporta o imposto;
- Cooperativas de produção artesanal durante os seus primeiros dois anos de actividade;
- Companhias de seguros que exerçam a sua actividade em bloco com outras sociedades, ou que se limitem

a operações de resseguro, nos ramos de transporte e incêndios, e com um lucro igual ou inferior a 3.000.000 de francos CFA (XAF) (4.575€);

- Empresas de construção ou obras públicas que possuam no País uma obra em projecto ou execução, mas que não tenham sede, sucursal, escritório ou oficinas no território;
- Empresas exportadoras de produtos agrícolas, incluindo empresas de exploração agrícola e pecuária e intermediários acreditados com comissões brutas abaixo dos 4%, excluindo-se os sectores florestal, pesqueiro, e da agro-indústria.

Existe ainda uma bonificação de 50% do valor da *Cuota Minima Fiscal* nos seguintes casos:

- Sociedades com sede fiscal em distritos não litorais da região continental e com sede em Annobón, não aplicável nas actividades extractivas de matérias-primas florestais, mineiras, pesqueiras, de hidrocarbonetos, geradoras de energia, perfuradoras e de águas minerais;
- Cooperativas artesanais (após os dois primeiros anos de actividade) e pequenos produtores nacionais.

Atrasos na apresentação da *Cuota Minima Fiscal*, no envio da *Declaración Estadística y Fiscal* ou no pagamento do imposto devido estão sujeitos a sanções. No caso da *Cuota Minima Fiscal*, a pena é igual a 50% do montante a pagar. Por cada mês de atraso na entrega da *Declaración Estadística y Fiscal* é paga uma coima de 200.000 francos CFA (XAF) (305€).

IMPOSTO SOBRE O CONSUMO

O IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, encontra-se harmonizado com os restantes países membros da CEMAC.

São objecto de IVA a venda ou cessão onerosa de bens, a prestação de serviços, o autoconsumo de bens e serviços e todas as operações realizadas por pessoas singulares ou colectivas no âmbito da sua actividade empresarial, profissional ou individual. **A taxa geral é de 15%, havendo uma taxa reduzida de 6%** para um conjunto de produtos básicos listados no anexo II da Lei 4/2004.

Estão isentos do pagamento de IVA as seguintes entidades:

- Colectividades e organismos de direito público;
- Bens de primeira necessidade incluídos no anexo I da Lei 4/2004, incluindo alguns produtos farmacêuticos e artigos médico-hospitalares, fertilizantes, insecticidas, e insumos agrícolas e pesqueiros;
- As seguintes operações sempre que estejam sujeitas a impostos específicos:
 - Venda de produtos das actividades extractivas;
 - Transmissão de imóveis feitas por particulares não considerados promotores imobiliários;
 - Juros sobre empréstimos externos e depósitos de clientes não profissionais em estabelecimentos financeiros;
 - Viajantes em regime de pequenas importações quando o valor das mercadorias não ultrapasse os 500.000 francos CFA (XAF) (760€).

CLUSTER DA ÁGUA

Poderá ainda acordar-se um regime aduaneiro de suspensão do imposto a empresas dos sectores mineiro, petrolífero e florestal exclusivamente para os bens de investimento necessários para as actividades de pesquisa e investigação.

O IVA deve ser declarado e pago antes do levantamento dos bens importados nas estâncias aduaneiras.

A declaração de IVA deve ser apresentada mensalmente à administração tributária nos primeiros quinze dias do mês seguinte ao da facturação.

Os sujeitos passivos de IVA podem deduzir o IVA dos seguintes custos:

- Matérias-primas, suprimentos e serviços necessários para a produção de bens e serviços;
- Bens, mercadorias e equipamentos necessários para o desenvolvimento da actividade, excluindo veículos de turismo.

OUTROS IMPOSTOS E TAXAS

Para além destes, destacam-se resumidamente os seguintes impostos e taxas específicas sobre determinados produtos e actividades:

- Imposto adicional de 30% sobre bebidas alcoólicas e tabaco;
- Taxa fixa de residência, harmonizada a nível da CEMAC, no valor de 5.000 francos CFA (XAF) (7,5€) em Malabo e Bata (mais baixa noutros distritos), aplicada a todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, domiciliados no País, com variadas isenções em função da idade, dimensão do agregado familiar, existência de deficiência, etc...;
- Imposto de transmissões patrimoniais “*inter vivos*”;
- Imposto sobre actos jurídicos documentados;
- Imposto sobre sucessões e doações;
- Imposto sobre a propriedade e utilização de veículos automóveis e embarcações;
- Contribuição rústica e urbana;
- *Royalties* sobre a produção petrolífera.

C) BARREIRAS AO COMÉRCIO

A CEMAC aplica uma pauta exterior comum às importações provenientes de países terceiros desde 2000. Esta pauta, actualizada em 2007, compreende 5.493 linhas, divididas em quatro grupos:

- Bens de primeira necessidade, taxa *ad valorem* de 5%;
- Matérias-Primas e bens de equipamento, taxa *ad valorem* de 10%;
- Bens intermediários e diversos, taxa *ad valorem* de 20%;
- Bens de consumo corrente, taxa *ad valorem* de 30%;

As mercadorias transaccionadas entre estados membros não estão sujeitas a taxas alfandegárias, desde que cumpram os requisitos do artigo 10 do Tarifário Aduaneiro da CEMAC, de acordo com o artigo 155 do Código Aduaneiro da Comunidade. Para além das taxas aduaneiras constantes na pauta, aplicam-se na Guiné Equatorial os seguintes direitos e impostos sobre o valor CIF das mercadorias importadas:

- IVA (15%, 6%, 0%, de acordo com a natureza das mercadorias);
- Taxa de Comércio (1%);
- Direitos especiais sobre algumas mercadorias específicas, como as bebidas alcoólicas e o tabaco (até 50%);
- Imposto Comunitário de Integração (TCI), recebido por conta da CEMAC (1%);
- Contribuição Comunitária para a Integração (CCI) da CEEAC, que incide sobre os produtos provenientes de países terceiros à CEEAC (0,4%).

Estão isentos de direitos alfandegários:

- Equipamentos para empresas importados ao abrigo de regimes especiais que decorrem do Código de Investimento (benefícios fiscais);
- Bens importados por missões diplomáticas;
- Equipamentos para o sector dos hidrocarbonetos.

O código alfandegário exige ao proprietário das mercadorias a importar, ou seu representante, uma descrição pormenorizada. Para a carga ser despachada, é necessária a seguinte documentação:

- Guia de Transporte;
- Factura;
- Autorização de importação;
- Autorização de levantamento da mercadoria assinada (pedido realizado à Direcção Geral do Comércio).

Existem no País duas zonas francas, o *Luba Free Port* e o *K5 Oil Centre*, ambas localizadas na ilha de Bioko, e especializadas em serviços relacionados com a actividade petrolífera. As mercadorias importadas através destes centros, normalmente equipamentos e suprimentos para as empresas petrolíferas, não estão sujeitas a direitos alfandegários e IVA. As empresas que aqui se instalem têm acesso, por outro lado, a diversos benefícios fiscais.

A Guiné Equatorial é pouco exigente no que diz respeito à observação de normas e requisitos técnicos dos produtos importados. Os esforços de regulamentação têm, contudo, vindo a aumentar, nomeadamente em relação à entrada de produtos alimentares e farmacêuticos.

As homologações e certificados de qualidade portugueses e internacionais são normalmente aceites sem problemas. Não existe normativa sobre informação obrigatória a colocar nas etiquetas dos produtos, para além da identificação “*Venta en CEMAC*” que deve constar nos produtos produzidos neste espaço comunitário. A etiquetagem em língua espanhola é favorável de um ponto de vista comercial.

As principais barreiras comerciais não tarifárias acabam por estar associadas às práticas pouco transparentes das instituições aduaneiras do País, e a uma certa arbitrariedade na determinação dos direitos a pagar, e que condiciona as previsões de custos das operações.

Segundo a publicação *Doing Business 2017*, exportar um contendor para a Guiné Equatorial é um processo bastante burocrático que exige sete passos administrativos diferentes e demora em média 44 dias, custando cerca de 1.600 USD.

CLUSTER DA ÁGUA

D) SISTEMA LABORAL

A legislação laboral equato-guineense é enquadrada pela seguinte normativa:

- Lei 2/1990, do Ordenamento Geral do Trabalho.
- Lei 6/1992, da Política Nacional de Emprego.
- Lei 5/1999, reguladora das agências de trabalho temporário.
- Ordem da Presidência da República de 26 de agosto de 2011, pela qual se ditam as instruções em vigor para a contratação e admissão de trabalhadores.
- Lei 10/2012, que introduz reformas no Ordenamento Geral do Trabalho.

A legislação laboral estipula que as empresas privadas podem contratar trabalhadores estrangeiros até um limite de 10% do nº total de trabalhadores (30% no caso das empresas dos sectores mineiro, agrícola e dos hidrocarbonetos), tendo para o efeito de solicitar permissão junto do Ministério do Trabalho. Existem quatro tipos de permissões:

- Permissão A – Válido para trabalhos ou projectos temporários ou de duração limitada específicos. Não é renovável e custa 50.000 francos CFA (XAF) (76€);
- Permissão B Inicial – Válido para o exercício de determinada profissão ou actividade num determinado âmbito geográfico durante o período máximo de 1 ano. Custa 75.000 francos CFA (XAF) (114€);
- Permissão B Renovada – Corresponde à renovação da Permissão B Inicial, no final de período de validade desta. Vigora durante 2 anos, e custa 125.000 francos CFA (XAF) (190,5€);
- Permissão C – É concedida no final da Permissão B Renovada, e permite exercer qualquer actividade em todo o território nacional, vigorando durante 3 anos. O seu custo é de 150.000 francos CFA (XAF) (228,5€).

De referir que a emissão de qualquer destas permissões de trabalho exige a apresentação oficial da oferta de emprego correspondente junto do Centro de Emprego local por parte da entidade empregadora.

Por outro lado, a permissão só é outorgada se não se apresentar um candidato de nacionalidade equato-guineense com o mesmo nível de qualificações para o exercício do cargo no prazo de 30 dias após a publicação da oferta de emprego. A Direcção Geral do Trabalho, Emprego e Formação Profissional tem ainda a prerrogativa de exigir a colocação de um profissional equato-guineense como adjunto do trabalhador estrangeiro contratado, havendo da parte deste a obrigatoriedade de lhe prestar formação profissional, sob pena de não emitir a permissão. O trabalho por conta própria requer uma permissão específica, a qual é concedida por períodos renováveis de 1 ano para o exercício de determinada actividade em determinado local geográfico. O custo desta permissão é de 150.000 francos CFA (XAF) (228,5€).

Saliente-se que a solicitação de permissão de trabalho, seja por conta própria, seja por conta de outrem, que requeira determinado grau de habilitação académica deve ser acompanhada de comprovativo devidamente homologado pelo Ministério do

Trabalho, o que exige a entrega de documentação vária com um custo que totaliza cerca de 55.000 francos CFA (XAF) (84€). Os empresários têm por obrigação inscrever-se no Instituto de Segurança Social (INSESO), e de proceder à inscrição dos trabalhadores da empresa. A contribuição para o regime de Segurança Social é de 26%, cabendo 21,5% ao empregador e 4,5% ao empregado.

E) REGIME APLICÁVEL A QUADROS EXPATRIADOS

Não existe actualmente um acordo para evitar a dupla tributação entre Portugal e a Guiné Equatorial. Os estrangeiros que auferem rendimentos na Guiné Equatorial devem declará-los no País, podendo solicitar à Direcção de Impostos um certificado de solvência tributária para apresentação às autoridades tributárias do seu país de origem.

Não existe também acordo com a Segurança Social portuguesa em matéria de protecção.

F) SISTEMA FINANCEIRO

A política monetária da CEMAC é implementada através de duas instituições, o BEAC, que cumpre a função de Banco Central, emitindo moeda e fixando a taxa de juro, e a COBAC, que se encarrega do controlo e supervisão da actividade bancária dos estados membros.

A oferta de serviços financeiros no País é disponibilizada por cinco instituições:

- SBGE – *Société Générale des Banques en Guinée Equatoriale*.
- CCEI – *Caisse Commune d'Épargne et d'Investissement*, filial do grupo camaronês *Afriland First Bank*.
- BGFI Bank, filial do grupo gabonês com o mesmo nome.
- BANGE – Banco Nacional de Guiné Equatorial, único banco público do país.
- Ecobank, filial do banco pan-africano de origem togolesa.

A solidez do sistema bancário agravou-se substancialmente nos últimos anos em consequência do aumento do incumprimento. Segundo o FMI, a taxa de insolvência ou incumprimento atingiu os 20% em 2013, um problema com origem nos atrasos de pagamento por parte do Estado fruto das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa devido à quebra dos preços do petróleo.

Esta realidade veio agravar o funcionamento de um sistema financeiro já de si pouco sólido e dinâmico, caracterizado por uma escassa capacidade de financiamento das empresas para além do sector petrolífero, cujas necessidades de investimento são aliás garantidas por financiamentos externos.

A política de cobertura de risco de crédito é bastante restritiva, igualmente em termos dos empréstimos de curto-prazo e de médio-longo prazo, e exigente no que diz respeito a garantias e contrapartidas, que se tornaram ainda mais apertadas nos últimos dois anos devido às dificuldades financeiras.

Dentro do sistema de concessão de crédito equato-guineense, mais de 60% do financiamento é concedido a empresas do sector da construção, normalmente créditos de curto-prazo com custos elevados mesmo relativamente à média da região.

CLUSTER DA ÁGUA

O volume de financiamento às pequenas e médias empresas é muito reduzido, para o que contribui em parte a inexistência de um sistema de microcrédito, comum no continente africano. Ciente deste problema, o governo desenvolveu um sistema de garantia de empréstimos para as pequenas empresas, mas a conjugação de factores como a incapacidade generalizada dos empresários em apresentar projectos de investimento consistentes, a dificuldade dos promotores em cumprirem os contratos, e a preferência dos bancos pelo financiamento a projectos de obras públicas, tem limitado o sucesso desta política.

O sistema financeiro não bancário encontra-se também pouco desenvolvido. O sector dos seguros é composto por três companhias seguradoras e uma que presta serviços de resseguros, mas regulamentos e mecanismos de cumprimento inadequados condicionam a sua actividade. O *leasing* foi apenas recentemente introduzido no País, num período em que a economia nacional enfrenta uma recessão, e revela-se por agora inexpressivo. Conforme referido, não existem operadores de microcrédito, instrumento financeiro que, à imagem do sucedido em outros países africanos, poderia constituir-se como eficaz para o financiamento das pequenas e médias empresas locais.

De salientar que os serviços financeiros são um dos sectores identificados pelo governo como prioritário no PNDES Horizonte 2020, ao ser tido como crucial para o desenvolvimento de uma economia diversificada, não dependente dos hidrocarbonetos, e ancorada na iniciativa privada.

G) REGIME APLICÁVEL AO REPATRIAMENTO DE LUCROS E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Os investidores estrangeiros podem transferir para o exterior os lucros dos seus investimentos sempre que a operação económica de que decorrem tenha sido autorizada, ou careça de autorização, bem como repatriar os capitais investidos. O repatriamento de capitais não está sujeito ao pagamento de qualquer taxa ou imposto.

Contudo, há que tomar em consideração que os rendimentos de capital mobiliário, incluindo o pagamento de dividendos, estão sujeitos a uma taxa liberatória de 25% para pessoas singulares ou colectivas sem domicílio fiscal no País.

Os movimentos de capitais são objecto de autorização prévia do Ministério das Finanças nos seguintes casos:

- Transacções relativas à obtenção ou concessão de créditos de valor superior a 100 milhões de francos CFA (XAF) (152.500€);
- Transacções relativas a investimentos directos de valor superior a 100 milhões de francos CFA (XAF), sendo considerado investimento directo a aquisição de pelo menos 10% do capital de uma empresa;
- Transacções de títulos de valores mobiliários estrangeiros de valor superior a 10 milhões de francos CFA (XAF) (15.250€).

Os salários podem ser transferidos para o exterior sem qualquer limite no caso dos trabalhadores não residentes. Para os expatriados, é apenas possível transferir parte do vencimento auferido. As pessoas não residentes estão sujeitas a uma retenção

de 10% sobre honorários recebidos pela prestação de serviços técnicos e sobre rendimentos de direitos de autor.

As transferências superiores a 1.000.000 de francos CFA (XAF) (1.525€) necessitam de apresentação de documento justificativo no Banco, sendo que os envios rápidos de dinheiro de pessoas singulares estão limitados a esse montante por dia. As transferências estão sujeitas a uma comissão bancária de até 0,5%. A recepção de fundos provenientes do exterior obriga à entrega no Banco de um depoimento sobre a sua procedência e destino. Saliente-se que não é permitido abrir no País contas bancárias em divisas estrangeiras salvo autorização expressa.

No que diz respeito às transferências decorrentes de pagamentos de importações, é necessário apresentar no Banco a seguinte documentação:

- Factura do fornecedor;
- Certificado prévio de importação (CPI), passado por agência autorizada, a certificar ter inspeccionado fisicamente os bens importados;
- Depoimento sobre a procedência dos fundos a serem transferidos.

De referir que os bens e equipamentos a importar no contexto da realização de obras públicas requerem a abertura de uma carta de crédito irrevogável no respectivo valor num banco local.

H) LEGISLAÇÃO CONTRATUAL

Na Guiné Equatorial não existe legislação específica sobre contratação pública. De uma forma geral, apenas os projectos com financiamento externo de organismos multilaterais internacionais são publicados e passam por um processo de concurso.

O GEProyectos é um organismo com entidade jurídica própria e autonomia de gestão, de carácter eminentemente técnico-consultivo e supervisor, que funciona sob a tutela e dependência directa do Presidente da República.

Cabe ao seu Departamento Jurídico-Administrativo assistir os vários órgãos e membros da entidade no que diz respeito a questões legais relacionadas com os contratos de obras públicas, e nomeadamente emitir pareceres e informações sobre contratos e acordos.

I) ACORDOS BILATERAIS COM PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

Não existem acordos bilaterais assinados entre Portugal e a Guiné Equatorial em matéria de protecção e promoção de investimentos, ou no que diz respeito a não tributação dupla de rendimentos.

Apesar da não existência formal de acordos específicos, os contactos e Ações conjuntas de divulgação de oportunidades entre autoridades e associações económicas dos dois países têm-se intensificado desde a adesão da Guiné Equatorial à CPLP em 2014.

De igual modo, não existe qualquer acordo bilateral específico entre a Guiné Equatorial e a União Europeia, enquadrando-se as relações económicas no abrangente Acordo de Cotonou, facilitador do acesso de produtos originários de África, Caraíbas e Pacífico ao mercado comunitário. Concretamente em relação

CLUSTER DA ÁGUA

aos países da África Central, onde se integra a Guiné Equatorial, estão em curso negociações tendo em vista a assinatura de um APE (Acordo de Parceria Económica, figura que decorre da implementação do Acordo de Cotonou) regional, com o objectivo de promover a competitividade económica destes países e o seu desenvolvimento sustentado.

De referir que a Guiné Equatorial não foi declarada como elegível para receber financiamentos dos 10º e 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), devido ao não cumprimento do artigo nº11 do Acordo de Cotonou sobre o Tribunal Penal Internacional.

J) INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

O conjunto normativo com implicações no investimento estrangeiro na Guiné Equatorial é o seguinte:

- Lei 7/1992, sobre o regime do investimento.
- Lei 16/1995, que regula as pequenas e médias empresas.
- Decreto-Lei 127/2004, que dita normas complementares potenciadoras da participação nacional na actividade empresarial.
- Lei 8/2006, dos hidrocarbonetos.
- Lei 9/2006, das minas.

Por investimento de capital estrangeiro entende-se o realizado por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, assim como por pessoas de nacionalidade equato-guineense com residência legal no exterior e fundos provenientes do exterior.

Todos os investimentos estrangeiros à excepção dos realizados nas actividades petrolífera e mineira estão sujeitos à Lei 7/1992, revista e actualizada pela Lei 2/1994. Esta legislação substituiu o quadro legal anterior sobre a matéria, que datava de 1979, de forma a adaptá-lo à entrada do País na CEMAC.

Por seu turno, a Lei 16/1995 cria um quadro legal fomentador das pequenas e médias empresas nacionais, aquelas que possuem administração e pelo menos 51% do capital social em mãos equato-guineenses, estabelecendo incentivos. O Decreto 127/2004 estabelece normas complementares no sentido de

potenciar a participação nacional na actividade empresarial, como sejam a obrigatoriedade de pelo menos três sócios locais com uma comparticipação mínima de 35%, ou a concertação com os sócios locais de uma participação destes de entre 5% e 10% nos benefícios, nos casos das empresas estrangeiras que se instalam com contratos de obras públicas.

Os investimentos em actividades petrolíferas e mineiras estão abrangidos por legislação própria específica, respectivamente as leis 8/2006 e 9/2006.

No que diz respeito à propriedade imobiliária, a aquisição de terrenos por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras é regulada pelo Decreto 140/2013, o qual estabelece que as terras rústicas e urbanas são propriedade do Estado, que as poderá ceder durante um período de tempo certo ou definitivamente a entidades ou particulares para fins diversos. A aquisição carece de autorização expressa através de Resolução da Presidência da República.

De referir que os terrenos adquiridos reverterem para a posse do Estado ao fim de 99 anos, mantendo-se contudo a propriedade da obra nele realizada. Nos casos em que não seja realizada a obra ou projecto previstos, a Lei 4/2009, do Regime da Propriedade de Terras, prevê prazos mais curtos para que o terreno regresse à posse do Estado, sem direito a indemnização.

Os incentivos fiscais previstos na legislação (leis 2/1994 e 7/1992) para o investimento estrangeiro contemplam as seguintes situações:

- Criação de novos empregos destinados a cidadãos nacionais;
- Formação profissional dirigida a empregados cidadãos nacionais;
- Exportação de produtos não tradicionais;
- Execução de projectos de desenvolvimento regional ou local em regiões afastadas dos grandes centros urbanos;
- Participação de cidadãos equato-guineenses no capital da empresa.

3. O CLUSTER DA ÁGUA

1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO SECTOR

A) ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL

A estrutura do Governo formado na sequência das eleições de 24 de Abril de 2016 é composta por 25 Ministérios, 5 Ministros de Estado e um Ministro Secretário-Geral, para além do Primeiro-Ministro e dos três Vice-primeiros-ministros.

A tutela dos assuntos da água estará repartida entre o *Ministerio de Pesca y Recursos Hídricos*, *Ministerio de Bosques y Medio Ambiente* e o *Ministerio de Economía, Planificación y Inversiones Públicas*.

Outros Ministérios diretamente relevantes para as políticas e actividade do sector serão o *Ministerio de Sanidad y Bienestar Social*, o *Ministerio de Obras Públicas y Infraestructura*, o *Ministerio de Urbanismo*, o *Ministerio de Agricultura, Ganadería y Alimentación*, e o *Ministerio de Industria y Energía*.

O sector carece ainda de um modelo institucional organizado para a sua gestão. Um dos ODM definidos no relatório de avaliação de situação de 2015 consiste na criação e aplicação até 2020 de um Plano Director de Desenvolvimento da Água e Saneamento Básico, que incluirá a definição de um modelo de gestão dos serviços. O objectivo é o de consolidar uma política social de abastecimento de água potável e saneamento a nível nacional, baseando-se na promoção de associações financeiras entre organismos públicos, na promoção de parcerias público-privadas, criação de um Laboratório Nacional de controlo da qualidade da água, e num estudo de tarifação dos serviços de forma a implementar a sua qualidade e eficiência.

De referir que a empresa espanhola Global Omnium / Aguas de Valencia, que desenvolve um projecto semelhante de parceria em Angola com a Empresa de Águas Públicas de Malanje, foi visitada por uma delegação equato-guineense tendo em vista uma eventual futura parceria no que diz respeito à gestão do ciclo integral da água no País.

B) AGÊNCIAS E ENTIDADES RELEVANTES

Não existe na Guiné Equatorial uma agência ou plataforma nacional, ou agências regionais ou locais, para o sector da água.

C) MAIORES OPERADORES DE SERVIÇOS DE ÁGUAS

Os serviços de águas são operados em todo o território pela empresa egípcia Arab Contractors, através de contrato estabelecido com o Estado para o efeito.

O modelo de organização pensado para o sector prevê, como objetivo, que o serviço passe a ser assegurado e gerido pelas autoridades municipais, estando em aberto a possibilidade de adopção de um sistema baseado no conceito de parceria público-privada.

O serviço de abastecimento é actualmente gratuito, estando também prevista a realização de um estudo aprofundado sobre modelos de exploração comercial, e de tarifação.

D) PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES

A contratação pública é gerida tecnicamente através do **GEProyectos**, organismo público autónomo que funciona, em articulação com o Governo e seus Ministérios e respectivos órgãos, sob a tutela directa do Presidente da República.

O GEProyectos tem, de acordo com o Decreto 37/2003 que o cria e determina a sua estrutura, por objecto “a planificação, desenho, revisão, execução, supervisão, seguimento e avaliação dos diferentes projectos públicos de infra-estruturas, engenharia e construção que nasçam do programa do Governo”, e “a preparação, gestão técnica e especializada, regulamentação, seguimento e avaliação de concursos e adjudicações dos contratos de obras que a Administração Central e/ou os seus organismos autónomos celebrem com pessoas singulares ou colectivas, ajustando-os à legislação vigente”.

Através do Departamento de Estudos e Avaliação, o GEProyectos encarrega-se especificamente de zelar pelas condições de idoneidade dos projectos que lhe são submetidos para análise, emitindo um parecer de recomendação ou desaprovação.

E) PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E EMPRESARIAIS

Não existem no País associações profissionais ou empresariais representativas especificamente dos interesses do sector da água. A nível geral, a actividade empresarial é dinamizada através de duas câmaras oficiais de comércio de carácter regional, organismos públicos com personalidade jurídica própria, cuja missão consiste no fomento e protecção dos interesses gerais da indústria, comércio, agricultura e silvicultura das respectivas regiões: a **Câmara de Comércio de Bioko**, com sede em Malabo, que abrange as empresas e actividades económicas daquela ilha, e a **Câmara de Comércio de Rio Muni**, com sede em Bata, que cobre a região continental.

Os empresários encontram-se organizados desde 2013 através da **APYMEGE – Asociación de Pequeñas y Medianas Empresas de Guinea Ecuatorial**.

F) PRINCIPAIS UNIVERSIDADES E CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Na Guiné Equatorial existem três universidades que administram cursos superiores nas áreas das engenharias, meio ambiente ou energia.

A **UNGE – Universidad Nacional de Guinea Ecuatorial**, instituição pública, é a maior universidade do País em termos de número de alunos e docentes. A sede localiza-se em Malabo, possuindo também um *campus* em Bata.

A UNGE faz parte da Rede Ibero-americana de Cooperação Internacional Universitária, promovida pela OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, de que Portugal faz parte, e mantém diversos programas e protocolos de cooperação com universidades estrangeiras, nomeadamente espanholas, francesas e norte-americanas.

A Escola Universitária de Engenharias Técnicas situa-se no *campus* de Bata, região continental, com um ênfase na formação em

CLUSTER DA ÁGUA

áreas relacionadas com a construção e obras públicas, incluindo serviços urbanos e gestão energética. No *campus* de Malabo, ilha de Bioko, situam-se a Faculdade de Meio Ambiente, que lecciona o curso superior de Ciências Meio-ambientais, e a Escola Universitária de Estudos Agro-pecuários, Pesqueiros e Florestais, com incidência na formação de engenheiros técnicos nestas áreas, e ainda em tecnologias do petróleo e geologia. De referir que a Universidade possui um Centro de Investigação no *campus* de Malabo.

A **AUCA – American University of Central Africa**, é uma instituição privada de cariz internacional fundada recentemente em 2008, localizada em Djobloho, futura nova capital administrativa do País, no centro da região continental.

A oferta formativa inclui licenciaturas em Geologia, Geofísica, Urbanismo e em várias Engenharias, incluindo Civil, e conta com avançados laboratórios de investigação.

O **ITNHGE – Instituto Tecnológico Nacional de Hidrocarburos de Guiné Equatorial** é uma instituição pública que se constitui como centro de formação especializada em mecânica, eletricidade e operações de produção relacionadas com a exploração petrolífera, inaugurado em 2007 em Malabo. O Instituto está em processo de realocação em Mongomo, na região continental, num novo e moderno complexo que albergará também a **ENE-GE – Escuela Nacional de Electricidad de Guiné Equatorial**.

Várias empresas nacionais e internacionais do sector dos hidrocarbonetos colaboram com a instituição.

G) AGÊNCIAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

A **ANGE – Agencia Nacional de Guiné Equatorial** é o organismo responsável pela implementação e controlo do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social Horizonte 2020.

A **Holding Guiné Equatorial** é uma instituição pública responsável pela captação de investimentos externos que promovam o desenvolvimento de projectos no País no contexto do paradigma da diversificação económica, gerindo para esse efeito um fundo financeiro de origem inteiramente nacional a atribuir em co-participação.

2. ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL PARA O SECTOR

A estratégia nacional para o desenvolvimento do sector da água carece de um plano ou programa dedicado, decorrendo das determinações de diversos planos sectoriais relacionados com o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconómico do País, e essencialmente do PNDES – Horizonte 2020, grande marco nacional transversal de referência estratégica.

O PNDES foi formalizado em 2007 como instrumento estratégico de resposta aos dois grandes desafios com o que o País se defronta: a diversificação da economia, quase totalmente dependente da exploração de petróleo, e o desenvolvimento do bem-estar da população e da coesão social.

O Plano declina-se em quatro grandes Eixos Estratégicos, pontuados por Linhas de Acção:

TABELA 21 - EIXOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO DO PNDES – HORIZONTE 2020

| EIXOS ESTRATÉGICOS | LINHAS DE ACÇÃO |
|---|---|
| Construção de Infra-estruturas de nível internacional como meio de melhorar a produtividade e acelerar o crescimento. | <ul style="list-style-type: none"> Garantir uma oferta energética nacional acessível e de qualidade. Alargar o acesso às tecnologias de informação e comunicação. Erigir infra-estruturas de transporte modernas. Confiar a gestão de serviços públicos estratégicos ao sector privado. |
| Reforço substancial do Capital Humano e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. | <ul style="list-style-type: none"> Investir nas capacidades humanas através da melhoria do sistema educativo, da criação de emprego, da inserção social dos jovens, e da eliminação das desigualdades de género. Acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços sociais, nomeadamente a nível da saúde, das redes de abastecimento de água potável e de saneamento básico, e da habitação. Desenvolver um novo sistema de segurança social. |
| Desenvolvimento de uma economia diversificada baseada no sector privado. | <ul style="list-style-type: none"> Criar um marco institucional e regulamentar favorável ao desenvolvimento do sector privado. Valorizar os recursos petrolíferos transformando a energia num sector chave para a competitividade da economia. Fazer do País uma plataforma de referência no que à economia do mar diz respeito. Desenvolver uma agricultura moderna que garanta a suficiência alimentar da população e constitua um novo marco da vida rural. Transformar o País num destino de referência no que diz respeito aos serviços de turismo e financeiros. Favorecer a criação de polos de desenvolvimento regionais. |

CLUSTER DA ÁGUA

| EIXOS ESTRATÉGICOS | LINHAS DE ACÇÃO |
|--|---|
| Implementação de uma boa governação ao serviço dos cidadãos. | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um Estado planificador e uma administração moderna. • Rever o quadro legislativo. • Reformar o sistema judicial. • Favorecer a participação e representatividade dos cidadãos. • Promover a descentralização. • Assegurar o respeito pelos direitos humanos. • Assegurar uma boa gestão da segurança e defesa civil. • Reforçar a integração regional e sub-regional, e a cooperação internacional. • Melhorar a governabilidade económica. |

Estas Linhas de Acção materializam-se em 15 programas operacionais principais:

1. Suficiência Alimentar (Alimentos para Todos);
2. Educação para Todos;
3. Habitação (Um Teto para Todos);
4. Água para Todos;
5. Electricidade para Todos;
6. Administração Moderna (ao Serviço do Cidadão);
7. Estatístico (Guiné Equatorial País Numérico);
8. Emprego para Todos (Rendimento para cada Família);
9. Guiné Equatorial Potência Energética (Petróleo, Gás, Electricidade);
10. Guiné Equatorial Plataforma Pesqueira da África Central;
11. Guiné Equatorial Centro de Negócios de referência;
12. Guiné Equatorial Modelo Ecológico;
13. Saúde para Todos;
14. Centro Financeiro Regional;
15. Um Plano de Desenvolvimento para Todos.

O sector da água é mobilizado directamente pelo Programa 4), nomeadamente no que diz respeito ao planeamento, construção e manutenção de sistemas de captação, tratamento, armaze-

namento, distribuição e abastecimento de água potável, e de redes de saneamento básico e de tratamento de águas residuais, mas a água como tema transversal está também presente nos respectivos objectivos a atingir nos Programas 1), 3), 5), 9), 10), 12), 13) e 15).

3. PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

O acesso da Guiné Equatorial a fundos de financiamento multilaterais provenientes de instituições internacionais tem sido condicionado por questões relacionadas com o cumprimento de regras de elegibilidade, nomeadamente no que concerne ao respeito pelos direitos humanos, transparência dos processos eleitorais, e dúvidas sobre o destino dado aos fundos concedidos.

Por outro lado, indicadores como o PIB *per capita*, o mais elevado de África graças ao rendimento proveniente das exportações de petróleo, e um IDH médio, colocam também o País fora dos termos de acessibilidade a alguns programas de ajuda financeira multilateral.

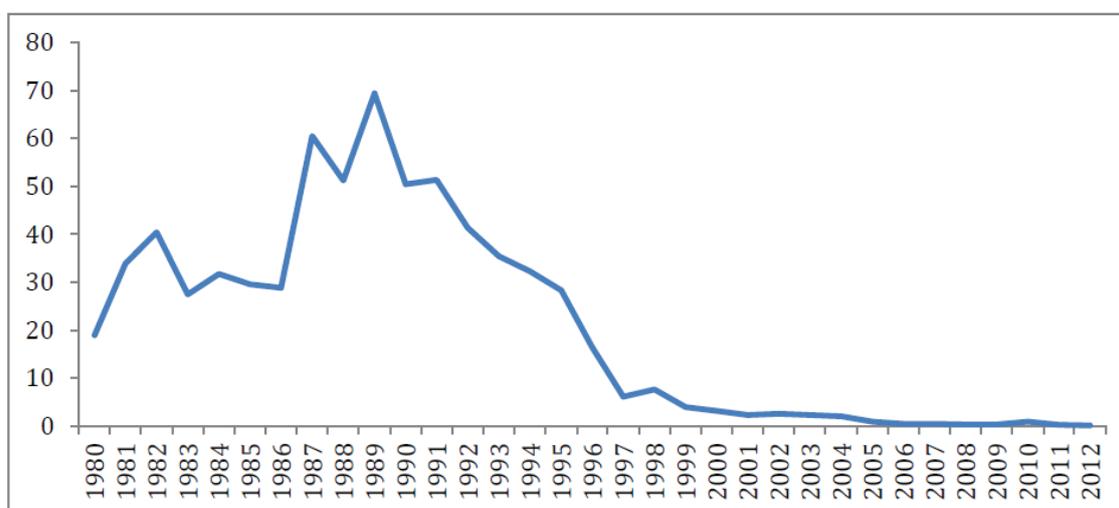


Figura 26 - Evolução da Ajuda ao Desenvolvimento recebida em % do PIB

Com o advento da exploração petrolífera, a ajuda multilateral ao País caiu expressivamente desde meados da década de 1990, naturalmente em percentagem do PIB, dado o aumento

significativo deste indicador, mas também em valores absolutos, pelas razões de carácter político e económico citadas, tendo sido substituído por IDE, centrado nas indústrias dos hidrocarbonetos

CLUSTER DA ÁGUA

e da construção, e mais recentemente nos sectores florestal e das pescas, como principal fluxo de financiamento do País. Assim, o *World Bank* não tem actualmente qualquer projecto de apoio activo no País. Projectos anteriores centraram-se na agricultura, energia, saúde e reforço institucional.

Como principais ajudas financeiras multilaterais destaca-se a papel do PNUD, nomeadamente no apoio à implementação do PNDES – Horizonte 2020, cujos fundos são geridos pela ANGE. Para além do apoio financeiro, o PNUD participa também no programa com apoio técnico. Entre 2011 e 2015 foram orçamentados para o projecto mais de 2,8 milhões de USD.

Para além do apoio à ANGE, o PNUD desenvolve diversos projectos no País nas áreas do combate à pobreza, da governabilidade democrática, da saúde, e do meio ambiente e energia.

Nesta última área salientam-se:

- O PANA - *Plan de Acción Nacional para la Adaptación al Cambio Climático*, que contou com um apoio financeiro de 220.000 USD.
- Projecto de Fortalecimento das Áreas Nacionais Protegidas, com um apoio de cerca de 660.000 USD.
- Projecto de Reforço da Gestão Sustentável de Terras e Bosques, com um apoio de cerca de cerca de 375.000 USD.

A FAO tem sido uma instituição particularmente activa no País, com diversos projectos de âmbito nacional e de âmbito regional aplicáveis.

TABELA 22 - PROJECTOS NACIONAIS FAO TCP (TECHNICAL COOPERATION PROGRAMME)

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|-----------------|--|------|------|-----------------------|
| TCP/EQG/3602 | Improving value chain of artisanal fisheries in Equatorial Guinea | 2016 | 2018 | 293.000 |
| TCP/EQG/3601/C1 | TCPF: Awareness raising and support to forest governance and transparency for FLEGT and REDD+ in Equatorial Guinea | 2016 | 2017 | 73.025 |
| TCP/EQG/3501 | TCP Facility | 2014 | 2017 | 291.007 |

TABELA 23 – PROJECTOS NACIONAIS FAO TRUST FUNDS

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|------------------|--|------|------|-----------------------|
| UTF /EQG/005/EQG | Proyecto de Evaluación de los Recursos Pesqueros Marinos de Guinea Ecuatorial | 2014 | 2018 | 3.999.237 |
| UTF /EQG/007/EQG | Programma de desarrollo de la avicultura familiar en Guinea Ecuatorial | 2013 | 2017 | 3.386.464 |
| UNJP/EQG/010/UNJ | Desarrollo del Plan Nacional de Inversión REDD+ (PNI-REDD+) de Guinea Ecuatorial | 2016 | 2018 | 1.000.000 |

TABELA 24 – PROJECTOS REGIONAIS FAO TCP (TECHNICAL COOPERATION PROGRAMME) CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|-----------------|---|------|------|-----------------------|
| TCP/RAF/3607 | Strengthening institutional capacities to effectively deliver the Malabo Implementation Strategy and Road Map | 2017 | 2019 | 383.000 |
| TCP/RAF/3606/C2 | TCPF: Appui à la formulation d'un document de Politique et Stratégie Régionale de l'Irrigation en zone CEDEAO | 2017 | 2018 | 99.000 |
| TCP/RAF/3513 | COMESA: Support with the development of a Regional Agriculture Investment Plan (RAIP), under CAADP | 2016 | 2018 | 310.000 |
| TCP/RAF/3602 | Assistance technique pour le renforcement du système alimentaire du quinoa - Phase II | 2016 | 2018 | 131.000 |
| TCP/RAF/3605 | A Regional-based forest carbon assessment for Climate Change Mitigation (REDD+) in West Africa | 2016 | 2018 | 260.000 |

CLUSTER DA ÁGUA

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|--------------|--|------|------|-----------------------|
| TCP/RAF/3510 | Promoting social protection for vulnerable rural workers and members of their families in Africa | 2016 | 2017 | 91.000 |
| TCP/RAF/3514 | Promouvoir la protection sociale pour la sécurité alimentaire et nutritionnelle au Sahel | 2016 | 2017 | 471.000 |
| TCP/RAF/3515 | Support for the establishment of a continental agribusiness platform and capacity building for effective agribusiness development in Africa | 2016 | 2017 | 420.000 |
| TCP/RAF/3604 | Appui à la formulation d'un document de politique et stratégie régionales de développement de la petite irrigation en Afrique de l'Ouest | 2016 | 2017 | 275.000 |
| TCP/RAF/3505 | Support to strengthening ECOWAS institutional capacity for livestock development | 2015 | 2017 | 270.000 |
| TCP/RAF/3506 | Appui a la mise en oeuvre du Plan de Convergence pour la gestion et l'utilisation durable des écosystèmes forestiers en Afrique de l'Ouest | 2015 | 2017 | 401.000 |
| TCP/RAF/3507 | Support to the regional initiative on resilience in the Sahel and Horn of Africa | 2015 | 2017 | 495.000 |
| TCP/RAF/3508 | Strengthening the capacities of Member States of the African Union, and the Regional Economic Communities to sustainably manage and develop their forestry sectors for social and economic development and to provide long-term environmental protection | 2015 | 2017 | 217.000 |
| TCP/RAF/3509 | Gender Responsive National and Regional Agricultural Investment Plans for meeting the Zero Hunger Challenge in ECOWAS member countries | 2015 | 2017 | 382.000 |
| TCP/RAF/3512 | Strengthening routine fisheries data collection in West Africa: Benin, Cote d'Ivoire, Ghana, Nigeria, Togo, Liberia and Fisheries Committee for West-Central Gulf of Guinea (FCWC) | 2015 | 2017 | 393.000 |
| TCP/RAF/3501 | TCP Facility | 2014 | 2017 | 290.899 |

TABELA 25 – PROJECTOS REGIONAIS FAO TRUST FUNDS (CONTINUA NAS PÁGINAS SEGUINTES)

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|------------------|---|------|------|-----------------------|
| FMM/RAF/507/MUL | FMM support to SO 4 – OO 401 (MTP 2014-2017) – Trade related capacity development in Eastern and Southern Africa | 2017 | 2017 | 500.000 |
| GCP /RAF/489/VEN | Partnership for Sustainable Rice Systems Development in Sub-Saharan Africa | 2016 | 2018 | 5.000.000 |
| OSRO/RAF/605/BEL | Réduire la vulnérabilité des moyens d'existence agricoles à travers l'approche «Caisses de Résilience» au Sahel | 2016 | 2018 | 4.459.310 |
| FMM/RAF/508/MUL | FMM support to SO 3 and SO4 – OO 301 and OO 402 (MTP 2014-2017) – Value chain development in support of sustainable intensification in Africa | 2016 | 2017 | |
| OSRO/RAF/601/USA | West Africa regional programme to strengthen livelihoods resilience and to support food and nutrition security coordination | 2016 | 2017 | 500.000 |

CLUSTER DA ÁGUA

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|------------------|---|------|------|-----------------------|
| OSRO/RAF/602/USA | Enhancing the role of conservation agriculture in disaster risk reduction in southern Africa | 2016 | 2017 | 500.000 |
| OSRO/RAF/604/USA | FAO coordination of food and agricultural disaster risk reduction and management in southern Africa | 2016 | 2017 | 500.000 |
| OSRO/RAF/606/EC | Analyse des dispositifs locaux de Réduction de risques de catastrophe (RRC) pour la promotion et la mise à l'échelle d'initiatives locales innovantes en faveur de la résilience des communautés vulnérables au Sahel | 2016 | 2017 | 443.952 |
| MTF /RAF/499/IMA | Improving food packaging for Small and Medium Agro-Enterprises in Sub-Saharan Africa | 2015 | 2018 | 450.001 |
| GCP /RAF/490/ITA | Improving supply of safe and quality livestock and meat exported from the Horn of Africa to Middle East and Gulf countries | 2015 | 2017 | 2.764.528 |
| GCP /RAF/495/MUL | Africa's South-South Cooperation Facility for Agriculture and Food Security | 2015 | 2017 | 1.000.000 |
| OSRO/RAF/502/FIN | Productive safety nets as a tool to reinforce the resilience in the Sahel | 2015 | 2017 | 1.274.302 |
| GCP /RAF/498/BRA | Exchange of Experience and Dialogue about Public Policies for Family Farming in Africa | 2014 | 2017 | 594.628 |
| OSRO/RAF/407/USA | Collaborative International Engagement to Prevent and Mitigate Threats from Especially Dangerous Pathogens in Targeted East African Countries | 2014 | 2017 | 558.732 |
| GCP /RAF/455/GFF | CBSP Sustainable management of the wildlife and bushmeat sector - (FSP) | 2012 | 2017 | 4.245.210 |
| OSRO/RAF/118/EC | Reinforcing Veterinary Governance in Africa | 2012 | 2017 | 1.711.698 |
| GCP /RAF/506/MUL | Adoption of efficient and climate-smart agriculture practices in African SIDS | 2017 | 2020 | 1.500.000 |
| GCP /RAF/500/JPN | Advisory and analytical work towards the development of efficient & inclusive rice value chains | 2016 | 2018 | 456.303 |
| GCP /RAF/503/RRF | Support to African Union in the development of policies and strategies for country-specific plans to reduce post-harvest food losses | 2016 | 2018 | 1.298.596 |
| GCP /RAF/504/MUL | Rural Women`s Empowerment in Agriculture Programme (RWEAP) | 2016 | 2018 | 1.000.000 |
| GCP /RAF/501/IRE | Adapting the Inclusive Business Models approach to address sustainability challenges | 2016 | 2017 | 188.574 |
| GCP /RAF/502/ITA | Improving food security in sub-Saharan Africa by supporting the progressive reduction of tsetse-tran | 2016 | 2017 | 1.000.000 |
| GCP /RAF/494/MUL | Promoting Decent Rural Youth Employment and Entrepreneurship in Agriculture and Agribusiness | 2015 | 2018 | 4.000.000 |
| GCP /RAF/496/NOR | Support Transition Towards Climate Smart Agriculture Food Systems | 2015 | 2017 | 1.159.634 |
| GCP /RAF/448/EC | Strengthening linkages between small actors and buyers in the Roots and Tubers sector in Africa | 2014 | 2018 | 5.688.285 |
| GCP /RAF/464/SPA | Initiative Eau et Securite Alimentaire en Afrique, Phase II (IESA II) Composante I- Mali-Niger | 2014 | 2018 | 2.320.221 |

CLUSTER DA ÁGUA

| Referência | Descrição | De | Até | Orçamento Total (USD) |
|----------------------|--|------|------|-----------------------|
| GCP /RAF/480/GER | Enhanced Capacities for Effective Mobilization and Use of Resources for Food Security and Nutrition | 2014 | 2018 | 2.060.819 |
| GCP /RAF/497/ROK | Capacity Development and Experience Sharing for Sustainable Rice Value Chain Development in Africa through South-South Cooperation | 2014 | 2018 | 1.897.533 |
| GCP /RAF/254/MUL | Creating Agribusiness Employment Opportunities for Youth through Sustainable Aquaculture Systems and Cassava Value Chains in West Africa | 2014 | 2017 | 3.955.004 |
| GCP /RAF/466/EC | “Implementation of a regional strategy for the Eastern and Southern Africa and Indian Ocean region– Phase II” | 2014 | 2017 | 4.159.754 |
| GCP /RAF/477/GER | Mainstreaming Nutrition in CAADP and Agriculture Policies and Programmes in Sub-Saharan Africa | 2014 | 2017 | 2.000.001 |
| GCP /RAF/486/SWI | Codex Capacity Building Workshop for Africa | 2014 | 2017 | 458.917 |
| MTF /RAF/487/STF | Strengthening risk-based food control in Sub-Saharan Africa: implementation of a regional Total Diet Study as a tool to assess food chemical contamination | 2014 | 2017 | 1.191.353 |
| GCP /RAF/476/GER | Strengthening Regional Initiatives to End Hunger and Malnutrition in West Africa | 2013 | 2017 | 2.581.318 |
| GCP /RAF/483/BRA | Strengthening of School Feeding Programmes in Africa | 2013 | 2017 | 1.555.079 |
| MTF/RAF/372/MUL-AFDB | African Development Bank- Regional Component in Africa- Global Strategy to Improve Agricultural and Rural Statistics | 2013 | 2017 | 7.081.669 |
| GCP /RAF/461/SPA | “Building Capacity of ECOWAS for effective CAADP Implementation in West Africa” | 2012 | 2017 | 4.016.064 |
| GCP /RAF/482/EC | Supporting competitiveness and sustainable intensification of African cotton sectors through capacity development on Integrated Production and Pest Management | 2012 | 2017 | 3.315.650 |
| GCP /RAF/424/GFF | Transboundary agro-ecosystem management programme for the Kagera river basin (Kagera Tamp) - (FSP) | 2010 | 2017 | 6.363.706 |

No contexto da cooperação da União Europeia com os países em vias de desenvolvimento, gerida através da DGDEVCO – Direcção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento, a Guiné Equatorial não foi abrangida pelos 10º e 11º FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento, por não cumprimento da totalidade das condições de elegibilidade, o que impede a formalização de projectos com o País.

Na sua qualidade de membro da União Africana e do AfDB, a Guiné Equatorial é beneficiária dos programas de desenvolvimento promovidos por estas instituições, e que incluem assistência técnica e financeira a projectos nacionais, transnacionais e regionais com o objectivo de estimular o desenvolvimento económico sustentável, o progresso social e a redução da pobreza no continente africano.

Neste contexto há a destacar o PIDA – *Programme for Infrastructure Development in Africa*, programa de apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas regionais e continentais de energia, transportes, tecnologias da informação e abastecimento de

água, gerido pela União Africana e de que o AfDB se constitui como agência de execução financeira.

O projecto PIDA de maior dimensão a lançar no País diz respeito à construção da estrada Kribi – Campo – Bata, incluindo a ponte sobre o Rio Ntem, que ligará o País aos Camarões, tendo o AfDB aprovado em Novembro de 2016 um financiamento de cerca de 3 milhões de USD para a realização dos respectivos estudos. Em 2015 foram assinados três acordos de projecto com o AfDB, no valor total de 70 milhões de euros, um dos quais visa o desenvolvimento de sistemas de saneamento básico no País, e que já se encontra em execução.

No que diz respeito à cooperação bilateral, é de destacar o papel crescente que a China vem desempenhando como principal parceiro de investimento, traduzido na abertura de uma linha de crédito de 2.000 milhões de USD em 2009, ampliada em 2015 com um empréstimo adicional de 2.500 milhões de USD. Apesar das recentes restrições orçamentais, Espanha tem-se mantido como um dos Estados que mais ajudas não reem-

CLUSTER DA ÁGUA

bolsáveis presta à Guiné Equatorial. Desde 1980, ano em que os dois países assinaram um Tratado de Cooperação, foram levadas a cabo onze comissões mistas em matéria de cooperação e desenvolvimento, a última das quais com um envelope financeiro de 50 milhões de euros a desembolsar pelo governo espanhol, relativa ao período 2009-12. Actualmente está em fase de conclusão a definição da 12ª comissão mista. A cooperação espanhola tem incidido particularmente nos domínios da Educação, Saúde e Cultura.

4. PARTICIPAÇÃO DO SECTOR PRIVADO, INCLUINDO REGIME APLICÁVEL A PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O PNDES – Horizonte 2020 estabelece como uma das principais prioridades do País a diversificação económica, e identifica o envolvimento do sector privado como meio fundamental para atingir esse objectivo.

A Constituição da República, revista em 2011, passou a prever o envolvimento do sector privado na gestão dos recursos naturais e no desenvolvimento de serviços públicos, como é o caso do abastecimento de água, seja através de concessões seja através de parcerias público-privadas.

Contudo, o País carece ainda de legislação específica sobre contratação pública, e concretamente de normativa legal que regule o regime de funcionamento das parcerias público-privadas. O quadro legal aplicável são as normativas gerais que regulam o investimento, nomeadamente a Lei 7/1992, *Régimen de Inversiones en la Republica de Guinea Ecuatorial*.

Com o objectivo de dinamizar a construção de uma economia diversificada com o aporte do sector privado (essencialmente de proveniência exterior, devido à inexistência de empresas privadas equato-guineenses suficientemente capacitadas em termos de meios), o Governo criou em 2014 o FCI – *Fondo de Co-Inversión*, com uma dotação de USD 1.000.000.000 proveniente dos excedentes orçamentais do Estado, e a empresa pública *Holding Guinea Ecuatorial, Sociedad de Inversiones y Participación del Estado* (também conhecida por Holding 2020) com o objectivo de o gerir.

A Holding G.E. constitui-se assim como agência nacional promotora de investimentos co-financiados no País, ou seja, na prática, promotora da realização de investimentos em regime de parceria público-privada.

Os sectores privilegiados neste regime de investimento são os definidos como estratégicos para diversificação económica do País, nomeadamente, a agricultura e pecuária, incluindo agro-indústrias, as pescas, incluindo aquacultura em águas doces e salgadas, a indústria petroquímica, a mineração, o turismo, e os transportes.

Os projectos são apresentados à instituição, que avalia o seu interesse estratégico e rentabilidade, sendo valorizada a criação de emprego e de valor acrescentado nacional. Caso o parecer seja positivo, a Holding G.E. determina o seu grau de participação (investimento) no projecto. O montante desbloqueado a partir do FCI dá origem a uma nova empresa nacional, na qual a Hol-

ding G.E. se constitui sócio minoritário, com uma participação entre 1% e 49% do capital social (de acordo com o seu grau de investimento), estando a direcção e gestão da nova sociedade a cargo do sócio maioritário. Para além do apoio financeiro, a Holding G.E. tem um papel activo na desburocratização de todo o processo de constituição da empresa e seu início de actividade, colabora, se necessário, na obtenção de crédito por parte do parceiro privado, e zela pela formação profissional técnica do pessoal nacional.

5. QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO ESPECÍFICO AO SECTOR

A Constituição da República, lei suprema da nação, determina a água como sendo um recurso natural público e o abastecimento de água potável como sendo um serviço público.

Determina ainda que o Estado pode delegar a concessão da gestão do recurso e a exploração do serviço ao sector privado, ou com este estabelecer parcerias com essa finalidade, sendo que as actividades têm de estar circunscritas no sector público. O sector das águas é especificamente regulamentado pela Lei 3/2007, *Reguladora de Aguas y Costas en la Republica de Guinea Ecuatorial*, através da qual são enquadradas legalmente as actuações sobre os domínios públicos hidrológico e marítimo-terrestre, assegurando o seu ordenamento, gestão e administração.

Pertencem ao domínio público hidrológico, com as ressalvas expressas na Lei:

- As águas continentais superficiais e subterrâneas renováveis, independentemente do seu ciclo de renovação.
- Os leitos dos cursos de água natural, contínuos ou descontínuos.
- Os fundos de lagos e lagoas e dos embalses artificiais resultantes da presa de cursos de água pertencentes ao domínio público.
- Os aquíferos subterrâneos surgidos por efeito de actos de disposição ou afectação de recursos hidrológicos.
- As águas termais, minerais ou medicinais, seja qual for o local de onde brotem.
- As águas procedentes de dessalinização da água do mar após saírem das instalações de produção, seja qual for o elemento em que se integrem.

Esta lei determina ou regula nomeadamente os seguintes aspectos do domínio público hidrológico:

- O uso e gestão das águas continentais superficiais e das águas subterrâneas renováveis integradas no ciclo hidrológico, e que são consideradas um recurso unitário subordinado ao interesse geral.
- A planificação hidrológica, à qual se deverá submeter toda e qualquer intervenção sobre o domínio público hidrológico.
- A integridade e adequada conservação do domínio público marítimo-terrestre, assegurando as medidas de protecção e restauração necessárias.

CLUSTER DA ÁGUA

- O uso público do mar e da orla costeira.
- A utilização racional dos bens em acordo com a sua natureza e finalidade, respeitando a paisagem, o meio ambiente e o património histórico.
- O adequado nível de qualidade das águas e suas margens.

A Lei 7/2003, *Reguladora del Medio Ambiente*, fixa o marco jurídico por que se deve reger a gestão ambiental do País, regulando as normas básicas de conservação, protecção e

recuperação, e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais, incluindo a água, com o objectivo final de assegurar um desenvolvimento humano sustentado.

Esta lei define nomeadamente os *standards* de qualidade da água a cumprir, e o normativo de controlo de poluição das águas continentais superficiais e subterrâneas e das águas marítimas, e de tratamento e deposição das águas residuais. Regula ainda o regime de atribuição de licenças ambientais.

4. OS PRINCIPAIS MERCADOS DO “CLUSTER DA ÁGUA”

1. ESTRUTURA DO SECTOR

A) PRINCIPAIS ACTIVIDADES E FUNÇÕES

Na Guiné Equatorial não existe um *cluster* da água suficientemente estruturado nas suas diferentes dimensões de serviço, nem tão pouco uma cadeia de valor articulada entre os diversos operadores económicos, da produção e distribuição ao controlo e manutenção, que sustentam o funcionamento da economia da água.

O País registava em 2015, de acordo com estatísticas da OMS, uma das piores taxas mundiais de acesso a água potável, encontrando-se ainda essencialmente numa fase de construção da infra-estrutura.

A implementação do PNDES – Horizonte 2020 a partir de 2008, e concretamente do subprograma “Água para Todos”, levou à realização de estudos de redes de abastecimento de água potável e de sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais em todas as principais cidades e sedes de município do País, e ao início da execução dos projectos nas localidades consideradas prioritárias, como Malabo, Djibloho, Bata, Mongomo, Ebebiyin, Evinayong, Baney, Riba ou Luba, entre outras, pelo menos parcialmente.

Contudo, dificuldades de ordem orçamental derivadas da situação económica do País em virtude da quebra dos preços do petróleo levaram a que muitas destas obras sofressem atrasos, paragens ou adiamentos, sobretudo a partir de finais de 2014, comprometendo o cumprimento dos objectivos definidos para o programa, que ainda assim se mantêm para 2020.

Desta forma, na sua fase actual de desenvolvimento, as actividades do sector têm-se circunscrito, embora de forma condicionada nos últimos três anos, aos estudos e consultoria, projectos de engenharia e construção e respectiva fiscalização e fornecimento de equipamentos e produtos técnicos, ou seja, a estudar, projectar e construir. Estas actividades são basicamente realizadas por empresas estrangeiras, ou de capitais mistos criadas para o efeito segundo a lei equato-guineense.

As funções de operação, manutenção e assistência técnica, correspondentes à gestão e exploração das redes e dos serviços, não se encontram ainda estruturadas, conforme referido anteriormente na descrição da envolvente institucional do sector, sendo garantidas por contrato pela Arab Contractors

B) TIPO DE ORGANIZAÇÃO

Não existe um mercado a funcionar que possa associar-se a um modelo ou tipologia de organização integrados, em parte devido ao estágio de desenvolvimento do sector, ainda em fase de construção de infra-estruturas. Os estudos, projectos, obras e fiscalização são adjudicados pelo GEProyectos, muitas vezes de forma directa, a empresas ou consórcios que têm a seu cargo a respectiva execução, e, conforme referido, a operação e manutenção por um período de tempo contratado.

O *procurement* dos recursos para a execução dos projectos é feito por estas no exterior.

A gestão e exploração dos serviços não está ainda organizada sob uma perspectiva empresarial. É entendimento e objectivo do Governo estruturar o sector até 2020, com a possibilidade de recurso a parcerias público-privadas como garante da prestação sustentável dos serviços.

C) DIMENSÃO E ÁREA DE NEGÓCIO DAS EMPRESAS

A actividade empresarial no sector das águas diz respeito à realização de estudos, projectos, construção e fiscalização, tratando-se de empresas estrangeiras ou, no caso das filiais de grupos estrangeiros, de capitais mistos, dos sectores da consultoria, engenharia ou construção, não existindo empresas implantadas localmente dedicadas em exclusividade ao negócio da água, ou em que este represente o *core business* da sua facturação ou actividade.

D) DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

As empresas de consultoria, engenharia e construção com implantação física no País estão localizadas maioritariamente em Malabo, Bata e Djibloho.

2. PRINCIPAIS PLAYERS

A) AUTORIDADES MUNICIPAIS E SERVIÇOS DE ÁGUAS

Não se conhecem actualmente no País autoridades municipais, ou empresas públicas, de gestão dos serviços de águas.

B) PRINCIPAIS CONSUMIDORES NÃO URBANOS

O perfil empresarial equato-guineense gravita essencialmente em torno do sector petrolífero e serviços associados. O País carece de indústrias transformadoras e agro-indústrias, sendo esta uma situação que tende a modificar-se no curto e médio prazo por força da implementação do PNDES – Horizonte 2020 e correspondentes políticas de incentivo à diversificação económica. Entre os sectores definidos como estratégicos estão a indústria petroquímica, agricultura, pecuária, pescas e respectivas indústrias transformadoras agro-alimentares, e o turismo. As principais empresas presentes no País são as seguintes, por sector:

ENERGIA

- **SEGESA** – *Sociedad de Electricidad de Guinea Ecuatorial*, empresa pública, é o único operador do sector elétrico do País. A SEGESA Holding garante a gestão das três unidades de negócio da empresa: *SEGESA Generación*, responsável pela produção, *SEGESA Transmisión*, responsável pela distribuição, e *SEGESA Comercial*, responsável pela venda e facturação. Estão em curso ou previstos investimentos significativos nas centrais hidroeléctricas de Djibloho e de Sendje, e nas centrais térmicas a gás de Punta Europa e Bata.

CLUSTER DA ÁGUA

- **EG LNG** – Unidade de produção e distribuição de Gás Natural Liquefeito, resultante do consórcio entre a Sonagas – *Sociedad Nacional de Gas de Guinea Ecuatorial*, empresa pública, a Marathon Oil Corporation (EUA), a Mitsui & Co. (Japão) e a Marubeni Corporation (Japão).
- **Exxon Mobil** – Maior companhia de exploração petrolífera a operar no País, de origem norte-americana.
- **GEPETROL** – Companhia nacional petrolífera da Guiné Equatorial.
- **Hess** – Companhia norte-americana de exploração petrolífera.
- **Loteg, Luba Oil Terminal** – Empresa que gere o terminal marítimo petrolífero de Luba, na ilha de Bioko.
- **LFL, Luba Freeport** – Empresa prestadora de serviços de logística ao sector petrolífero.
- **Marathon Oil** – Companhia petrolífera e de exploração de gás norte-americana.
- **Noble Energy** – Companhia petrolífera e de exploração de gás norte-americana, a sua presença no País inclui ainda uma unidade de produção de metanol e de processamento de Gás Propano Liquefeito (LPG).
- **Ophyr Energy** – Companhia petrolífera de origem britânica, principal parceira do projecto Fortuna FLNG (Floating Liquefied Natural Gas).
- **SONAGAS** – Companhia nacional de gás natural da Guiné Equatorial.
- **Total Guinea Ecuatorial** – Empresa de distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes, de origem francesa.

INDÚSTRIA PESADA

- **Riaba Fertilizers** – Empresa pública desenvolvida ao abrigo do projecto industrial REPEGE (*Revolución Petroquímica de Guinea Ecuatorial*). O complexo, que se pretende constituir como um núcleo empresarial internacional de negócios na área da indústria petroquímica, contará com uma infra-estrutura completa criada de raiz, que inclui uma central de dessalinização dedicada, para fornecimento de água.
- **Atlantic Methanol (AMPCO)** – Empresa norte-americana de produção de metanol a partir de gás natural.

INDÚSTRIA LIGEIRA

- **Enbasa** – Empresa produtora e engarrafadora de águas, vinhos e sumos.
- **Ecoaguas** – Empresa de engarrafamento e comercialização de águas minerais.
- **Ticev** – Empresa fabricante de guardanapos e lenços de papel.

AGROINDÚSTRIA

- **SONAPESCA, Sociedad Nacional de Pesca Maritima de Guinea Ecuatorial** – Companhia nacional de pescas.
- **Foresgesa** – Empresa de gestão florestal.
- **Camasa** – Empresa produtora de cacau.

IMPULSIONADOS PELA ACÇÃO DA HOLDING G.E., COMEÇAM A SURGIR NO PAÍS PROJECTOS EMPRESARIAIS NOS DOMÍNIOS AGRO-PECUÁRIO, AGRO-INDUSTRIAL E DAS PESCAS, DESTACANDO-SE OS SEGUINTE:

- Unidade de produção industrial de carne de suíno;
- Fábrica de rações para animais;
- Unidade de piscicultura;
- Unidade de cultivo e transformação de mandioca, incluindo produção de farinha;
- Unidade de produção de hortícolas;
- Reabilitação dos campos de cultivo de cacau;
- Fábrica de processamento de cacau;
- Unidade de cultivo e processamento industrial de arroz;
- Unidade de cultivo de palmeiras e fabrico de óleo de palma refinado;
- Unidade agro-industrial integrada, para o cultivo e produção de milho, soja e mandioca destinadas a consumo e a transformação para ração, e criação de gado bovino.

Estes são exemplos de projectos aprovados pela Holding G.E., e que se encontram em fase de execução ou arranque de actividade.

C) PERFIL DAS PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES E DOS PROCESSOS DE DECISÃO ADOPTADOS

O Estado é, directa ou indirectamente, o grande cliente de projectos e obras na Guiné Equatorial, não existindo um sector empresarial privado expressivo no País.

Os recursos naturais (petróleo, gás, minérios, floresta, etc...) e os serviços básicos (energia, água, saneamento, saúde, educação, etc...) são explorados por entidades ou empresas públicas, ou com capitais públicos, em alguns casos em consórcio com empresas estrangeiras (como na exploração de hidrocarbonetos). A contratação pública para projectos de infra-estruturação e desenvolvimento de serviços é gerida pelo GEProyectos, entidade pública de planificação e acompanhamento de projectos de investimento. O GEProyectos é um organismo com entidade jurídica própria e autonomia de gestão, de carácter eminentemente técnico-consultivo e supervisor, que funciona sob a tutela e dependência directa do Presidente da República. De referir que na Guiné Equatorial não existe legislação específica sobre contratação pública. De uma forma geral, apenas os projectos com financiamento externo de organismos multilaterais internacionais são publicados e passam por um processo de concurso. Na maioria dos projectos e obras prevalece a adjudicação directa. Uma vez adjudicado o projecto, o Presidente da República assina uma Ordem de Serviço e procede-se à elaboração do contrato, na qual participam o ministério da área de investimento relevante, o Ministério das Finanças e o GEProyectos. A contratação pública é normalmente um processo lento, que pode demorar 1 a 2 anos desde o lançamento do concurso ou da elaboração dos termos de referência, e que pode requerer várias viagens ao País. A não publicação sistematizada dos projectos a adjudicar aconselha à manutenção de um contacto fluído e regular junto dos ministérios relevantes ou do GEProyectos, de modo a aceder a informação.

CLUSTER DA ÁGUA

Os projectos que envolvem a abertura de novos negócios nas áreas industrial e agrícola passam também em grande medida pelo Estado, devido ao seu papel de parceiro de negócio, assumido através da agência pública Holding G.E, na mobilização de fundos (como entidade administradora do FCI – *Fondo de Co-Inversion*) e na apreciação técnico-económica da viabilidade e interesse estratégico dos projectos submetidos.

Este tipo de investimentos envolvem a criação de uma empresa em que o Estado é sócio minoritário (através da participação da Holding G.E.), competindo a gestão do negócio ao sócio maioritário privado, incluindo, pelo menos teoricamente, a selecção de fornecedores e a gestão das compras.

D) PRINCIPAIS FORNECEDORES

O mercado local de fornecedores é relativamente reduzido. As empresas com projectos e obras no País importam normalmente os equipamentos, bens, serviços e *know-how* necessários à execução dos trabalhos.

Várias das empresas estabelecidas são filiais de grupos internacionais, estando principalmente vocacionadas para o apoio aos sectores dos hidrocarbonetos e da construção, ou para a execução de determinado projecto em concreto.

As principais empresas **presentes no País** são as seguintes:

EQUIPAMENTOS E PRODUTOS TÉCNICOS

- **Certex EG** – Empresa que comercializa equipamentos e serviços para operações industriais de elevação, manuseamento e movimento de cargas, transporte e outras relacionadas.
- **Codirel GE** – Empresa fornecedora de material e equipamentos eléctricos.
- **Enfebi Fifty-Fifty** – Grupo africano de comércio de materiais de construção.
- **Grupo Agem** – Grupo de origem espanhola, presente em vários sectores de actividade, incluindo a distribuição de equipamentos para a execução de projectos e obras nos sectores da construção, indústria, energia e meio ambiente.
- **Suministros Generales** – Empresa de comercialização de produtos informáticos.
- **Tractafric Equipment GE** – Empresa de origem francesa especialista em equipamentos industriais e para a construção e mineração.
- **Uriarte GE** – Empresa distribuidora de produtos eléctricos e de eficiência energética.

CONSTRUÇÃO

- **Afrom Guinea** – Empresa nacional de construção civil.
- **Arab Contractors** – Empresa egípcia de engenharia civil e obras públicas.
- **China Gezhouba Group Company** – Grupo chinês de obras públicas e engenharia civil.
- **China Road & Bridge Corporation** – Grupo chinês de obras públicas e engenharia civil.
- **Cororasa** – Empresa espanhola (canária) de engenharia civil e obras públicas.
- **Efes & Costa Group** – Grupo internacional de origem brasileira.

- **Elite Construcciones** – Empresa nacional de construção civil e obras públicas.
- **Horizon Construcción** – Empresa nacional de construção civil.
- **Razel-Bec (Fayat Group)** – Grupo francês de obras públicas e engenharia civil.
- **Sogeco-Ecocsa, Sociedad Ecuatoguineana de Construcción** – Empresa nacional de obras públicas.
- **Seguibat** – Empresa nacional de construção civil e obras públicas.
- **Somagec** – Empresa de origem marroquina de construção e engenharia civil.

ENGENHARIA

- **ATEG, Oficina de Estudios** – Empresa nacional de arquitectura e engenharia civil.
- **Atland Global** – Empresa de engenharia especializada em projectos de energia, água e transportes.
- **EA Engineering** – Empresa nacional de consultoria especializada em serviços de engenharia, incluindo consultoria técnica e integração de sistemas informáticos, electrónicos e de telecomunicações.
- **BK Architects** – Empresa de arquitectura e engenharia de origem belga especializada nos mercados africano e do médio-orientes.
- **Deltatek** – Empresa de origem norte-americana especializada em soluções de engenharia para os sectores petrolífero, da energia, infra-estruturas e meio ambiente.
- **Etermar** – Empresa portuguesa de engenharia e construção, especialista em engenharia costeira, recursos hídricos e saneamento.
- **Guinea Instalaciones** – Empresa nacional de desenvolvimento de projectos nas áreas da construção, energias renováveis e climatização.
- **IDEA** – Empresa especialista em consultoria técnica e industrial e soluções IT.
- **INCLAM** – Grupo espanhol especialista em engenharias da água.
- **Mosaïque Ingenierie** – Empresa de origem tunisina especialista em infra-estruturas, desenvolvimento urbano, recursos hídricos e gestão de energia.
- **Prospectiva GE** – Empresa de origem portuguesa de consultoria em engenharia.
- **Saraiva e Associados** – Empresa portuguesa especialista em arquitectura, planeamento urbano e sustentabilidade.
- **Seaweld Engineering** – Empresa britânica de engenharias do petróleo.
- **Weatherford** – Empresa norte-americana de serviços e engenharias do petróleo.
- **Welltec A/S** – Empresa dinamarquesa de engenharias do petróleo.

SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- **Abellan Guinea** – Empresa de origem espanhola de instalações técnicas e manutenção de edifícios.

CLUSTER DA ÁGUA

- **Auditel** – Empresa espanhola de serviços de instalação e manutenção industrial e de sistemas tecnológicos.
- **Golden Swan** – Empresa de gestão de resíduos sólidos.
- **Services Algoa International** – Empresa de origem norte-americana especializada na prestação de serviços de manutenção à indústria petrolífera.
- **Steel Proyect** – Empresa de instalações técnicas em edifícios, incluindo climatização, canalizações, electricidade, telecomunicações e sistemas de incêndio.

OUTROS SERVIÇOS

- **Ber Chartered Accounts** – Empresa nacional de auditoria e consultoria nas áreas de fiscalidade, contabilidade e gestão económica e financeira.
- **Boston Solux** – Empresa de consultoria de origem norte-americana, com forte implantação nas regiões ocidental e central de África, especializada no desenho e desenvolvimento de soluções de negócio.
- **Bureau Veritas** – Multinacional prestadora de serviços nas áreas da auditoria e certificação.
- **EG Global Investments** – Empresa nacional de consultoria especializada em planos de negócio, recrutamento, formação e imagem e comunicação empresarial.
- **Fimac Services** – Agência de contratação e gestão de pessoal.
- **Global Solutions** – Empresa de serviços empresariais e *outsourcing*.
- **Iberoguineana de Gestión** – Empresa *import - export* especializada no despacho de comércio com a União Europeia.
- **L&S Abogados** – Empresa de origem espanhola de oferta de serviços jurídicos e apoio legal a processos de internacionalização.
- **Multiservicios Guinea** – Empresa nacional de serviços de logística.
- **Reditus** – Empresa de origem portuguesa de consultoria de negócios, tecnologias da informação e serviços de *outsourcing*.
- **Ngomo Asociados** – Escritório de advogados nacional especializado na consultoria jurídica a empresas.
- **White Storm Capital** – Empresa de consultoria estratégica e de investimento, de capitais nacionais e norte-americanos.

O *website* do GEProyectos destaca ainda as seguintes empresas de construção, obras públicas e engenharia civil, ou de consultoria nestes domínios, **sem presença física no País**, como parceiras em projectos de desenvolvimento e construção de infra-estruturas:

- **A.R.G.** – Brasil.
- **Besix** – Bélgica.
- **Bnetd** – Costa do Marfim.
- **Bouygues Construction** – França.
- **Ceso, Development Consultants** – Portugal.
- **China Anhui Construction Engineering** – China.
- **CDIG, China Dalian International** – China.
- **China State Construction Engineering** – China.

- **China Wu Yi Corporation** – China.
- **CMEC, China Machinery Engineering Corporation** – China.
- **Dion Phoenix Holdings** – Holanda.
- **Fomento al Desarrollo** – Espanha.
- **Gemacor International** – Canadá.
- **Hyundai Engineering** – Coreia.
- **MSF** – Portugal.
- **Queiroz Galvão** – Brasil.
- **RMT Clemessy** – Alemanha.
- **Setraco** – Nigéria.
- **Shandong International** – China.
- **Sinohydro** – China.
- **SNC Lavalin** – Canadá.
- **SUMMA** – Turquia.
- **Zagope (AG EAA)** – Portugal.

E) CARACTERIZAÇÃO DE POTENCIAIS PARCEIROS LOCAIS

Conforme referido anteriormente, o sector empresarial privado equato-guineense encontra-se ainda pouco desenvolvido no País. Esta realidade traduz-se, por um lado, numa dificuldade em encontrar potenciais parceiros de negócio locais com o perfil adequado, mas, por outro, numa oportunidade, dada a necessidade existente de dinamização da actividade económica, sendo o recurso à iniciativa privada, com o aporte de *know-how* estrangeiro, reconhecidos pelo Governo como fundamentais para atingir esse objectivo.

A agência estatal Holding G.E. assume-se oficialmente como entidade parceira por excelência no que diz respeito a projectos que cumpram o desígnio estratégico nacional de contribuir para a diversificação económica, mas o *core business* dos projectos elegíveis dentro deste sistema de implementação confina-se, pelo menos *a priori*, a negócios nos sectores da indústria petroquímica e mineira, agricultura e agro-indústria, pescas, turismo e transportes, definidos como estratégicos.

As parcerias de negócio com a Holding G.E. envolvem a criação de uma nova empresa, em cuja participação no capital (até um máximo de 49%) a Holding materializa o seu apoio financeiro. A criação da empresa terá naturalmente de respeitar a legislação nacional quanto às regras de investimento estrangeiro, nomeadamente um mínimo de 35% do capital terá de ser equato-guineense (via Holding ou outros sócios locais).

O GEProyectos, na sua qualidade de organismo gestor dos investimentos e obras públicas nacionais, constitui-se como veículo de parceria com o Estado no que diz respeito a projectos de infra-estruturas e de desenvolvimento, organização e prestação de serviços públicos.

De referir que o Estado prevê, de forma enquadrada pelas alterações ao texto constitucional realizadas em 2011, que os serviços públicos possam ser prestados em regime de parceria público-privada, mas não existe ainda legislação específica regulamentadora, nem nenhum contrato concretizado.

Basicamente, todas as empresas estrangeiras estabelecidas no País (identificadas acima, essencialmente empresas directa ou

CLUSTER DA ÁGUA

indirectamente relacionadas com a exploração de hidrocarbonetos e/ou indústrias e serviços associados, e empresas relacionadas com o desenvolvimento de projectos e construção de infra-estruturas) celebraram acordos de parceria com o Estado. No que diz respeito às obras públicas, estas parcerias dão-se principalmente nos domínios dos estudos e consultoria, projectos de engenharia e construção, no âmbito dos programas de infra-estruturação do País.

3. PRINCIPAIS PROJECTOS

Foi possível identificar os projectos em curso, ou recentemente desenvolvidos apresentados na Tabela seguinte. As empresas mencionadas são as adjudicadas pelo GEProjectos. De referir que o cumprimento do calendário de execução de vários destes projectos tem conhecido dificuldades devido a condicionalismos financeiros derivados da situação económica recessiva que o País atravessa.

A) ABASTECIMENTO

TABELA 26 - PROJECTOS DE ABASTECIMENTO (CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|--|---|----------------------------------|
| Redes de água potável de Baney, Cupapa e Riaba | Angelique International (Índia) | Projecto/Construção |
| Redes de água potável de Malabo, Semu e Buena Esperanza | Arab Contractors (Egito) | Projecto/Construção |
| Abastecimento de água potável de Malabo e periferia | Arab Contractors | Projecto/Construção |
| Abastecimento de água potável de Riaba e Maula | Arab Contractors | Projecto/Construção |
| Abastecimento de água potável de Moka | Arab Contractors | Projecto/Construção |
| Abastecimento de água potável de Buena Esperanza | Atland Global (Espanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de água potável de Nsok-Nsomo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Abastecimento de água potável de Sipopo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de abastecimento de água potável de San Antonio de Pale | Ceso | Estudo |
| Sistema de abastecimento de água potável de Akurenam | Ceso | Estudo |
| Sistema de abastecimento de água potável do Distrito de Mbini | CGCOC (China) | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de água potável do Distrito de Niefang | CGCOC | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de água potável de Micomiseng | CGCOC | Projecto/Construção |
| Captação de água potável por perfuração de poços em Ela Nguema | China Gezhouba Group | Projecto/Construção |
| Abastecimento de água potável em Baney e Riaba | Consultec | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Abastecimento de água de Djibloho | Egis Eyser (Espanha) | Estudo |
| Sistema de abastecimento de água potável do ensanche de Añisok | Euro Marfil | Estudo |
| Sistema de abastecimento de água potável do ensanche de Ayene | Euro Marfil | Estudo |
| Rede de distribuição de água potável de Mongomo | Fichner Water Transportation (Alemanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Melhoria do abastecimento de água potável em Malabo | Fichner Water Transportation (Alemanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de distribuição de água potável de Sipopo | Fichner Water Transportation (Alemanha) | Estudo |
| Rede de abastecimento de água potável de Corisco | GAECO (Espanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Rede de abastecimento de água potável da Região de Kogo | GAECO (Espanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Reabilitação da capacidade de aprovisionamento de água potável de Malabo | GAECO (Espanha) | Estudo |

CLUSTER DA ÁGUA

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|---|-------------------------------------|----------------------------------|
| Melhoria do abastecimento de água potável de Buena Esperanza | Hidrowatt (Espanha) | Projecto/Construção |
| Abastecimento de água potável de Mongomo | Hyundai (Coreia) | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Nsok-Nsomo | Hyundai | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Evinayong | Hyundai | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Añisok | Hyundai | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento e ligações domiciliárias de Micomiseng | IMS Consultoria | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de abastecimento de Nkue | Impeesa Ingenieria (Argentina) | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Nzanganyong | Impeesa Ingenieria | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Nsok-Nsomo | INASO | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Nsang | INASO | Estudo |
| Estação de tratamento de Buena Esperanza | INCLAM (Espanha) | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Mbini | Jumma Work | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Estação de tratamento e sistema de abastecimento de Mongomo | K Water (Coreia) | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento e ligações domiciliárias de Nsork | Kastra International | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento e ligações domiciliárias de Niefang | Multiservicios Los Mios | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Tratamento de água potável em 60 comunidades rurais | Nichi Investment (Índia) | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Bikurgo | Proser | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Nkumekieñ | Proser | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Djibloho | Queiroz Galvão (Brasil) | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Ayene | Sercom | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Akonibe | Global Omnium (Espanha) | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Akonibe | Sercom | Projecto/Construção |
| Ampliação da rede de água potável do Bairro Paraíso, Malabo | Setraco (Roménia) | Projecto/Construção |
| Sistema de adução de Ebebiyin | SFP | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Bidjabidjang | SFP | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Nkimi | SFP | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Bata | Somagec | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Corisco | Somagec | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Annóbon | Somagec | Projecto/Construção |
| Sistema de abastecimento de Sendje | Somagec | Projecto/Construção |
| Sistema de adução de Bata | Tectone | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de abastecimento de Bitika | Trans Africa Services International | Estudo |
| Sistema de abastecimento de Teguate | Trans Africa Services International | Estudo |

CLUSTER DA ÁGUA

B) IRRIGAÇÃO

TABELA 27 – PROJECTOS DE IRRIGAÇÃO

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|--|--|----------------------------------|
| Melhoramento hídrico do Rio Kie em Mongomo | Beijing Municipal Construction Group (China) | Projecto/Construção |
| Saneamento e canalização do Rio Ngolo em Bata | Beijing Municipal Construction Group | Projecto/Construção |
| Canalização do Rio Andeme em Mongomo | Cadarso S.A. | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Canalização e saneamento do Rio Monsueñ em Mongomo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Canalização do Rio Mazadjiba | China Wu Yi Co. | Projecto/Construção |
| Canalização e saneamento dos rios Mbangan e Esimbo em Bata | China Wu Yi Co. | Projecto/Construção |
| Canalização dos rios Consul e San Nicolas em Malabo | Corage | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Canalização dos rios Consul e San Nicolas em Malabo | Cororasa (Espanha) | Projecto/Construção |
| Canalização e acondicionamento do Rio Andeme em Mongomo | LA Costa | Projecto/Construção |
| Canalização e saneamento do Rio Ngolo em Bata | MC Consulting (Índia) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Canalização e saneamento dos rios Mbangan e Esimbo | NAS Services | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Canalização e saneamento do Rio Monsueñ em Mongomo | Omega | Projecto/Construção |
| Canalização e saneamento do Rio Mangazin em Luba | Procoma | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Canalização do Rio Timbabé em Malabo | Setraco (Roménia) | Projecto/Construção |

C) REDE DE SANEAMENTO

TABELA 28 – PROJECTOS DE SANEAMENTO (CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|---|--------------------------|----------------------------------|
| Sistema de drenagem e saneamento de Buena Esperanza | Arab Contractors (Egito) | Projecto |
| Sistema de drenagem e saneamento de Buena Esperanza | Atland Global (Espanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Rede de saneamento de Malabo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de Nsok-Nsomo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Rede de saneamento e esgotos de Malabo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de Sipopo | Ceso | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de San Antonio de Pale | Ceso | Estudo |
| Sistema de saneamento de Akurenam | Ceso | Estudo |
| Sistema de saneamento e tratamento de esgotos do Distrito de Mbini | CGCOC (China) | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento e tratamento de esgotos do Distrito de Niefang | CGCOC | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento e tratamento de esgotos de Micomiseng | CGCOC | Projecto/Construção |
| Interconexão domiciliária da rede de saneamento de Malabo e bairros periféricos | China Gezhouba Group | Projecto/Construção |
| Rede de canalização e tratamento de águas residuais e pluviais de Malabo | China Gezhouba Group | Projecto/Construção |
| Sistema de tratamento de águas residuais de Djibloho | Egis Eyser (Espanha) | Estudo |

CLUSTER DA ÁGUA

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|---|---|----------------------------------|
| Sistema de saneamento do ensanche de Añisok | Euro Marfil | Estudo |
| Sistema de saneamento do ensanche de Ayene | Euro Marfil | Estudo |
| Sistema de saneamento de Mongomo | Fichner Water Transportation (Alemanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento e canalização de águas pluviais de Sipopo | Fichner Water Transportation (Alemanha) | Estudo |
| Sistema de saneamento de Corisco | GAECO (Espanha) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento da Região de Kogo | GAECO | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de Rio Campo | General Work | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento e tratamento de esgotos de Nsok-Nsomo | Hyundai (Coreia) | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Evinayong | Hyundai | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Añisok | Hyundai | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Mongomo | Hyundai | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Nsok-Nsomo | INASO | Estudo |
| Sistema de saneamento de Nsang | INASO | Estudo |
| Sistema de saneamento de Mbini | Jumma Work | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de Nsork | Kastra International | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Niefang | Multiservicios Los Mios | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de Bikurgo | Proser | Estudo |
| Sistema de saneamento de Nkumekieñ | Proser | Estudo |
| Sistema de saneamento de Djibloho | Queiroz Galvão (Brasil) | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento e tratamento de águas residuais de Ayene | Sercom | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento e tratamento de águas residuais de Akonibe | Sercom | Projecto/Construção |
| Ampliação do sistema de saneamento e drenagem do Bairro Paraíso, Malabo | Setraco (Roménia) | Projecto/Construção |
| Estação depuradora de águas residuais do Bairro Paraíso, Malabo | Setraco (Roménia) | Projecto/Construção |
| Canalização das águas pluviais de Malabo | Sogeco | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Corisco | Somagec | Projecto/Construção |
| Sistema de saneamento de Bata | Somagec | Projecto/Construção |
| Sistema de drenagem de águas pluviais de San Antonio de Palé | Somagec | Projecto/Construção |
| Rede de saneamento de Bata | Tectone | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Sistema de saneamento de Bitika | Trans Africa Services International | Estudo |
| Sistema de saneamento de Teguate | Trans Africa Services International | Estudo |

CLUSTER DA ÁGUA

D) DESSALINIZAÇÃO

TABELA 29 – PROJECTOS DE DESSALINIZAÇÃO

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|---|---------|---------------------|
| Central de Dessalinização do Complexo Petroquímico de Riaba | | |

E) ENERGIA HÍDRICA

TABELA 30 - PROJECTOS DE ENERGIA HÍDRICA

| PROJECTO | EMPRESA | TIPO DE INTERVENÇÃO |
|----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Central Hidroeléctrica de Sendje | Duglas Alliance (Ucrânia) | Projecto/Construção |
| Central Hidroeléctrica de Sendje | Gemacor International (Canadá) | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Embalse de regulação de Djibloho | IMS Consultoria | Controle/Supervisão/Fiscalização |
| Embalse de regulação de Djibloho | Sinohydro (China) | Projecto/Construção |

5. ABORDAGEM AO MERCADO

1. POLÍTICA DE COMPRAS E CADEIA DE FORNECIMENTO

O mercado local de bens, equipamentos e serviços técnicos é inexpressivo, não existindo virtualmente um sector empresarial equato-guineense para além das companhias de origem estrangeira, de capitais mistos, instaladas no País para operarem no mercado dos hidrocarbonetos (exploração de petróleo e gás natural, alguma indústria petroquímica), ou no mercado da construção e obras públicas (contratos com o Estado para as obras de infra-estruturação). Estas empresas fazem parte de grupos internacionais, através dos quais realizam as suas actividades de *procurement* e compras.

A oferta nacional limita-se a alguns produtos genéricos (económato, consumíveis, etc...) e serviços (jurídicos, contabilísticos, recursos humanos, *import-export*). Contudo, a oferta é escassa e limitada, e todos os produtos disponíveis localmente são importados. Por norma, as empresas importam elas próprias os bens, equipamentos e serviços de que necessitam para a execução dos projectos adjudicados e realização das suas actividades, controlando assim factores essenciais como cumprimento dos requerimentos e especificações técnicas adequadas, preço ou

prazos de entrega. O *procurement* é, portanto, feito nos países de origem ou no mercado global. Conforme referido no capítulo próprio, a legislação reguladora do investimento estrangeiro prevê a importação temporária de equipamentos e outros activos para a execução de projectos específicos.

2. PRINCIPAIS EVENTOS DO SECTOR

Não foram encontrados registos de eventos institucionais, técnicos ou comerciais sobre o sector da água na Guiné Equatorial. Concretamente no que diz respeito à realização de feiras ou exposições, o País não apresenta nenhuma entidade promotora ou organizadora, e não foi detectada qualquer actividade realizada ou prevista para o ano corrente ou próximos organizada por entidades sediadas em outros mercados. Esta realidade é extensiva a outros sectores correlacionados, como a construção, a energia ou o meio-ambiente.

De uma forma geral para todos os sectores de actividade, as feiras comerciais na região Centro-Oeste de África concentram-se na Nigéria e no Gana.

Apresenta-se de seguida as principais feiras previstas na região consideradas relevantes para o sector da água.

TABELA 31 – PRINCIPAIS EVENTOS REGIONAIS

| EVENTO | | LOCAL | DATA | WEBSITE |
|--|--|------------------|---------------|---------------------|
| Energyzon | <i>Salon International des Energies Propres et de l'Environnement en Afrique</i> | Douala, Camarões | 13-15/4/2017 | salon.energyzon |
| Water Africa and West Africa Building and Construction | | Accra, Gana | 14-16/6/2017 | ace-events |
| HVAC West Africa | <i>International Heating, Refrigeration, Air Conditioning Installation System, Water Treatment and Insulation Exhibition</i> | Lagos, Nigéria | 13-15/7/2107 | westafricahvacexpo |
| Nigeria Agrofood | <i>International Food and Agriculture Technologies Exhibition</i> | Lagos, Nigéria | 13-15/7/2017 | nigeriaagrofood |
| Power Nigeria | <i>Trade Fair for the Power Sector</i> | Lagos, Nigeria | 5-7/9/2017 | power-nigeria |
| WACEE | <i>West African Clean Energy & Environment Exhibition & Conference</i> | Accra, Gana | ??-??/9/2017 | ghana.ahk |
| Water Africa and West Africa Building and Construction | | Abuja, Nigéria | 14-16/11/2017 | ace-events |
| West Africa Agrofood | <i>International Trade Show on Agriculture</i> | Accra, Gana | 5-7/12/2017 | agrofood-westafrica |
| Africa Build Lagos | <i>International Building & Interiors Event</i> | Lagos, Nigéria | ??-??/2/2018 | africabuild-lagos |

CLUSTER DA ÁGUA

3. IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE EMPRESAS LOCAIS POTENCIAIS PARCEIRAS

TABELA 32 – POTENCIAIS PARCEIROS INSTITUCIONAIS

| Entidade | Descrição | Contactos |
|--------------|---|-----------------------------|
| GEProyectos | Organismo estatal de planificação e acompanhamento dos investimentos públicos. Gere os concursos. | ge-proyectos.com |
| Holding G.E. | Agência estatal de apoio ao desenvolvimento e diversificação económica. Administra o fundo de investimento público FCI. | holdingequatorialguinea.com |
| PNUD | Organismo das Nações Unidas de promoção do desenvolvimento e eliminação da pobreza. | gq.undp.org |
| FAO | Organismo das Nações Unidas de promoção da segurança alimentar. | fao.org |
| AfDB | Banco Africano de Desenvolvimento, entidade financeira multilateral de apoio a projectos de desenvolvimento em África. | afdb.org |

TABELA 33 – POTENCIAIS PARCEIROS EMPRESARIAIS LOCAIS

| Entidade | Principal área de negócio | Contactos |
|----------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| Elite Construcciones | Construção Civil e Obras Públicas | eliteconstruccionesl.com |
| Horizon Construcción | Construção Civil e Obras Públicas | horizonconstruction.org |
| Sogeco-EcoCSA | Construção Civil e Obras Públicas | sogeco-ge.com |
| Seguibat | Construção Civil e Obras Públicas | facebook.com/SEGUIBAT |
| ATEG | Consultoria, Estudos e Projectos | ateg-oficina-de-estudios |
| Atland Global | Consultoria, Estudos e Projectos | atlandglobal.com |
| Guinea Instalaciones | Instalações Técnicas | guineainstalaciones.com |
| Steel Project | Instalações Técnicas | steelprojectsl.com |

Na tabela acima consideram-se como “parceiros empresariais locais” apenas empresas de capital maioritário equato-guineense. Empresas de origem estrangeira com presença física (sede ou filial) estabelecida no País estão identificadas no ponto 6.2.d).

Para uma relação completa das empresas – nacionais, estrangeiras ou de capital misto, e com ou sem presença física no País – com histórico de projectos adjudicados pelo GEProyectos (de acordo com o *website* do organismo), consultar [aqui](#).

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE EMPRESAS PORTUGUESAS JÁ PRESENTES NESSE MERCADO (NO SECTOR DA ÁGUA)

A actividade empresarial portuguesa no mercado incide sobretudo nas áreas dos estudos e consultoria, projectos de

engenharia, construção, e fiscalização de obras, no âmbito dos programas de infra-estruturação do País (cliente final Governo da Guiné-Equatorial).

Várias empresas portuguesas ligadas à consultoria e planeamento nestas áreas, à engenharia, ou à construção civil e obras públicas, desenvolveram ou desenvolvem projectos no País, contratadas directamente pelo Governo, em consórcio, ou subcontratadas. Algumas estão presentes fisicamente no País através de filiais, ou trabalham com um representante de negócios, que prospecta o mercado e cultiva contactos.

Apresenta-se de seguida um panorama das empresas portuguesas com trabalho feito no País, com ou sem presença física (empresa de Direito local aberta), nos últimos 10 anos, utilizando um critério largo que abrange toda a actividade relacionável com a gestão de recursos hídricos, incluindo a construção, edificação de estruturas e serviços, desde a consultoria e estudos à execução e fiscalização de obras.

TABELA 34 – EMPRESAS PORTUGUESAS COM HISTÓRICO DE PRESENÇA NO MERCADO

| Empresa | Core Business | Presença Física na G.E. | Tipologia de trabalhos executados na G.E. |
|--------------------------------|---|-------------------------|--|
| ARMANDO CUNHA | Construção e Obras Públicas | Representante | Obras de Construção Civil (ITNHGE, Complexo Industrial de Riaba, etc...) |
| CARLDORA | Fabrico de estruturas para a Construção, cofragens, escoramentos, etc... | Não | Entivação de valas e construção de reservatórios elevados e apoiados (Cidade de Djibloho), construção de galerias e blocos (Autoestrada Mongomeyen-Ebebiyin) |
| CESO | Consultoria e Desenvolvimento, Assistência Técnica | Não | Controle, supervisão e fiscalização de obras |
| COBA | Consultoria de Engenharia e Ambiente | Não | Rede de abastecimento de água potável (Bata) |
| CONSULGEO | Engenharia e Consultoria em Geotecnica | Não | Fundações de pontes (Bioko) |
| ETERMAR | Construção Civil e Obras Públicas, Engenharia Hidráulica | Delegação | Portos Marítimos (Malabo, Cogo) |
| GEOIBÉRICOS | Serviços de topografia e geotecnica | Não | Redes de água potável e saneamento (Djibloho) |
| MSF | Construção Civil e Obras Públicas, Engenharia Hidráulica | Não | Estrada Evinayong – Acurenam - Medoune |
| PROSPECTIVA | Estudos, projectos e serviços de engenharia | Filial | Edifícios hospitalares (Malabo, Bata), Campus Universitário (Bata), Reservatórios de hidrocarbonetos (Bata) |
| SARAIVA & ASSOCIADOS | Arquitectura e Urbanismo | Delegação | Diversos edifícios públicos em Mongomo, Bata, Malabo, Mbini, etc...) |
| SEABRA GLOBAL SERVICES (Grupo) | Engenharia e Construção, Água e Meio Ambiente, Frio Industrial, AVAC e outras | Delegação | Obras de Construção Civil (ITNHGE) |
| TPF PLANEGE CENOR | Consultoria e Serviços de Engenharia, Arquitetura e Gestão | Filial | Redes de abastecimento de água potável (Mongomeyen, etc...) |
| VHM | Coordenação e gestão de projectos e empreitadas | Não | Gestão da empreitada do Hospital Universitário de Djibloho |
| ZAGOPE (AG EAA) | Engenharia, Construção Civil e Obras Públicas, e outros | Delegação | Urbanização de sector da cidade de Djibloho, diversas estradas |

5. ETIQUETA DE NEGÓCIOS

Atendendo ao papel do Estado na actividade económica, os contactos estabelecem-se normalmente com organismos da Administração Pública ou com Empresas Públicas, seguindo os devidos trâmites burocráticos e respeitando as hierarquias estabelecidas nas estruturas, que são muito vincadas.

Uma abordagem com condições de sucesso passa em grande medida pela capacidade de aceder a informação privilegiada, algo que é difícil de conseguir sem uma presença física constante, ou pelo menos regular, no País, ou sem os devidos conhecimentos locais. Neste sentido são importantes numa fase inicial viagens regulares ao País a fim de cultivar relacionamentos e contactos, e de, idealmente, estabelecer localmente uma parceria ou representação de negócios. Contactos a partir de Portugal por *e-mail* ou via telefónica estão normalmente condenados ao insucesso.

As reuniões devem ser solicitadas com a devida antecedência (recomenda-se um mínimo de 15 dias), e ser prestada informação detalhada *a priori* sobre os seus objectivos e temas a abordar. Em comparação com outros países africanos, existe maior pontualidade e percebe-se um maior sentido de organização. O ambiente é de formalismo na apresentação (fato e gravata) e no trato (tratamento pelo título). É de evitar abordar temas políticos, nacionais ou internacionais. Para além do espanhol (idioma oficial), o inglês e o francês estão comumente disseminados como línguas de trabalho. É considerado existir uma predisposição positiva para com Portugal e as empresas portuguesas.

À semelhança do que sucede na maioria dos países africanos, o trabalho de abordagem e prospecção pode demorar meses (ou anos) a surtir efeito, sendo importante saber esperar e, dada a reduzida dimensão do mercado e respectivas redes e canais

CLUSTER DA ÁGUA

de acesso, não dar nenhum passo em falso. A conquista de confiança, inclusivamente a nível pessoal, é factor determinante, e um processo habitualmente lento. Referências positivas de outras empresas, entidades ou pessoas bem colocadas são muito valorizadas.

6. ANÁLISE SWOT

Matriz SWOT do sector da água na Guiné Equatorial, na perspectiva de intervenção das empresas portuguesas no que diz respeito a oportunidades e ameaças:

TABELA 35 - ANÁLISE SWOT DO SECTOR DA ÁGUA NA GUINÉ EQUATORIAL

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Abundância de recursos hídricos. Características climatológicas (forte pluviosidade) e geográficas (orla costeira marítima, continental e insular, elevada capilaridade da rede fluvial) favorecem a indústria. Acesso universal a água potável e a condições de saneamento básico plasmado no Plano de Desenvolvimento Horizonte 2020 como objectivo nacional. Estudos de implementação dos sistemas de abastecimento e saneamento realizados para a grande maioria das cidades e sedes de município. | <ul style="list-style-type: none"> Dimensão do Mercado (1M de habitantes, 28 mil km²). Inexistência de um plano nacional director específico para o sector. Inexistência de enquadramento institucional em termos de entidades e organismos públicos reguladores e capacitadores da actividade. Inexistência de uma cadeia de valor estabelecida e incipiência do mercado local de fornecedores e <i>procurement</i>. Défice de <i>know-how</i> e carência de técnicos locais com índices de formação adequados. Défice de redes domésticas de abastecimento de água potável e de saneamento a funcionar. Reduzido número de clientes não-domésticos devido ao fraco grau de industrialização do País e da actividade agro-pecuária. Estágio de desenvolvimento do sector ainda na fase de infra-estruturação, não-orientado para a gestão da prestação de serviços. Envolvente institucional da contratação pública, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a informação e à transparência de regras e práticas. |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> A adesão recente (2014) à CPLP reforça o potencial das relações económicas bilaterais. Diversificação da actividade económica definida como grande objectivo estratégico nacional alavancará as actividades industriais, agro-pecuárias e turísticas no País, exercendo um efeito dinamizador sobre o sector da água traduzido em mais e maiores clientes. Grande parte dos projectos de abastecimento e saneamento encontram-se por implementar ou concluir, principalmente nas zonas periurbanas das maiores cidades e no meio rural. Plano energético nacional enfatiza a produção hidroeléctrica. Regularização do curso dos rios e seu saneamento, nomeadamente nas zonas de atravessamento de localidades. Ordenamento da orla marítima costeira, e sua articulação com a dinamização das actividades da pesca, do turismo e da indústria em geral. Projectos de irrigação e drenagem para gestão dos solos como ferramenta de planeamento territorial e de apoio à dinamização da agricultura. Serviços de manutenção e operação dos sistemas de abastecimento e saneamento, e assistência técnica. Formação profissional nas áreas de manutenção, operação e assistência ao pessoal técnico local. | <ul style="list-style-type: none"> Um prolongamento no tempo da crise recessiva provocada no País pela queda dos preços do petróleo terá efeitos imprevisíveis sobre o calendário de execução das políticas públicas de investimento, dadas as necessidades de restrição orçamental (que já se faz sentir desde finais de 2014), adiando e condicionando eventualmente a adjudicação de estudos, projectos, obras e serviços. Problemas no financiamento da economia: para além das restrições orçamentais do próprio Estado, os fluxos de ajuda financeira externa ao abrigo da cooperação multilateral e bilateral têm diminuído por razões políticas (características do regime equato-guineense) e económicas (indicadores “inflacionados” pela actividade petrolífera), e tudo aponta para que essas razões se mantenham válidas no curto e médio-prazo, o que limitará os recursos disponíveis para o lançamento e execução de projectos. Também o fluxo de IDE, principal fonte de financiamento nos últimos anos, tradicionalmente alavancado pela indústria petrolífera, corre o risco de diminuir a médio e longo-prazo, com a quebra de receitas da indústria a traduzir-se numa diminuição dos investimentos, com o respectivo efeito multiplicador negativo sobre os outros sectores da economia, nomeadamente a construção e |

(continua)

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Abertura crescente ao sector privado e muito concretamente ao estabelecimento de parcerias público-privadas não só para o investimento em infra-estruturas e serviços públicos como para a sua gestão e exploração económica. • Legislação sobre investimento estrangeiro progressivamente mais convidativa ao estabelecimento e operação no País. | <p>obras públicas, e com a agravante das reservas do país se encontrarem já em fase de declínio.</p> |

7. PROPOSTA DE ACÇÕES

Em síntese, a realidade actual do mercado equato-guineense aponta para o seguinte:

- Atrasos generalizados na infra-estruturação da captação, tratamento, abastecimento e distribuição de água potável domiciliária e das redes de saneamento básico e de tratamento de águas residuais, agravados pela crise financeira que o País atravessa, que coincidiu com a prioridade dada à conclusão do projecto urbanístico da nova capital administrativa Djibloho.
- Perspectivas incertas sobre a retoma económica do País e o avanço dos programas de infra-estruturação, que dependerão em última análise da evolução dos preços do petróleo, e, mais a prazo, do sucesso do País na sua estratégia de diversificação económica.
- Carências organizativas, desde logo por défice de enquadramento institucional, que lançam indefinição e incerteza sobre a sustentabilidade da operação económica do sector.
- Estado que continua a constituir-se como praticamente único cliente final relevante no País, e contratação pública que se baseia com frequência no convite a apresentação de propostas ou adjudicação directa, revelando uma acessibilidade complexa.
- Mercado empresarial que se baseia em empresas públicas, estrangeiras, ou de capital misto, estas com participação de capitais públicos ou de sócios ligados à governação ou vida política partidária, que fazem o seu *procurement* no exterior devido à ausência de uma cadeia de valor local.

Assim, sendo inquestionável a existência de oportunidades de negócio em todos os segmentos (com menor incidência nos estudos, consultoria e projectos, dado o trabalho já realizado, e maior na construção e fiscalização, e, sobretudo no futuro, na operação, manutenção, formação e assistência técnica, sendo que o modelo de gestão institucional do sector se encontra por montar) a atractividade do País encontra-se condicionada na actualidade, e presumível futuro próximo, por dificuldades de ordem económica, e consequentes repercussões sobre o ritmo de adjudicação e execução dos projectos.

A estas dificuldades, de natureza mais conjuntural (mas que se podem prolongar no tempo), juntam-se outras de natureza mais estrutural, e que se prendem com o complexo sistema de acesso ao mercado.

Assim, para uma empresa que pretenda entrar pela primeira vez no País, o sucesso na abordagem ao mercado passa primariamente pelos seguintes factores:

- Conhecimento dos canais de acesso ao mercado, nomeadamente de pessoas colocadas no GEProjectos ou outros órgãos do Estado, ou de pessoas, empresas ou entidades com esses contactos privilegiados.
- Deslocações regulares ao País para estabelecimento de contactos, e contratação de um parceiro representante de negócios local, ou, sendo difícil pelas razões apontadas, um parceiro europeu (de preferência espanhol, francês ou português) ou africano (gabonês, camaronês, nigeriano, marroquino) residente. A persistência é factor determinante. A prazo, para um desenvolvimento sustentado de negócio, será fundamental estabelecer-se fisicamente no País, com uma filial de direito jurídico equato-guineense.
- Envolvimento em consórcio, ou como fornecedor, de empresas já estabelecidas como fornecedoras ou parceiras do Estado. Esta estratégia exige um esforço de *market intelligence*, desde a pesquisa de empresas já envolvidas no País (muitas delas identificadas neste Estudo) a acções de marketing directo, com apresentação do *portfolio* de competências técnicas e projectos realizados, à presença em feiras internacionais relevantes para fomento de contactos (sendo que na Guiné Equatorial não se realiza nenhuma). É de destacar, neste sentido, a proeminência de empresas espanholas e chinesas no mercado equato-guineense, mas também a presença de empresas brasileiras, do norte de África e, claro, portuguesas.
- Apesar do momento não ser favorável em termos de ambiente económico, as organizações internacionais de que a Guiné Equatorial faz parte podem constituir uma boa plataforma para a realização de acções de divulgação. Neste particular destacam-se a CEMAC, a CEEAC e, naturalmente, a CPLP.

6. REFERÊNCIAS

- Censo de Población 2015, Resultados Preliminares (INEGE)
- El Sector Eléctrico en Guinea Ecuatorial
- Encuesta Demografica y de Salud (EDSGE-I)
- Equatorial Guinea Investment Guide 2015 (Embassy of the Republic of Guinea Equatorial in The United Kingdom)
- FAO AQUASTAT Country Fact Sheet
- FAO AQUASTAT Renewable Water Resources by Country
- Guiné Equatorial – Condições Legais de Acesso ao Mercado (Aicep)
- Guiné Equatorial – Ficha de Mercado (Aicep)
- Guiné Equatorial – Informações e Contatos Úteis (Aicep)
- Guiné Equatorial – Síntese País (Aicep)
- Guinea Ecuatorial en Cifras 2016 (INEGE)
- Guinea Ecuatorial – Ficha País (Icex)
- Guinea Ecuatorial – Guía País (Oficina Económica y Comercial de España en Malabo)
- IMF Country Report No. 15/260, September 2015
- Informe Nacional de Guinea Ecuatorial para la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible, Rio +20
- Informe Nacional de Guinea Ecuatorial sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio 2015
- Plan de Acción Nacional de Adaptación al Cambio Climático (PANA)
- Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social Horizonte 2020 (PNDES)
- Portugal / CPLP – Acordos Bilaterais Celebrados na Área Económica (Aicep)
- *Programa de Acción Nacional de Lucha Contra la Deforestación y Degradación de Suelos en Guinea Ecuatorial (PAN / LCD – G.E.)*
- *Programa Nacional para la Seguridad Alimentaria (PNSA)*
- *Sanitation and Hygiene in Africa at a Glance – A Synthesis of Country Priority Actions*
- guineaecuatorialpress.com
- ge-proyectos.com
- holdingequatorialguinea.com
- inege.gq
- camarabioko.com
- leydeguinea.wordpress.com
- aicep.portugalglobal.pt
- portaldascomunidades.mne.pt
- cplp.org
- cecplp.org
- icex.es
- ec.europa.eu
- ec.europa.eu/europeaid
- ceeac-eccas.org
- cemas.int
- ohada.com
- au.int
- eiu.com
- imf.org
- afdb.org
- worldbank.org
- gq.undp.org
- fao.org
- who.int
- unesco-ihe.org
- cia.gov
- africainfomarket.org
- guineainfomarket.com
- guineaecuatorial360.com



CLUSTER DA ÁGUA

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional